

INSTITUTO HISTÓRICO e GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do

INSTITUTO

HISTÓRICO e

GEOGRÁFICO

DO RIO GRANDE DO SUL

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**

134

1999 – PORTO ALEGRE – RS – BRASIL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio
Grande do Sul/ Instituto Histórico e Geográfico
RS. Vol 1, n. 1 (jan./mar. 1921) - Porto Alegre:
IHGRGS, 1921 -

Periodicidade irregular

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do
Rio Grande do Sul. I Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

CDU 981.65
918.65

Claudia Zanenga de Medeiros CRB10/306

Diagramação: Miguel A. de O. Duarte



Fundado em 05.08.1920. Reconhecido
de utilidade pública pelo Decreto
Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto
Estadual 16565 de 15/04/1964;
Decreto Municipal de Porto Alegre nº
2464 de 10/12/1962

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317

90010-271 . Porto Alegre . Rio Grande do Sul . Brasil

Telefone/ Fax (051) 224 37 60

e-mail: ihgrgs@pro.viars.com.br

<http://www.geocities.com/paris/jardin/5965/>

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA DO IHGRGS

Presidente

Luís Alberto Cibils

1º Vice-Presidente

Sérgio da Costa Franco

2º Vice-Presidente

Earle Diniz Macarthy Moreira

Tesoureiro-Geral

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Secretário-Geral

Ruy Ruben Ruschel

Secretário

Véra Lucia Maciel Barroso

Responsável pela Biblioteca

Ruy Ruben Ruschel

Orador

Carlos de Souza Moraes

Conselho Fiscal

Gervásio Rodrigo Neves

Laudelino Teixeira de Medeiros

Telmo Lauro Müller

Comissão da Revista

Corálio Bragança Pardo Cabeda

Miguel Frederico do Espírito Santo

Sérgio da Costa Franco

Comissão de Admissão e Demissão

Raphael Copstein

Ruy Ruben Ruschel

Véra Lucia Maciel Barroso

Comissão de História

Earle Diniz Macarthy Moreira

Paulo J.P. Xavier

Sérgio da Costa Franco

Secretário Executivo

Miguel A. de O. Duarte

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Arno Alvarez Kern - Arthur Rabuske - Braz Augusto Aquino Brancato - Carlos de Souza Moraes - Coralio Bragança Pardo Cabeda - Dante de Laytano - Earle Diniz Macarthy Moreira - Fernando O.M. O'Donnell - Francisco Riopardense de Macedo - Gervásio Rodrigo Neves - Hello Moro Marilante - Laudelino Teixeira de Medeiros - Lothar Francisco Hessel - Luís Alberto Cibils - Miguel Frederico do Espírito Santo - Moacyr Flores - Mozart Pereira Soares - Paulo J.P. Xavier - Raphael Copstein - Ruben Neis - Ruy Ruben Ruschel - Sérgio da Costa Franco - Telmo Lauro Müller - Véra Lucia Maciel Barroso

**MEMBROS CORRESPONDENTES DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
QUADRO GERAL – 1925/1998**

ACHIM SCHRADER
ADILSON CEZAR
AFONSO CELSO (CONDE DE)
AFONSO DE ESCRAGNOLE TAUNAY
AGUSTIN VENTURINO
ALCINDO DE AZEVEDO SODRÉ
ALFONSO FERNANDEZ CABRELLI
ALFREDO ROMÁRIO MARTINS
ALFREDO MANUEL SÁNCHEZ MUÑOZ
ÁLVARO DE ALENCASTRE
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
ANGIONE COSTA
ANÍBAL MATOS
ANTÔNIO BATISTA PEREIRA
ANTÔNIO DE ARAÚJO DE A. BULCÃO
SOBRINHO
ANTÔNIO TAVARES PINÃO
ARTUR CESAR FERREIRA REIS
AUGUSTO MEYER
AUGUSTO TASSO FRAGOSO
CARLOS GRANDMASSON RHEINGANTZ
CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS
CORREA
CARLOS TASSO DE SAXE C. E BRAGANÇA
CARLOS XAVIER PAES BARRETO
CLÁUDIO MOREIRA BENTO
DANIEL ORTEGA RICAURTE
DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO
DAVIS RIBEIRO DE SENA
DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA
DINO WILLY COZZA
EDGAR FONTOURA
ELISEO POPOLIZIO
EMÍLIO A. CONY
EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA
FERNANDO CALLAGE
FERNANDO O. ASSUNÇÃO
FRANCISCO DAS NEVES ALVES
FRANCISCO DE PAULA CIDADE
FREDERICO DE BARROS BROTERO
GASTÃO DE BITTENCOURT
GASTÃO PENALVA (COM. SEBASTIÃO DE
SOUZA)
GENUÍNO ANTÔNIO FERRI
GERALDO JOSÉ PAUWELS
GUILHERME AULER
GUILHERME STUDART (BARÃO STUDART)
HÉLIO LEÔNIO MARTINS
HELIO VIANA
HENRIQUE DA SILVA FONTES
HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN
HERBERT CANABARRO REICHARDT
HILGARD O'REILLY STERNBERG
HORÁCIO ARREDONDO HIJO
IVAN MONTEIRO DE BARROS LINS
JALI MEIRINHO
JEAN ROCHE
JOÃO AFONSO CORTE REAL

JOÃO BORGES FORTES
JOÃO NEVES DA FONTOURA
JONAS DE MORAES CORREIA NETO
JONATAS DA COSTA REGO MONTEIRO
JORGE D'ESCRAGNOLE TAUNAY
JORGE SALIS GOULART
JOSÉ ALFREDO SCHIERHOLT
JOSÉ ANTÔNIO FAI CÃO
JOSÉ ARTUR BOITEUX
JOSÉ BUENO DE OLIVEIRA DE AZEVEDO
FILHO
JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES
JOSÉ LIMA FIGUEIREDO
JOSÉ OTAVIANO PINTO SOARES
LAURO REINALDO MÜLLER
LEOPOLDO PETRI
LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELO
LUIZ DA CÂMARA CASCUDO
LUIZ DA SILVA RIBEIRO
LUIZ FELIPE DA SILVA WIEDEMANN
LUIZ FELIPE DE CASTILHOS GOYCOCHEA
LUIZ FERRAND DE ALMEIDA
LUIZ LAVANÈRE
MANUEL ESTEVÃO FERNANDES BASTOS
MÁRIO CARNEIRO DO REGO MELO
MÁRIO GARDELIN
MAX FLEIUSS
MOARCI MATEUS SEMPÉ
MORIVALDE CALVET FAGUNDES
OLÍMPIO COSTA JÚNIOR
OSWALDO RODRIGUES CABRAL
PEDRO BRASIL BANDECCHI
PEDRO DIAS DE CAMPOS
PEDRO GASTÃO DE ÓRLEANS E BRAGANÇA
PEDRO JACINTO DE MALLET JOUBIN
PERCY ALVIM MARTIN
PLÍNIO AYROSA
RAIMUNDO GIRÃO
RAMON DE CASTRO ESTEVES
RAYMOND PEBAYLE
ROMEU CALDERAN BELTRÃO
ROSELYS VELLOSO RODERJAN
RUBEN MACHADO DA ROSA
RÚBIO BRASILIANO FERREIRA
SALVATORE CANDIDO
SETTEMBRINO A. PEREDA
SEVERINO SOMBRA
TARCISIO ANTONIO COSTA TABORDA
TITO LIVIO FERREIRA
TÚLIO VARGAS
VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE
MIRANDA
VIRGÍLIO CORREIA FILHO
VITOR RUSSOMANO
WALTER FERNANDO PIAZZA
ZÉLIA ANDRADE LEMOS
ZOSYMO LOPES DOS SANTOS

SUMÁRIO

ARTIGOS

7 NOSSA SENHORA DOS PRAZERES:

Um Orago na Formação do Brasil

Luís Alberto Cibils

49 A PRAÇA DA MATRIZ NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

Sérgio da Costa Franco

59 ORIGEM HISTÓRICA DA ESTRADA DAS TROPAS E SEU PRIMEIRO RUMO NO PLANALTO GAÚCHO

Ruy Ruben Ruschel

77 O CHOQUE CULTURAL DO CONTESTADO:

DISCÓRDIA E CONFRONTO

Davis Ribeiro de Sena

97 NOTAS ETIMOLÓGICAS

Paulo Xavier

103 ACERCA DE PROVISÓRIOS

Coralio Bragança Pardo Cabeda

107 RETRATOS DA COLONIZAÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE: A VISÃO DE UMA POETISA EUROPÉIA

Francisco das Neves Alves

117 AÇORIANOS PARA O SUL DO BRASIL

Francisco Riopardense de Macedo

DOCUMENTAÇÃO

Arquivo Geral do IHGRGS

Sociedade Militar em Porto Alegre – Representação contra a – 1833 143

Partenon Literário – Alguns documentos sobre a Sociedade 149

General Hipólito Antonio Ribeiro 158

Apontamentos Históricos de Bagé 162

Arquivo Visconde de São Leopoldo

Memória Histórica e Militar (1080-1818) : Ten Cel João Vieira de Carvalho 168

Arquivo Borges de Medeiros

Antônio Parreiras – O Pintor da *Proclamação da República Rio-Grandense* 197

Ramiro Barcelos 213

Arquivo Athos Damasceno Ferreira

Mensagem Semafórica – Érico Veríssimo 222

Arquivo Apolinário Porto Alegre

Revolução de 1835-1845 – Apontamentos de João de Araújo Viana 226

Arquivo Aurélio Virissimo de Bittencourt

Transcrição de documentos escolhidos 237

NOTICIÁRIO

- Cronologia de Eventos do IHGRGS 245
- I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros 250
- Relatório – Gestão Sérgio da Costa Franco 253
- Obituário 257

NOSSA SENHORA DOS PRAZERES: Um Orago na Formação do Brasil

Luís Alberto Cibils

INTRODUÇÃO

O exame de escrituras antigas de nossa propriedade rural no Município de Tapes (RS), antes Município de Dolores de Camaquã, sobre a Lagoa dos Patos, revelou que estava situada, segundo uns documentos, na Sesmaria dos Prazeres e, de acordo com outros, na Sesmaria de N. S. dos Prazeres, denominação atribuída por seu primeiro proprietário, Cap. Francisco José Cidade, nascido na Ilha de Santa Catarina.

Inicialmente, a denominação nos parecia singular. Depois verificamos a presença dessa invocação nos Montes Guararapes, no Jaboatão (PE), com o Santuário e, em Lages (SC), constatamos que é padroeira da Catedral daquela Diocese.

Ampliando o estudo, percebemos que essa devoção, que agora sabemos ser genuinamente portuguesa, entre nós se difundiu no Norte, invocada nas lutas contra os holandeses e no Sul, como protetora nas lutas contra os espanhóis.

Em ambas refregas contra os invasores acompanhou nossos próceres na consolidação de nossas fronteiras, merecendo nos Guararapes, como pagamento de promessa, a construção de uma Capela e, no Sul, ficou padroeira de paróquias, de Diocese, de Fortes e de Estâncias.

No Norte e no Sul, atendeu as preces fazendo surgir a vitória de nosso lado. Por isso, em sua homenagem, lhe dedicamos este pequeno trabalho.

Nossa Senhora dos Prazeres, invocada em séculos passados, na solidão das distâncias e na defesa de nosso território e, por isso mesmo presente nos centros de contenda, no Nordeste, Centro e Sul, neste momento social de pragmatismo e de disputas por bens materiais, com teu manto protetor, na solidão urbana, lembra a todos nós os prazeres dos valores espirituais e faz surgir o amor entre os homens para que, solidariamente, se irmanem na Fé.

SESMARIA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES - TAPES - (RS)

A Fazenda Velha faz parte da Sesmaria N. S. dos Prazeres, concedida a Francisco José Cidade em 1790. A denominação provém da devoção do donatário.

Posteriormente parte dessa Sesmaria passou a pertencer a seu genro Francisco José Barbosa, como dote de sua mulher. Com o falecimento de Cidade a Sesmaria foi partilhada entre sua viúva e filhos, em 1804.

O Cap. Francisco José Cidade batizou-se a 26 de fevereiro de 1755, na Matriz de N. S. do Desterro, Ilha de Santa Catarina, e faleceu em Porto Alegre a 18 de março de 1803. Era filho de José da Costa Cidade e de Joana Rosa de Bittencourt. Ele, batizado na Freguesia da N. S. da Virgínia, cidade do Porto; ela, natural da Freguesia de São Marcos onde se batizou, na Ilha Terceira, Bispado de Angra.

Francisco casou, em primeiras núpcias, com Eugenia Rosa de Jesus, nascida aos 16 de fevereiro de 1758 em Rio Grande, e falecida a 4 de janeiro de 1793, em Porto Alegre. Era filha de Tomé Machado Ourique e de Maria de Jesus. Em segundas núpcias, Francisco José casou a 16 de julho de 1793, em Santo Amaro, com Helena do Nascimento de Azambuja, batizada a 4 de janeiro de 1768, em Triunfo, e falecida em 1852 em Porto Alegre. Helena era a 12^a. entre os filhos do Cap. Francisco Xavier de Azambuja e de Rita de Menezes, e neta de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira, e de Lucrécia Leme Barbosa, nascida em Guaratinguetá, em São Paulo.

Como informa José da Araújo Fabricio² "Francisco Xavier de Azambuja nasceu em São Paulo, sendo filho de Manuel de Azambuja, natural do lugar de mesmo nome, no patriarcado de Lisboa, e de dona Francisca de Oliveira Leite, nascida em São Paulo, onde faleceu em 1721, deixando nove filhos. Francisco faleceu a 16 de novembro de 1768, na então freguesia de Triunfo, deixando viúva e doze filhos, quase todos menores. Foi casado com d. Rita de Menezes, natural da Freguesia de Facão (hoje cidade de Cunha), em São Paulo, e falecida com cerca de 90 anos, a 7 de fevereiro de 1801, em Santo Amaro, filha de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos e de Lucrécia Leme Barbosa. Francisco Xavier de Azambuja é um dos primeiros povoadores da Capitania do Rio Grande de São Pedro, vindo para cá pouco depois de 1730, e estabelecendo-se com uma grande fazenda, nos campos do atual Município de Viamão. Daí se transferiu para a margem direita do Taquarí, fundando nova estância, cuja posse da sesmaria lhe foi passada a 9 de agosto de 1754, onde está hoje localizada a sede do Município de General Câmara. Organiza nova Fazenda nas margens do Arroio Velhaco, cuja posse e sesmaria sua viúva só recebeu em 1780.

Helena do Nascimento de Azambuja que era a filha caçula do Cap. Francisco Xavier de Azambuja e de Rita Menezes, por origem materna era neta de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos e de Lucrécia Leme Barbosa, os quais obtiveram a concessão da Sesmaria do Morro de Sant'Ana que ia até o Guaíba, rio Gravataí e Arroio Dilúvio, assinada a 5 de novembro de 1740 pelo Capitão-General de São Paulo e Minas, D. Luís de Mascarenhas, e onde hoje está a parte principal da cidade de Porto Alegre. D. Luís foi depois Conde d'Alva e Vice-Rei da Índia, onde faleceu.

Jerônimo, era filho de J. Pestana de Veloso e de sua mulher Antônia de Menezes, natural da Vila de Santa Cruz, Ilha da Madeira. Lucrécia tinha como pais Baltazar C. Moreira e Fabiana da Costa Rangel, natural de Guaratinguetá, São Paulo.

Essa fazenda foi vendida por 800\$000 a Inácio Francisco de Melo, da Ilha de Santa Maria, nos Açores, o qual residiu na referida fazenda, ainda solteiro, até 1772, quando foi desapropriada pelo então Governador Cel. Antonio da Veiga Andrade para serem localizados, ali, os primeiros casais açorianos, chegados ao chamado Porto dos Casais e para estabelecimento da Matriz e Vila de Porto Alegre, criada Freguesia de S. Francisco dos Casais, em 26 de março de 1772, por Provisão de D. Antônio do Desterro, Bispo do Rio de Janeiro. Esta data é considerada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul como sendo a da fundação de Porto Alegre.

No ano seguinte, por Edital de 16 de janeiro, o mesmo Bispo mudou o Orago para N. S. Madre de Deus de Porto Alegre, por ser do agrado do Sr. 2a. Marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal, 39 Vice-Rei, que lhe dedicava especial devoção.

Esta é a quinta Freguesia a surgir no Rio Grande do Sul, pois a quarta foi a de N. S. do Rosário, do Rio Pardo.

A primeira é a de São Pedro do Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande.

A Capela Curada de N. S. da Conceição de Viamão, ereta desde 14 de setembro de 1741, por Provisão do 5º Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei João da Cruz, da Ordem dos Carmelitas Descalços, foi construída por Francisco Carvalho da Cunha, no alto da Estância Grande, entre 1740 e 1751. É a segunda Freguesia a surgir no Rio Grande do Sul, criada em 1747, pela Provisão de 14 de setembro; ou, como querem outros, de 3 de dezembro, pelo primeiro Bispo de São Paulo, D. Francisco Rodrigues Nogueira, ao tempo, com jurisdição sobre o Rio Grande.

A distância de Viamão e as conseqüentes dificuldades para os exercícios religiosos, levaram o Vigário, fiéis e escravos a darem início, em 1754, à construção da Igreja de Forquilha que, pela Provisão Régia de 20 de outubro de 1754 e, posteriormente, pela Provisão Eclesiástica assinada por Frei Antônio do Desterro, da Ordem de S. Bento, 6º Bispo do Rio de Janeiro - o qual em triunvirato, exerceu, também, em 1763 o governo das Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas - foi elevada, a 4 de setembro de 1755, à categoria de Freguesia, a 3a. a surgir no Rio Grande, sob a invocação de N. S. Bom Jesus do Triunfo, tendo se desmembrado da de Viamão a 9 de janeiro de 1757.

Esta Freguesia incluiu os territórios que, presentemente, constituem os municípios de Triunfo, General Câmara, Rio Pardo, Taquarí, Caí, Montenegro, São Jerônimo, Gualba, Barra do Ribeiro, Tapes e Camaquã.

Retornando à área em estudo encontraremos Medição Judicial procedida em 1907 na Sesmaria N. S. dos Prazeres, realizada pelo Eng. Antônio de Faria, propagandista da República, ex-Deputado e ex-Ministro da Agricultura, em cujo trabalho descreve:

"Esta fazenda está situada no município de Dolores de Camaquã (hoje Tapes), e limita-se: ao norte pela vertente que nasce no boqueirão que fica a noroeste da casa do Tenente Coronel Cidade (Antônio Carlos

Cidade), na antiga estrada real (local hoje denominado Figueiras), e por esta vertente abaixo até a ponta da sanga onde esta sanga em vertente se desfaz em um banhado e por este águas abaixo - ora por alinhamento reto demarcados ora por sangas ou córregos mais ou menos fortes - até a Lagoa dos Patos, próximo ao Capão denominado de Embarque; a leste, por esta lagoa; ao sul, ainda por esta lagoa, pela sangradoura que esta traz as águas da Lagoa Formosa, por esta última até sua parte setentrional, daí por uma linha reta ao Capão da Mangueira Velha, em seguida pela sanga junto a este capão, por linhas retas demarcadas no centro do banhado que passa junto ao Capão do Bastião e do último marco deste banhado, acima deste capão, por um córrego acima e por dentro de uma restinga de mato até cerca de dois quilômetros acima do dito capão. Deste ponto em diante o banhado vai diminuindo e o córrego vai se transformando em sanga e depois em arroio sempre por dentro da restinga. Ao oeste, por este arroio até o fundo do potreiro velho e daí pelo seu galho oriental até as nascentes deste no boqueirão que fica a noroeste da casa do Tenente Coronel Cidade. Possuía uma área de 9.280 Hectares. São confrontantes: ao norte, os coproprietários da Sesmaria Cárcere de São Pedro; ao sul, os da Sesmaria do Capão do Meio e Sobras respectivas; ao este, Gabriel dos Santos e outros, da Sesmaria das Criúvas, e também os ocupantes do Potreiro Velho, na Sesmaria Cárcere de São Pedro e a leste, a Lagoa dos Patos."

O local Vigia, dentro da mencionada Sesmaria, onde hoje também se situa a ora denominada Fazenda Velha, coube à filha de Francisco José Cidade, Maria Altina, casada com Joaquim Estácio Borges de Bittencourt que em 1859 vendeu sua parte a Boaventura Pereira de Quadros. Com o Inventário de Boaventura, julgado por Sentença de 16 de junho de 1862, em Porto Alegre, coube essa parte ao Cap. José Pereira de Quadros, que também adquiriu o quinhão que tocou a seus irmãos Manoel Pereira de Quadros e Boaventura Pereira de Quadros Filho.

A viúva, como segunda mulher de José Pereira de Quadros, vendeu a casa da Fazenda Velha, na Vigia, com 30 braças de campo, em 10 de setembro de 1897, a João Joaquim Soares (João Fredo). Este, e sua mulher Bernardina da Silva Soares, a 13 de outubro de 1909, transferiram a propriedade a Atahualpa Irineo Cibils que, por sua vez, a incorporou à Firma Cibils S. A., em 17 de dezembro de 1959. Posteriormente, a 14 de outubro de 1968, parte da fazenda, em desincorporação procedida na Firma passou a pertencer a Luís Alberto Cibils, em cuja propriedade existem um quadro a óleo e um mural de azulejos de N. S. dos Prazeres, pintados no Recife, e uma imagem da mesma Nossa Senhora feita no Rio de Janeiro, sendo esta benta a 6 de outubro de 1981 pelo Arcebispo D. Alfredo Vicente Scherer, 1º. Cardeal do Rio Grande do Sul, o qual, quando Cônego, foi Pró-vigário da Paróquia de Tapes, de março de 1934 a março de 1935.

Outra parte, igualmente na citada desincorporação, passou a Maria Helena Cibils Settineri. Esta porção que hoje se denomina Fazenda Alvorada, anteriormente fora havida de sucessores de Antônio Carlos Cidade (neto de Francisco José) que na Guerra do Paraguai foi Capitão do

14º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, recebeu Medalha do Mérito ou de Bravura Militar, nos combates de Avai e Lomas Valentinas, em 1868 e teve comissionamento como Major, por atos de bravura, em 1869.

Assim, na antiga estrada real que ligava Dôres a S. João Batista de Camaquã, testemunha de tantas refregas, nos últimos contrafortes da Serra do Herval, no cimo de uma coxilha entre frondosas figueiras seculares ainda existentes, embora quantas vezes sacudidas pelas rajadas frias do minuano, ficava a sede da Sesmaria N. S. dos Prazeres.

Sua extensão abrangia, depois de algumas canhadas (depressões), o lugar chamado Vigia, última coxilha antes da Lagoa dos Patos onde se descortina o verde ondulado das pastagens nas planícies sacudidas pelo vento, entrecortadas por vertentes, sangas, banhados e restingas que têm fim na Lagoa Formosa que, por sangradouro, deságua nas ondas ora mansas ora revoltas da Lagoa dos Patos.

NOSSA SENHORA DOS PRAZERES - PELOTAS (RS)

Em Pelotas, um outro militar traz a devoção de N. S. dos Prazeres para sua fazenda. Trata-se do Cel. Tomás Luís Osório que recebera a doação da Sesmaria de Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro, abrangendo todo o sul.

Essa Carta de Sesmaria fora assinada a 18 de junho de 1758, e ia do sangradouro da Mirim (Rio São Gonçalo), até o arroio Correntes, e dito até a Lagoa dos Patos, lugar chamado Canguçu, na extensão de cinco léguas de comprimento e uma de largura.

Essa fazenda se localizava próxima a sede da primeira Freguesia criada no Rio Grande do Sul, antes mesmo de Silva Pais haver fundado o Presídio em 1737, a de São Pedro do Rio Grande do Sul, na atual cidade de Rio Grande, pela Provisão de 6 de agosto de 1736, assinada por D. Frei Antônio de Guadalupe, da ordem de São Francisco - Freguesia que se formou com o elemento humano levado de Laguna para aquela região por Cristóvão Pereira de Abreu que iniciou seu povoamento. Nascido em Portugal em 1680, faleceu na cidade de Rio Grande em 22 de novembro de 1755.

Pesquisas realizadas por Paulo Xavier informam que Tomás Luís Osório, filho de Francisco da Fonseca Osório, era irmão de José Antônio Osório, Francisco e André, todos naturais da Cartacho, Comarca de Santarém, Portugal. Esses irmãos vieram para o Rio Grande do Sul, onde se distinguiram.

Manuel Luís Osório nasceu no Rio Grande do Sul em 10 de maio de 1808 e faleceu no Rio de Janeiro a 4 de outubro de 1879. Marquês do Herval, herói da Guerra do Paraguai, o Patrono de nossa Cavalaria, era bisneto de José Antônio Osório e, portanto, sobrinho-bisneto de Tomás Luís Osório e, como este, também morou tempo em Pelotas, onde faleceu sua esposa quando Osório se encontrava na Campanha do Paraguai.

Tomás Luís Osório havia sido promovido a Coronel de Dragões pelo mesmo Gomes Freire de Andrade, em reconhecimento aos serviços prestados nas guarnições da Província, pois já fora ferido três vezes nas guerras guaraníticas e construíra a Fortaleza de Santa Teresa.

Como Espanha e Portugal estivessem em luta, esta teve repercussões na região do Prata, que procurava invadir o Rio Grande. É quando Tomás Luís Osório, que comandava a praça de Rio Pardo, foi mandado para Angostura, a fim de interceptar as forças vindas de Montevidéu.

Como relata Arthur Ferreira Filho⁹ "A esse tempo o governador de Buenos Aires, D. Pedro Ceballos, já punha cerco, com 4.000 homens, a Colônia do Sacramento, cuja guarnição de 900 combatentes capitulou, depois de 24 dias de heróica resistência (29 de outubro de 1762).

Osório construiu um pequeno forte, a que deu o nome de Santa Teresa, e nele se abrigou com 400 homens e pouca artilharia (janeiro de 1763). Em abril seguinte, Ceballos, que havia reunido em Maldonado um exército de mais de 3.000 homens, bem providos de artilharia, investe contra a posição lusitana. Santa Teresa não lhe poderia embargar o passo por muitos dias, dada a quase impossibilidade de receber socorro, sabido que em todo território rio-grandense não dispunha o governo português de mais de 1.000 soldados, entre tropa de linha e milicianos, distribuídos em diversas guarnições. Ademais, parece que o Governador Madureira não se portou à altura das circunstâncias e se deixou ficar na vila de Rio Grande, donde só se moveu, e precipitadamente, quando os castelhanos do Cap. Molina penetravam nos subúrbios daquela praça.

Osório, depois de fraca resistência, rendeu-se com os 130 homens que lhe restavam. Os demais haviam desertado, em face da notícias terroristas que precediam a avançada do exército inimigo.

Quatro dias mais tarde o pequeno forte de S. Miguel caía em poder de Ceballos abandonado pela guarnição de 30 homens que ali ficara sob o comando do Cap. João Alves Teixeira. E no dia seguinte, 24 de abril de 1763, era a vila de Rio Grande ocupada pelos castelhanos que, logo lançaram uma cabeça de ponte em S. José do Norte, donde o Governador Madureira se retirou, sem luta, indo instalar a sede do governo no povoado de Viamão."

Aí permaneceu como segunda Capital do Estado até o Cel. José Marcelino de Figueiredo (Manuel Jorge Gomes Sepúlveda) transferir a sede definitiva do Governo de Viamão para Porto Alegre em 24 de julho de 1773, a qual, destarte, passou a ser a terceira Capital do Rio Grande do Sul.

Existe outra versão sobre a invasão espanhola, a de que estes controlavam a permanência do Cel. Osório no Forte e teriam se aproveitado de uma de suas idas à sua Fazenda N. S. dos Prazeres, em Pelotas, para realizarem o ataque à Santa Teresa.

Guilhermino Cesar esclarece: "Feito prisioneiro, com a diminuta guarnição que lhe restou, o Cel. Osório foi mandado para a Colônia do Sacramento, de onde o restituíram a Portugal somente dez meses depois, quando da celebração do Armistício. Mas já em fevereiro de 1764, em Rio Pardo, o desembargador Felix Santos Capello da Relação do Rio de

Janeiro, abria devassa, por ordem do Vice-Rei Conde da Cunha, para "averiguar a forma com que procederam o Governador e o Coronel de Dragões Tomás Luís Osório." Ouviram-se várias testemunhas, as quais, respondendo a um interrogatório de 15 itens, acusaram o Cel. Osório e o Governador Madureira de desobediência às instruções do Governo Geral, deixando de tomar medidas concretas para a eventualidade da retirada e desguarnecendo as barrancas de São José do Norte, o que permitiu ao inimigo transpor o Canal e colocar-se em posição próxima do caminho por onde a fronteira de Rio Pardo se comunicava com a Ilha de Santa Catarina.

O Cel. Osório, preso na Fortaleza da Ilha das Cobras, depois de liberado por Ceballos, foi interrogado a 11 de julho de 1764. Suas respostas não são claras, e muito menos o é a correspondência que em torno do caso se juntou ao processo...

O final desse documento é característico: dá importância a um detalhe - a possível ausência do comandante do Forte de São Miguel - e não diz, com relação à capitulação iminente (ato de grande responsabilidade, que lhe custaria a própria vida) senão uma vulgaridade, que não chega a ser escusa: "sem tempo nem carruagem para fazer a minha retirada ... etc." Ora a correspondência oficial dirigida a Osório, quer pela Junta Governativa, quer pelo próprio Governador Madureira, sempre aludia, muito antes do ataque de Ceballos, à possibilidade da retirada. Como se compreenderia, portanto, que Osório, cabo-de-guerra experiente, não houvesse preparado devidamente para a eventualidade?

Como quer que seja, Osório foi por todos acusado; não houve praticamente quem o defendesse em todo o aranzel da Devassa. Não faltaram, inclusive, insinuações de que se deixara influir pelos Jesuítas, que sabidamente estavam ao lado de Ceballos nos momentos em que seu exército investia contra os portugueses. Entretanto, nada disso se pôde positivar.

Indícios há, veementes, de que agiu de acordo com o inimigo...

Os depoimentos colhidos no Rio Grande, entre companheiros do cabo-de-guerra caído em desgraça formam um processo candente. A justiça portuguesa condenou-o a morrer na força, como réu de traição ao Rei e à Pátria. A execução se deu em Lisboa a 21 de abril de 1768.

Cenário dessas lutas, a cidade de Rio Grande, fundada a 19 de fevereiro de 1737, pelo Brigadeiro José da Silva Paes a qual fora a primeira Capital, permaneceu ocupada pelos espanhóis de D. Pedro Ceballos, onde ficaram até 2 de abril de 1776, quando foram desalojados, depois de 13 anos. Teve participação ativa nesses fatos de expulsão Rafael Pinto Bandeira, como, de resto, em toda Capitania. Riograndino de nascimento (1740), veio a falecer em sua terra natal em 1795, onde está sepultado. Foi o primeiro brasileiro a ser promovido a Brigadeiro do exército português.

Ainda sobre Osório, Heloísa Assumpção Nascimento⁵ conta que a esposa deste cabo-de-guerra, "D. Francisca Castelo Branco, tratou logo de livrar o marido de execução. Hipotecou a Sesmaria ao Capitão-mór Manoel Bento da Rocha e viajou a Portugal, crente de conseguir o que desejava.

Porém a fatalidade lhe ganhou em rapidez. Quando chegou a Lisboa, Tomás Luís Osório já havia sido executado. Voltou ela ao Brasil, e para o Continente de S. Pedro. Após a reconquista da Vila de Rio Grande aos espanhóis requereu ao Governador José Marcelino de Figueiredo o retorno da antiga posse da Sesmaria, o que lhe foi concedido em 23 de janeiro de 1779. Em 4 de fevereiro, com seus filhos Tomás e Belchior, portanto logo após ser reempossada, passou a escritura de venda do "rincão de terras chamado Rincão das Pelotas, cito no ocidental do Rio Grande, extremado com o sangradouro de Mirim e arroio das mesmas Pelotas até se topar com o Correntes e deste à Lagoa dos Patos.

E assim, a Fazenda que sempre se chamou das Pelotas, passou a pertencer à propriedade de Manuel Bento da Rocha "por preço e quantia de um conto e duzentos mil reis." Em 1784, o Capitão-mór possuía em seu estabelecimento lavouras, vinhedos, pomares, diversas fábricas e mais de cinco mil rezes, cavalos e ovelhas, não contando os animais de seus agregados, que iam para mais de seiscentos. Sua viúva, D. Isabel Francisca da Silveira esteve de posse da Fazenda até falecer, conforme se verifica em seu testamento aberto pelo vigário encomendado Bernardino José do Espírito Santo Ferreira na data de sua morte, 17 de agosto de 1822, e que o fez para saber das disposições da testadora relativamente a seu enterro e sufrágios.

Legou terras a suas afilhadas Maria Regina da Fontoura, casada com João Duarte Machado e Isabel Dorotéia da Fontoura, casada com João Simões Lopes, suas sobrinhas netas, filhas de sua sobrinha Dorotéia Isabel da Silveira e do Capitão José Carneiro da Fontoura.

A parte que tocou a Maria Regina e seu marido foi a da sede da Fazenda das Pelotas, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, imagem barroca, relíquia do século XVIII, ainda hoje no local.

Mais tarde o lugar passou a ser chamado Laranjal, devido à grande quantidade de árvores frutíferas ali existentes.

Manuel Bento da Rocha foi povoador de várias sesmarias do Rio Grande, Pelotas e Santa Isabel do Arroio do Conde, e possuiu também charqueadas. Por morte do primeiro Capitão-mór do Rio Grande, Francisco Coelho Osório, foi nomeado em seu lugar, sendo o segundo Capitão-mór de Companhia de Nobreza do Rio Grande do Sul. D. Isabel veio dos Açores com seus pais, o Alferes Antônio Furtado de Mendonça e D. Isabel da Silveira, ambos naturais da Freguesia de S. Salvador da Vila de Horta, no arquipélago açoriano.

Em outro momento Heloísa dá maiores informações: "Possuía a Fazenda uma capela para atender às suas necessidades espirituais e do grande arraial, e passou mesmo a se chamar Fazenda de Nossa Senhora dos Prazeres, tomando o nome de sua padroeira.

O lugar preciso onde foi edificada, era a sede da antiga estância do Laranjal, junto à residência da família. Dali saía a imagem no seu andor, em lentas e concorridas procissões, nos dias de festas solenes, para abençoar as lavouras, as vinhas, os pomares, as fábricas, a gente e o gado.

Mas da capela de outrora nem ruínas sequer pudemos constatar. A prova de sua existência se acha atualmente na imagem da Padroeira Nossa Senhora dos Prazeres, na tradição oral e nos assentamentos que constam dos livros de nascimento, casamento e óbitos das Matrizes de S. Pedro do Rio Grande e de São Francisco de Paula de Pelotas.

Se é verdade que todas as grandes Fazendas e charqueadas dos séculos XVIII e XIX possuíam o seu oratório particular, o da Fazenda de Nossa Senhora dos Prazeres de Pelotas avulta de importância. É que, anterior à Freguesia de S. Francisco de Paula, e por ser muito povoado o lugar, conservou-se, durante muitos anos como a principal igreja das cercanias.

Houve, mesmo, vacilação na escolha do lugar para a sede da nova Freguesia que se pretendia criar (a de S. Francisco de Paula), entre o Capão do Leão (residência do Padre Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, o Padre Doutor), a costa do Arroio Pelotas e a costa da Lagoa (Fazenda de Pelotas)."

Anotamos também alguns assentamentos encontrados no Arquivo da Cúria Diocesana e que provam a existência e a relevância da Igreja da Fazenda de Nossa Senhora dos Prazeres.

A referida pesquisadora encontrou vários assentamentos no ano de 1796 e, entre eles, o casamento de Maria Regina da Fontoura, futura proprietária da Fazenda. A 30 de setembro de 1801, localizou o batizado do primeiro filho do casal, realizado pelo Padre João José da Rocha e, posteriormente dos outros. E, destarte, se sucederam os assentamentos de 20 de setembro de 1803, 8 de setembro de 1805, 23 de fevereiro de 1813, 10 de setembro de 1822, 15 de outubro de 1837, etc.

A mencionada pesquisadora ainda diz:

"Celebrado pelo Vigário de Pelotas, Padre Felício Joaquim da Costa Pereira, na mesma igreja dos Prazeres, a 16 de julho de 1815, deparamos ainda com o casamento de outra sobrinha de D. Isabel Dorotéia da Silveira, irmã de Maria Regina, e que contraiu núpcias com o Comendador João Simões Lopes, e de cujo consórcio nasceram, entre outros filhos, João Simões Lopes, Visconde da Graça, e Cândida Clara, Baronesa de Jaráu.

Um pouco antes, a 21 de setembro de 1809, fora também ali batizado pelo capelão Padre Francisco José de Macedo, o menino Mateus, filho de Joana Margarida da Silveira e de Baltazar Gomes Viana, que ali se haviam matrimoniado em 1779. Mateus Gomes Viana teve grata projeção no seu meio social e foi cognominado "o Mateusinho das leis" por exercer a nobre profissão de advogado. Teve descendência ilustre em seu filho único, o Barão de Arroio Grande.

A capela de Nossa Senhora dos Prazeres, do Laranjal, possuiu capelão próprio, lá residente. Nos assentamentos da cúria encontramos mencionado o nome de um deles, pelo menos, o padre Marcelino do Sagrado Coração de Jesus, que exercia aquela capelania em outubro de 1827... Outros sacerdotes porém, ali celebraram casamentos, en-

comendaram defuntos e fizeram batizados."

Adiante conclui:

"Falecida D. Maria Regina da Fontoura, já viúva, a sede da Fazenda ficou pertencendo aos irmãos Manoel Bento e José Maria, seus filhos mais moços, que possuindo charqueada à margem do Pelotas, foram se desinteressando da conservação de suas inúmeras dependências e a capela ruiu aos poucos.

Santos e alfaías foram recolhidos a um quarto da casa de moradia. Com o correr dos anos, as imagens se dispersaram, passando para outras mãos. E as alfaías, consumiu-as o tempo.

Só restou a bela imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, que deu nome à Fazenda e conta mais de um século e meio. Nunca conseguiu ser restaurada, porque, conta a tradição, sempre que era feita uma tentativa de trazê-la à cidade, algum acontecimento inesperado o impedia, e a viagem não se realizava. Conservou-se, assim, com a encarnação primitiva, e assim continua na tradicional estância do Laranjal.

Nossa Senhora dos Prazeres, porém, não abençoa mais as lavou-ras, porque elas desapareceram, nem as vinhas porque não mais existem, nem os célebres laranjais que ali viçaram outrora carregados de frutos de ouro e amadurados nas geadas de S. João, porque estes também morreram, carcomidos de velhice. Nem as carretas pejadas das fartas messes, deixando fundos sulcos na terra, sob a guiada de escravaria, porque foram devorados pelos séculos.

Toda aquela vida de outrora acabou. Mas a imagem continua e tem agora muito mais que abençoar. Uma cidade inteira, que se vai desdobrando, desde a antiga Matriz de São Francisco de Paula até as margens da Lagoa dos Patos, indo postar-se docemente a seus pés."

Com o falecimento de D. Isabel Silveira a velha estância dividiu-se em outras: Patrimônio, Graça, Galatéia e Laranjal. Há na região várias imagens de N. S. dos Prazeres trazidas mais recentemente de Portugal como a de Heloísa Assumpção Nascimento e a de José Antônio Ferreira Xavier que, dentro da antiga área da fazenda, construiu uma magnífica sede de Fazenda estilo século anterior, com belíssima Capela.

Tanto Heloísa Assumpção Nascimento quanto a esposa de Xavier descendem da Baronesa de Jaráu.

A primitiva e histórica imagem é atualmente de propriedade de Zilda Tavares Assumpção, viúva de Antônio Assumpção Júnior.

Um passado de tão rica tradição e fervor religioso não se há de perder no tempo. Por certo, o Bispado de Pelotas cuidará de preservá-lo, lega-lo aos vindouros num monumento de fé, criando a Paróquia de N. S. dos Prazeres na região, ou substituindo por ela orago de Paróquia existente.

NOSSA SENHORA DOS PRAZERES EM PORTUGAL

Pelo que nos informou Marcello Caetano, ex-Primeiro Ministro de

Portugal, "quanto à origem da invocação de N. S. dos Prazeres, como Fr. Agostinho de Sta. Maria se limita a asseverar que jamais foi celebrada noutro Reino, que se saiba ao certo (Santuário Mariano, Lx., 1707, t. 1, liv. II, tit. 44), temos de recorrer a Alberto Pimentel, que é categórico: "É certo ter sido a Igreja portuguesa (Lisboa, Évora e Braga a primeira da cristandade que festejou as alegrias da Virgem Santíssima pela ressurreição de Seu amado Filho, dando-lhe a invocação de Senhora dos Prazeres (Hist. do Culto de N. S. em Portugal, Lx., s/d, p. 110). Porém, não faz mais que transcrever, do Mapa de Portugal, de Batista de Castro (3a. ed., 2º vol., Lx. 1870, p. 10) que, por sua vez, se baseia no Agiológio Lusitano, de Jorge Cardoso, t. II (Lx. 1659, p. 581). Pimentel utiliza ainda o Pe. Paulo, da Congregação de S. João Evangelista, que vivia em 1480 e já no seu Flos Sanctorum lhe marcava o dia 8 de abril. Acrescenta ainda que também se menciona no Calendário da Sé de Lisboa (1536), bem como no de 1566 e que nos século XIV nasceu, em Portugal, mas foi no seguinte que tomou maior desenvolvimento, pela aparição de uma imagem em quinta dos Condes da Ilha, sobre a Ribeira de Alcântara, em Lisboa. Ao relatá-la, cita o Sum. de var. hist., Vol. III, p. 147 (que decerto não é de Pedro de Mariz ...), para esclarecer que a imagem terá aparecido "no dia em que a igreja celebra os prazeres da Virgem, pela ressurreição do Seu divino Filho" (p. 111). Da ermida levantada no sítio passou, pois, o nome para o Cemitério dos Prazeres."

Compulsando os 10 volumes do Santuário Mariano do Fr. Agostinho de Santa Maria⁶, escritos em Lisboa entre os anos de 1707 e 1723, verificaremos que esse Ex-Vigário Geral da Congregação dos Agostinhos Descalços, natural da Vila de Estremoz, informa que além de celebrada nas Igrejas Metropolitanas de Braga, Lisboa, Évora, ainda é encontrada a presença de N. S. dos Prazeres em Ribeira Alcântara, Vila do Lourçal, Abravezes, Pascoal, Alcaface, na Paróquia de Santo Antônio na cidade de Évora, no Convento de S. Bento na Freguesia de Santiago, no Convento de S. Jerônimo do Mato, Vila da Lagoa em Sócas e no Hospício dos Padres Capuchinhos Italianos, na Freguesia do Apóstolo S. Paulo, na cidade da Bahia. Esclarece que essa imagem é de barro, tem o Menino Deus em seus braços, está colocada sobre uma peanha de serafins, pintada a óleo, tendo túnica rosa e manto azul (Vol. 80., Lisboa, 1720/22, Liv. 1, Tit. 43, ffs. 85).

Refere que são festejados na primeira segunda-feira das oitavas da Pascoa (Post Dominican in Albis) os gozos que a Senhora teve na Ressurreição de seu Unigênito Filho, que lhe apareceu em primeiro lugar.

Informa, ainda, que o Evangelho escolhido é "Stabat juxta crucem Jesu Mater ejus" e que a 13 de novembro de 1673 foram aprovados Estatutos de uma Irmandade com 150 Irmãos que já naquele ano alcançaram Indulgências do Papa Clemente X (Vol. 50., Liv. 2, Tit CIV, ffs. 500).

As aparições em Portugal em 1917, dia 13 de maio, e iguais datas

de junho e de julho daquele ano, na Cova da Iria, revelaram a nova invocação de N. S. de Fátima que, em se tornando conhecida, mundialmente, não daria tanta oportunidade ao desenvolvimento de novas paróquias da antiga invocação de N. S. dos Prazeres, tanto em Portugal, como no Brasil.

Com essas considerações sobre história religiosa, pensamos estar, simultaneamente, realizando estudos de aspectos e fatos da história pátria.

NOSSA SENHORA DOS PRAZERES EM OUTROS ESTADOS BRASILEIROS

Consultando-se o Anuário Católico do Brasil⁷ da CNBB, relativo ao ano de 1977, verifica-se a existência de várias paróquias, Arcebispado, Bispado, Santuário, tendo como padroeira Nossa Senhora dos Prazeres, como se especifica:

1. Na Diocese de Alagoinhas, na Bahia, a Paróquia sede do Município de Entre Rios;
2. Na Arquidiocese de Diamantina, Minas Gerais, a Paróquia do distrito de Milho Verde, no Município de Serro;
3. Na Arquidiocese de Fortaleza, Ceará, a Paróquia do Município de Caucaia;
4. Na Diocese de Lages, Santa Catarina, a própria Catedral;
5. Na Arquidiocese de Maceió, Alagoas, a Catedral Metropolitana;
6. Na Arquidiocese de Natal, Rio Grande do Norte, a Paróquia do Município de Goianinha;
7. Na Arquidiocese de Olinda e Recife, a Paróquia do Município de Paulista;
8. Na Arquidiocese de Olinda e Recife, no Jaboatão, em Guararapes, o Santuário de N. S. dos Prazeres;
9. Na Diocese de Piracicaba, São Paulo, em Piracicaba, anexa à Paróquia de N. S. da Conceição;
10. Na Arquidiocese de São Paulo, a Paróquia da Parada Inglesa, Setor Tucuruvi;

11. Na Arquidiocese de São Paulo, a Paróquia de Itapecerica da Serra, Setor Capão Redondo;
12. Na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, na Paróquia de Santo Antonio dos Pobres, existe a Irmandade conjunta com a de N. S. dos Prazeres, com bela Imagem;
13. Na Diocese de Sorocaba, São Paulo, a Paróquia no Município de Itapetininga;
14. Na Diocese de Tianguá, Ceará, a Paróquia do Município de Guaraciaba do Norte.

GUARARAPES (Jaboatão)

"O Perfil militar de um Povo" - Edição do estado maior do Exército, em 1972, em seu primeiro Volume, refere que em 1945, a FEB, através de seu Comandante, General Mascarenhas de Moraes, depois de depositar os louros da vitória nos campos de batalha dos Guararapes, declarou que "Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força terrestre do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a base da Nação Brasileira".

Efetivamente os insurretos de Pernambuco a 23.05.1645, em número de 18 se comprometeram "em restauração de nossa pátria", organizando-se em exército de libertação a 17.06.1645.

O primeiro encontro travou-se no Monte das Tabocas em 03.08.1645. José Fernandes Vieira, líder da insurreição, reconheceu que o mérito da vitória coube ao Sargento-mór Antônio Dias Cardoso. A 10 de agosto, o Exército Patriota operou junção com Henrique Dias e Felipe Camarão em Guyaú e, no dia 16, no Cabo, com as tropas de Vidal de Nageiros e Martim Soares Moreno que desembarcaram a 28.06, em Tamandaré. Até 03.09, o invasor havia perdido Sinhaém, Cabo, Pontal e Nazaré. Os patriotas, secretamente, decorridos 23 noites, levantaram a Fortaleza do Asseca. Tejuco-papo é um dos poucos episódios conhecidos pela participação coletiva armada, da mulher e da juventude brasileiras em defesa do solo pátrio.

A 23.01.1648, fugiu do Recife, onde estava preso há um ano, o Mestre-de-Campo General Francisco Barreto de Menezes, mandado a Pernambuco por D. João IV, para comandar a Guerra. Na primeira Batalha dos Guararapes o Gen. Barreto confiou em seus chefes imediatos a condução das ações. Após o conselho entre Vidal, Vieira e dias Cardoso, rumaram para o Boqueirão dos Guararapes que foi ocupado até as 10 horas da noite (18-19), merecendo comemorações, pois não foi difícil a Barreto de Menezes, Dias Cardoso, Vieira, Vidal de Nageiros, Henrique dias e Camarão, alcançarem a vitória em 19.04.1648.

A 17.02.1649, 3.650 holandeses, ao comando do Cel. Brick decidiram ocupar os Montes Guararapes, enfrentando 2.640 luso-brasileiros, em uma batalha decisiva. Estes, com 6 unidades de Infantaria comandada por Vieira, Henrique Dias, Camarão, Figueiroa, Vidal de Negreiros e Dias Cardoso e 2 Cia. de cavalaria chefiadas por Antonio Silva e Manoel de Araújo atacaram toda frente, saídos de lugares ocultos. Surpreso o exército batavo, após reação, desintegrou-se por completo. Os patriotas, inferiores em número foram superiores no combate derrotando o inimigo, onde teve papel importante o Mestre-de-Campo Gen. Francisco Barreto de Menezes.

A 14.01.1654, em ação combinada, exército de patriotas e esquadra da Cia. de Comércio do Brasil, composta de 44 navios, teve início o assédio de Recife em 10 dias de operações, a cidade caiu em mãos luso-brasileiras. No dia 26, na Campina do Taborda fronteiro ao Forte de 5 Pontas, os holandeses assinaram a rendição de todas suas forças no Brasil.

Os patriotas ocuparam Recife a 27 e, dia 28, após 23 anos em mãos do invasor, nela entrou triunfante o Mestre-de-Campo Gen. Barreto de Menezes. Essa guerra acarretou o aumento das guarnições militares das cidades brasileiras

GUARARAPES - JABOATÃO (PERNAMBUCO)

Na Igreja de N. S. dos Prazeres nos Montes Guararapes, há uma inscrição gravada em grande bloco de pedra, no lado direito do altar, com estes dizeres:

"1656. O Mestre-de-campo General do Estado do Brasil Francisco Barreto de Menezes mandou em ação de graças edificar à sua conta essa Capela à Virgem Senhora Nossa dos Prazeres, com cujo favor alcançou neste lugar as duas memoráveis vitórias contra o inimigo Holandês, a primeira em 18 de abril de 1648 em domingo de Pascoela véspera da dita Senhora a segunda em 18 de fevereiro de 1649 em uma sexta-feira e ultimamente em 27 de janeiro de 1654 ganhou o Recife e todas as mais praças que o inimigo possuiu 24 anos."

Documentos revelam que esta Capela foi "feita e acabada de pedra e cal, com 36 palmos de comprimento e 24 de largura e de abóboda de tijolo."

Em 8 de novembro de 1656 o Mestre-de-campo Francisco Barreto



de Menezes entregou essa Capela, para sempre, aos religiosos de São Bento de Olinda, em atenção ao auxílio que durante a guerra sempre lhe havia prestado Frei João da Ressureição, monge daquela Ordem acompanhando-o em todas as peripécias da guerra e com o compromisso dessa Ordem do atendimento religioso e de celebrar sua festa com grande pompa. É seu dia a primeira segunda-feira depois do Domingo de Pascoela.

Pesquisas que nos realizaram no Livro Tombo os Irmãos Beneditinos Eugenio e Romano, constataram que a Capela foi construída no sítio das batalhas, em terras do Engenho Guararapes, pertencentes ao Capitão Alexandre de Moura.

Este, a 23 de agosto de 1656, doou o sítio da Capela ao Mestre-de-campo General Francisco Barreto de Menezes, com certas condições, sendo uma delas a de que nos limites da doação não "se fará convento algum de religiosos em nenhum tempo."

Entretanto, quando a Capela foi entregue aos monges do Mosteiro de São Bento de Olinda, estes conseguiram em 3 de maio de 1676, do Capitão Alexandre de Moura que residia em Lisboa, autorização para que se fizesse a ermida de N. S. dos Prazeres, desta maneira: "Dou licença aos religiosos de São Bento da Província do Brasil, para que em minhas terras, que tenho na Capitania de Pernambuco, onde lhes tenho concedido fazerem uma ermida de Nossa Senhora possam fazer agora uma Igreja querendo, que a que está feita lhes sirva para sua Capela-mor."

Com a licença concedida, os monges tomaram providências no sentido de aumentar as obras para poderem acomodar os religiosos, ficando as mesmas prontas em 1694, na administração de Frei Jerônimo de São Bento. Os superiores eram substituídos a cada três anos.

Sabe-se que a Capela doada pelo Mestre-de-campo estava provida de dois ornamentos, de um sino e da imagem grande de N. S. dos Prazeres que mandou vir de Lisboa entre os anos de 1650 e 1660, junto com a de N. S. do Monte.

Como a Capela existente fosse muito pequena para servir de corpo de Igreja, passou a ser capela-mor, mantendo as dimensões referidas no início. Como Capela-mor estava pronta em 1700.

Os altares laterais de Sant'Ana e do Bom Jesus estavam terminados em 1720.

O Abade Frei Pedro de Jesus Maria providenciou em 1736 reparos no travejamento da Igreja.

Inscreveram no frontespício: "Deus Nobiscum Fecit - 1782" - Deus fez conosco. O atual teve começo em 1786 pelo Abade Fr. Miguel Arcanjo da Anunciação, o mesmo que fez o altar-mor do Mosteiro de São Bento de Olinda, ficando o frontespício concluído pelo Abade Frei Luís da Anunciação no ano de 1792.

Crônica do Mosteiro diz: "em janeiro de 1791 chegaram de Portugal 46 caixões com 13.358 azulejos brancos para todo o frontespício da Igreja de N. S. dos Prazeres e custaram duzentos mil reis."

O atual altar de retábulo, com obra em talha, teria ficado pronto no século XVIII.

O antigo piso de tijolos só foi substituído em 1935 por mosaico. As paredes internas são revestidas de azulejos decorados vindos de Portugal.

Hoje, é o Santuário de N. S. dos Prazeres.

CAUCAIA - (CEARÁ)

Informações prestadas pelo Pe. Francisco de Assis Apolônio, Vigário da Paróquia de N. S. dos Prazeres de Caucaia, Arquidiocese de Fortaleza, e outras pesquisas que realizamos permitem concluir que a aldeia de Caucaia era habitada por índios potiguaras "caucaia" quando chegaram os padres jesuítas Luís Filgueiras e Francisco Pinto, que iniciaram uma segunda tentativa de colonização local, para tanto incumbidos pela Carta Régia de 22 de outubro de 1735, os quais com sua habilidade conseguiram a colonização dos nativos, oportunidade em que se destacou o índio "Amanari".

O IBGE⁸ conta: "Prosperava a povoação, quando aí chegou a notícia de que, pela Provisão Régia de 14 de Abril de 1755 e Alvarás de 6 e 7 de junho do mesmo ano (ampliado aos demais índios do Brasil pelo Alvará de 8 de abril de 1758), o Governo Português expedira, a 14 de setembro de 1758, ao Ouvidor de Pernambuco, Bernardo Coelho Gama Casco, ordem para seqüestrar os bens dos jesuítas e elevar a vila os lugares e aldeias que fossem retiradas à sua administração. Motivara o ato a perseguição que o famoso Marquês de Pombal movia contra aqueles religiosos, de quem era inimigo irreconciliável. Governava o Ceará, nessa época, o Capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henrique.

Dando cumprimento àquela Provisão Régia, Gama Casco erige em vilas as aldeias de Ibiapaba (Viçosa), Caucaia (Soure), Porongaba (Arronches) e Paupina (Mesejana). A de Caucaia, cuja Freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, foi criada pela Provisão de 5 de fevereiro de 1759, instalou-se em 15 de outubro do mesmo ano, com a denominação de Vila Nova de Soure. As cerimônias realizaram-se no largo da Igreja-Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, "diante do sítio que fica abalizado e medido para se fazerem as casas da Câmara. Em 1811, a vila de Soure contava 816 habitantes e constituía um dos menores núcleos populacionais do Ceará."

Por escritura de Francisco Barroso de Souza e sua mulher d. Maria d'Assumpção Tabosa em 8 de novembro de 1816, realizada perante o Tabelião Alberto Antonio Lopes, foi doado à referida N. S. dos Prazeres, representada pelo Vigário João Ferreira Fonte, uma propriedade de terras" com 150 braças, sita na Lagoa do Damião, Termo da Vila de Fortaleza.

Ainda o IBGE esclarece: "A resolução de 6 de maio de 1833, do Conselho Provincial, extinguiu a vila, tornando-se sem efeito a extinção com a de 13 de outubro do mesmo ano. A Lei n° 2, de 13 de maio de 1835,

suprimiu o município, que foi restaurado 43 anos depois pela Lei n° 1772, de 23 de outubro de 1878, e novamente extinto em 1898 (Lei n° 501, de 31 de outubro), para ser restaurado em 1903 (Lei n° 726, de 20 agosto)."

Continua o mesmo informante: "Em 1848, o Dr. Augusto de Aguiar logo depois de assumir o governo da Província do Ceará, dirigiu ao titular da Pasta do Império um ofício, de caráter reservado, dando conta de conspiração do interior do Estado, visando a mudar o regime, no qual comunicava que "tinham espalhado boatos de pretenderem alguns treloucados aliciar a plebe para as partes de Soure com o fim de ali proclamarem a República" e afirmava ter ajustado providências com o Chefe de Polícia, de modo que evitasse acontecimentos desagradáveis, fazendo marchar o pequeno destacamento do lugar. Mas, tendo cessado inteiramente todo o receio de que pudesse haver alteração na tranqüilidade pública, fez recolher essa força, permanecendo a povoação em perfeita paz. O ofício em referência dava a responsabilidade do movimento republicano em Soure ao famosíssimo Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, clérigo irrequieto, político exaltado, que gozava de prestígio no seio da plebe, dadas as suas façanhas e vida tumultuosa.

O Pe. Verdeixa - comenta Hugo Vitor Guimarães - nada conseguiu: "faltou aos republicanos de Soure um líder local. Não só o líder, mas também as armas."

Por volta de 1833 ficou totalmente extinta a escravidão no município de Soure. Precisamente no dia 3 de junho daquele ano, foram alforriados os 15 escravos restantes, custando o processo de libertação a quantia de 2 :960\$000.

Por fim encontramos estes dados: "em 1911, o município de Soure era formado dos distritos da sede e Tucunduba, este último criado desde 1863. Sua composição aparece em 1933, acrescida dos distritos de Cauípe, Primavera, Sítios Novos, Taquara, Umari e, em 1936 do distrito de Umarituba (antigo Umari), para Município de São Gonçalo, e a vila adquiriu foros de cidade.

O toponímio Soure, depois de 184 anos, foi substituído pelo primitivo nome (Dec.-Lei n° 1114, de 30 de dezembro de 1943.). No quadro territorial fixado para o quinquênio 1944-48 os distritos de Primavera e Taquara passaram a se chamar, respectivamente, Guararu e Mirambé.

Em 1951 (Lei n° 153, de 22 de novembro) extinguiu-se o distrito de Cauípe, passando o seu território a favor do de Catuara, cuja povoação foi elevada à categoria de vila.

Até pouco tempo a paróquia pertencia aos Padres Sacramentinos. A festa é comemorada de 5 a 15 de agosto. A imagem atualmente existente na Igreja não é a original, pois além de ser de gesso, não tem as características das demais imagens de N. S. dos Prazeres existentes no Brasil e vindas de Portugal, origem dessa devoção.

Felizmente se encontra uma imagem autêntica no Estado, em Guaraciaba do Norte, à semelhança das outras do Nordeste.

GUARACIABA DO NORTE - (CEARÁ)

O contrato para fornecimento de material para a execução das obras da Igreja de N. S. dos Prazeres, de Vila Nova d'El Rei, então pertencente à Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, hoje Paróquia de N. S. dos Prazeres, de Guaraciaba do Norte, Diocese de Tianguá, no Ceará, foi celebrado a 23 de janeiro de 1799, pelo Tabelião Antonio Carlos da Cunha onde foram partes, como administrador, o Capitão-mor Bernardino Gomes Franco e fornecedor do material, Felix Ribeiro Fialho que se obrigava "a por a Madeira e toda pedra precisa que for necessária para a Igreja de N. S. dos Prazeres, que se está edificando nesta mencionada vila, tudo ao pé da dita obra, tudo por preço e quantia de cento e vinte mil réis, em dinheiro do Cotado, a saber, sessenta mil réis, logo no primeiro dia que der princípio ao dito serviço, e os outros sessenta no fim dele", com penalidades previstas, caso não fosse cumprido ou atrasado o fornecimento. Serviram de testemunhas o Padre Antonio José Honorato de Barros e Gonçalo Esteves da Rocha.

Segundo pesquisa realizada pelo Mons. Antonio Cordeiro Soares, que desde janeiro de 1936, vigário da Paróquia, criou-se Freguesia pela Lei Provincial de 25 de outubro de 1886, desmembrada da Freguesia de Ipú. Constituiu-se canonicamente por Provisão de 10 de junho de 1888 e, na mesma data, foi removido de Pacatuba para a nova Freguesia o Pe. Bernardino d'Oliveira Memoria, filho da terra, que tomou posse a 15 de julho de mesmo ano.

Através de informações orais, sabe-se que a Igreja começou a ser construída pela Capela-mor e, depois de anos, concluiu-se o corpo da Igreja. Conta-se que originalmente foi de palha, tendo a reforma do telhado procedida em 1974, revelado que as antigas telhas de barro da Capela Nova datavam de 1855 e as do corpo da Igreja, de 1877.

A imagem é de madeira, com 76 centímetros de altura, com anjos aos pés e manto azul.

Piauí

No Piauí, em Cambuquira, antigo Município de Jeromêha, existiu o Sítio ou Engenho dos Prazeres. Pelo que informa Sebastião Martins de Araújo Costa, "pertenceu a João Francisco Messias, a seu filho José Francisco Messias, depois, a Gonçalo Francisco da Rocha. José, falecido com testamento, deixou a maior parte do que possuía para Gonçalo, que era tratado como genro", foi este casado com D. Ana, filha de criação de José.

Gaidner em 1839, através de Viagem ao Brasil, refere que a casa da fazenda era grande, bem construída, sendo a melhor que tinha visto desde Oeiras. Eram muito hospitaleiros. Em torno da casa existiam laranjeiras, bananeiras e coqueiros. A fazenda era de criação de gado, possuía

canaviais com que se produzia rapaduras. Havia, ainda, cultivo de mandioca. Periodicamente na fazenda se reuniam fiéis para serem atendidos por um Visitador

GOIANINHA (RIO GRANDE DO NORTE)

O Vigário, Pe. Armando de Paiva, menciona que "No Livro do Tombo n° 2, às ffs. 28v até 33v, está escrita a história da Paróquia pelo Mons. Severino Beserra, vigário de 23 de Janeiro de 1948 a 14 de Abril de 1958.

"Até o ano de 1746, contava a Capitania do Rio Grande do Norte com três circunscrições eclesiásticas: Natal, que vem de 1601; Goianinha, de 1690 a 1700 e Assú, de 1726. Em 1748, é criada a Freguesia do Seridó. Pelo exposto, vê-se claramente que das Freguesias do interior do Rio Grande do Norte, é Goianinha a mais antiga, embora não se tenha como certa a data de sua criação, pela ausência de documentos. No entanto, em autos de inventários do Cartório local, encontra-se o nome do padre João da Silveira Teles, apresentando, em 1704, despesas de um ofício fúnebre, onde põe sua assinatura com o acréscimo de Cura de Goianinha.

Mons. Severiano, em seu livro "A Diocese da Paraíba", diz: "A Freguesia de Goianinha, criada em 1690, senão antes

Até 1802, os padres que estavam à frente da Freguesia, assinavam Cura; e Vigários, dessa data em diante. Há um decreto de 13 de agosto de 1821 que eleva ao predicamento de Matriz, a capela de N. S. dos Prazeres de Goianinha e a lei de 27 de junho de 1850 confirma o decreto de 1821. É certo, porém, que Goianinha foi, de início, um curato, com grande extensão territorial, chegando a sua jurisdição às capelas de Cunhaú, Tamandubá e S. Bento, na Serra do Pires, pontos estes, atualmente, encravados nas Freguesias de Canguaretama, Vila Nova e Nova Cruz, respectivamente. Em 1846, uma lei prov. de 20 de Outubro desmembra de Vila Flor o distrito de Anta Esfolada, depois Nova Cruz e junta ao município e freguesia de Goianinha, cujo distrito, pela resolução de 27 de Junho de 1849, assinada pelo presidente Benvenuto Taques, é desmembrado da freguesia de Goianinha, juntamente com o de S. Bento e anexado à freguesia de Santa Cruz.

Vai aos poucos perdendo parte de seu território a freguesia de Goianinha. A lei prov. 792, de 1º de Junho de 1886, cria a paróquia de Santo Antônio, de território desmembrado das freguesias Goianinha e de Santa Cruz e, não sendo provida, é a novel freguesia supressa pela lei prov. 1006, de 30 de Novembro de 1883, continuando com os limites que anteriormente tinham as freguesias cujos territórios foram desmembrados.

O bispo diocesano D. Adauto de Miranda Henriques, por ato de 9 de Outubro de 1908, altera os limites da freguesia de Goianinha com desmembramento de partes que se incorporaram à de Nova Cruz. Por último, o mesmo bispo, quando administrador de Natal, pela renúncia do

primeiro bispo diocesano, D. Joaquim de Almeida, em decreto de 16 de Outubro de 1915, cria a freguesia de Santo Antônio, pelos limites civis do município do mesmo nome, desmembrando totalmente da freguesia de Goianinha, ficando esta, no tempo atual, com os limites que constituem o seu município.

A Igreja Matriz de Goianinha é antiquíssima na sua construção pois, em 1720, já havia sepultamento no interior do templo em toda a sua extensão. Em 1843, a Província incluía, em seu orçamento, um auxílio de cem mil reis para reparos na capela-mor da Matriz de Goianinha e a lei prov. 459, de 12 de Maio de 1859, mandava o Governo dar o auxílio de 2 :149\$000 para conclusão da referida Matriz.

Desde seu início encontra-se a freguesia de Goianinha sob o protetorado de Nossa Senhora com título dos Prazeres. A imagem que se venera na Matriz é muito antiga e a seu respeito, pairam lendas.

Na Revista do Instituto Histórico do Estado, o ilustre historiador, Dr. Nestor Lima conta: "No século 17, foi achada sobre o tronco de carnaubeira, uma imagem que os entendidos reconheceram como dessa invocação. A notícia divulgada interessou vivamente a população circunvizinha e todos se interessaram em levar à Santa as homenagens de seu filial amor, trasladando para um altar construído provisoriamente, onde pretendiam construir a capela. Colocada a imagem em seu altar, foram os católicos surpreendidos com o desaparecimento da santa, que fora vista novamente sobre o tronco da carnaubeira. Tornaram a traze-la ao nicho e redobrou-se-lhes a surpresa quando viram que a imagem volvera ao seu primitivo lugar. Então todos compreenderam que era ali que a santa desejava permanecer e por isso construíram outro nicho no mesmo lugar da carnaubeira, o qual veio ser o da capela e o da Matriz."

Há outra lenda ligada a N. S. dos Prazeres, também escrita pelo Dr. Nestor Lima: Nas proximidades de Goianinha, travou-se um encontro dos brasileiros com os invasores batavos e durante esse furioso encontro, aparecia entre os nacionais, uma bela figura de mulher, trajada de túnica azul e que distribuía, numa "coité", areia que se transformava em pólvora e facilitou os defensores o êxito que conseguiram contra os invasores. É que supunham os antigos, essa bela figura de mulher era N. S. dos Prazeres, depois eleita a padroeira da freguesia. Em Goianinha, na cidade, há uma rua denominada "rua da parada", onde se diz o lugar da parada da força para o combate e próxima à cidade, está a lagoa da batalha, onde se deu o combate.

Foi D. Frei Luís de Santa Teresa, o primeiro bispo que visita a freguesia de Goianinha em 1746. Era bispo de Pernambuco. Em seu relatório de visita pastoral, mandado à Santa Sé, diz: "Tem três capelas filiais anexas, em todas apenas se encontra o necessário." De 9 a 12 de dezembro de 1839, outro bispo de Pernambuco, D. João da Purificação Marques Perdigão visitou a freguesia de Goianinha e em suas notas de viagem, diz o seguinte: "A Matriz de Goianinha está indecente, não porém, o altar-mor, o sacrário e as imagens. "À entrada do bispo na vila, compareceu

muita gente, ficando as portas e as janelas cheias. De Goianinha, o bispo foi para Vila Flor, onde foi recebido pelo povo e alguns índios, formando estes a dança comum entre eles.

Em outubro de 1881, outro bispo de Pernambuco, D. José Pereira da Silva Barros, veio a Goianinha.

A grande extensão do bispado de Pernambuco, que ia de Alagoas ao Ceará, constituía motivo para poucos bispos se deslocarem da sede em visita pastoral, de forma que eram nomeados visitantes, assim: em 1776, veio a Goianinha, o visitador Cônego Alexandre Bernardo dos Reis; em 1786, o visitador Pe. Manoel Vieira de Lemos Sampaio; em 1801, Pe. João Feijó de Brito Tavares; em 1834, Pe. Francisco de Brito Guerra; em 1846, Pe. Manoel José Fernandes; em 1858, Pe. Francisco Justino de Brito e muito outros.

Um grande número de padres estiveram à frente do governo espiritual da freguesia de Goianinha e, entre eles, nota-se o nome do Pe. Antônio de Albuquerque Montenegro.

O nome do Pe. Montenegro figura no número dos implicados no movimento de 1817, que é classificado com o castigo em pena de morte. Derrotado o movimento, o Pe. Montenegro fugiu e só apareceu após a anistia concedida aos culpados. É opinião do Dr. Câmara Cascudo, que o Pe. Montenegro não foi levado para Lisboa, preso, mas é provável que ele tenha se escondido mesmo em terra de sua paróquia. Após a anistia, o Pe. Montenegro reassumiu o cargo de vigário, deixando pouco tempo depois por motivo de enfermidade na cabeça, como disse o bispo D. João da Purificação, que o referido padre estava demente.

É dado como primeiro cura de Goianinha o Pe. Antônio Andrade de Araújo, de 1690 a 1710. Porém, parece que o seu tempo de cura não foi de tantos anos porque em 1704 já estava como cura o Pe. João Teles que não se diz substituto. O Pe. Antônio Andrade foi o quarto coadjutor da freguesia de Natal.

Os sacerdotes que serviram na paróquia de Goianinha, de 1690 a 1981, até o presente, são cinqüenta e oito."

O Pe. Armando de Paiva acrescenta estas informações em 1981:

"A festa de N. S. dos Prazeres, em Goianinha, é uma tradição, atraindo muitos filhos da terra e várias pessoas de outros lugares. Iniciava no sábado de aleluia, à tarde, com a procissão da bandeira, cantando-se o hino apropriado. Depois da reforma litúrgica, passou-se a começar no domingo de páscoa. Nos dias do novenário, a igreja fica repleta de fiéis. O dia da festa é móvel, sendo sempre numa segunda-feira da pascoela. Há duas missas: às 7 e às 9 que são concelebradas. Por ser dia de semana, às vezes, consigo três bispos e de quinze a vinte e poucos sacerdotes para a concelebração. O movimento espiritual é bastante intenso para a nossa região de agreste, onde o povo é um tanto indiferente. Para isso temos a semana santa como uma preparação espiritual para a festa. A procissão congrega uma grande multidão. Vêm-se muitas pessoas pagando promessas: algumas descalças, amortalhadas, com tijolo na cabeça.

Ofertam velas; soltam fogos; fazem doações de galinhas, frutas; entram na igreja de joelhos. Oferecem dinheiro. Após a procissão, desce-se a bandeira, que é conduzida procissionalmente, para uma casa de onde sairá no próximo ano para se começar outra festa. Há duas noites de barraca: sábado e domingo. Durante as barracas, há leilões, de prendas oferecidas. Em muitos lugares a festa é feita com auxílios que as pessoas dão. Uma equipe "comissão" vai aos lugares pedir em benefício da festa. Em Goianinha, a festa é organizada pelo povo daqui mesmo. Não se fazem comissões. Já é uma tradição os fazendeiros doarem garrotes para o leilão que começa depois da missa da festa, que é concelebrada. O leilão vai até às 14,30, mais ou menos. Durante este funciona uma barraca. Os fazendeiros gostam de arrematar o garrote que cada qual ofereceu. Neste ano, foram doados cinquenta e dois garrotes. Logo depois deste leilão, continua com o das pequenas ofertas feitas pelo povo: passarinhos, frutas, objetos, galinhas, alguns carneiros, cabras etc. Quem não dá garrotes ou outras coisas, dá a "jóia" que é uma contribuição em dinheiro. Interessante é que, apesar de a festa ser em tempo de inverno, numa entre-safra, sempre é bem concorrida e o saldo é altamente compensador. A prefeitura municipal colabora de boa vontade. Arma barraca. É grande e coberta de lona, pois é em fase invernosa. Seus funcionários e veículos estão sempre à disposição da organização da festa."

Venera-se N. S. dos Prazeres em Goianinha, com hino.

PAULISTA - (PERNAMBUCO)

Tito Augusto de Carvalho, já em 1883, referia a existência da Paróquia de N. S. dos Prazeres, em Maranguape, no Município de Olinda, em Pernambuco.

Com Alfredo Moreira Pinto sabe-se que Maranguape em 1896 continuava Paróquia no Município de Olinda, à margem do Oceano e distante 12Km da sede do Município. Segundo Sebastião V. Galvão, teria sido desmembrada de Olinda em 1691, a requerimento da população, devido ao impedimento da barra do Rio Doce, e por decisão do então Bispo D. Matias de Figueiredo e Melo (1686-1694), que lhe assinalou seus primeiros limites.

Consta que permaneceu como Curato até 1719, quando teria sido elevada à categoria de Vigararia por Alvará de D. João V (1707-1750), tendo sido seu primeiro Vigário o Pe. Manuel Rodrigues Neto, Doutor em Teologia, e continuou com a invocação de N. S. dos Prazeres.

Outra informação revela que teria sido criada Paróquia em 1713, pelo então Bispo de Pernambuco, D. Manuel Alves da Costa (1706-1715).

Suprimida pela Lei Prov. nº 152, de 30 de março de 1846, viu seu território incorporado às freguesias de Iguassú e de Olinda, restaurada pela Lei Prov. nº 239, de 30 de maio de 1849, foi a sede transferida para o pov. de N. S. do Ó do Pau Amarelo, pela Lei nº 463, de 2 de maio de 1859.

Sabe-se que Maranguape hoje pertence ao Município de Paulista,

esta situada na divisa com o distrito Abreu e Lima, tendo sua Igreja tombada.

A sede do Município de Paulista tem como orago da Matriz também N. S. dos Prazeres, sita à rua do Sol.

Pelo que informa o IBGE, "a expressão Paulista vem do engenho que pertencera, depois de 1689, ao mestre de campo Manuel Alves de Moraes Navarro, tomando de então por diante o nome da procedência de seu proprietário, que era natural da Capitania de São Paulo, donde viera comandando um terço de 1ª linha para a guerra e conquista dos Palmares. É digno de menção o local porque, a 20 de maio de 1817, o Pe. João Ricardo Pessoa de Mello Montenegro, um dos vultos da revolução daquele ano, vendo a causa completamente perdida, veio a morrer tragicamente."

Através do Decreto-lei estadual n° 952, de 31 de dezembro de 1943, foi criada a Comarca de Paulista, formada pelos termos de Paulista e Igarçu, desmembradas, respectivamente, das Comarcas de Olinda e Golana.

O Livro Tombo de Maranguape encontra-se presentemente na Paróquia de N. S. dos Prazeres de Paulista.

MACEIÓ - (ALAGOAS)

Estudos de Ernani Otacilio Méro asseveram que na carta de Baleos não é registrado o local da hoje cidade Maceió e que o Diretor e Cronista da Companhia das Índias Ocidentais, Joannes Laet, ao descrever a Capitania de Duarte Coelho, não cita o ancoradouro de Jaraguá.

Documento de 25 de novembro de 1611, entretanto, fala na existência de uma casa de telha em Pajussara, pertencente a Manuel Calabar. Duro recebera a doação da Sesmaria do Alcaide de Santa Mana Madalena, Diogo de Souza, sob a condição de "dentro de um ano" erguer uma povoação.

Em 1769 surge outro documento em que Manoel Antonio Duro - supõe-se descendente do primeiro - não aceita auxílio para a construção da cadeia de Alagoas.

Transferida a Sesmaria ao Capitão Apolinário Fernandes Padilha, com ele se teria originado Maceió, graças ao núcleo populacional advindo da construção do "Engenho Massayo", na barra da forquilha.

Junto ao engenho, e ao norte de Jacutinga, tinha se erigido uma Ermida em honra de S. Gonçalo do Amarante mas que, segundo Claudino Jaime, já em 1672 se mudara o orago para N. S. dos Prazeres.

Mero informa: "Outros documentos importantes afirmam que já em 1761, Apolinário Fernandes Padilha e sua mulher d. Beatriz Ferreira doaram terras para N. S. dos Prazeres. No ano seguinte, para assegurar a manutenção do culto, o Alferes Antonio Fernandes Teixeira e sua mulher d. Maria de Aguiar fizeram doação do sítio do Poço, adquirido judicialmente "de Beatriz Ferreira, viúva de Apolinário Fernandes Padilha. O Pe. Antonio Ferreira da Costa, também na qualidade de administrador da Igreja, fez

doação de vasta posse de terra. Reginaldo Correia de Mello, igualmente, fez doação de vastos pedaços de terra à N. S. dos Prazeres.

Não oferece dúvida que o pátio do engenho, o largo do pelourinho, a antiga praça da Matriz hoje Praça D. Pedro II, foi o local, o ponto inicial da povoação que hoje é Maceió."

A mudança de orago, supomos, deva-se ao sucesso da expulsão dos holandeses, que deixaram um rastro de violências e profanações. Em Penedo foram derrotados a 16 de setembro de 1645 por seus habitantes, comandados por Valentin da Rocha Pita.

Obtida a autonomia municipal, as insistências populares se multiplicaram obtendo, afinal, a criação da Freguesia de N. S. dos Prazeres, por Alvará de 9 de julho de 1819.

A administradora do Patrimônio de N. S. dos Prazeres, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, fundada em 1825, escolheu novo local para a construção da Matriz. Entretanto, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú - futuro Visconde de Sinimbú, que antes de Ministro do Império assumira 2 de dezembro de 1852 a Presidência da Província do Rio Grande de São Pedro - como Presidente da Província de Alagoas, juntamente com a Irmandade, decidiram realizar a construção do templo nas imediações do local de Velha Matriz demolida, lançando a pedra fundamental a 22 de julho de 1840.

Paralisadas as obras e reiniciadas em 1849, teve assistência de Grandjean de Montigni, da Missão Francesa. Um dos sinos, com 37 arrobas, veio de Paris e custou 888\$000 e outro, o maior, fundido em Cururipe, custou 714\$260.

Transladadas as imagens para a Nova Matriz a 20 de dezembro de 1859, o Visitador Diocesano, Cônego Afonso de Albuquerque, a 31 daquele mesmo mês, benze a nova imagem da Padroeira, doada pelo Barão de Atalaia. Nesse mesmo dia, D. Pedro II e D. Teresa Cristina, regressando de excursão à Cachoeira de Paulo Afonso, dão entrada na Matriz de N. S. dos Prazeres e, em solene Te Deum, é inaugurada a nova Matriz.

A 2 de julho de 1900 criou-se a Diocese de Alagoas pelo Decreto Consistorial "Potremis Hisse Temporibus," do Papa Leão XIII, com território desmembrado da então Diocese de Olinda. Por Decreto de 25 de agosto de 1917 mudou-se o nome para Diocese de Maceió e a 13 de fevereiro de 1920, pela Constituição "Inter Várias" do Papa Bento XV, elevou-se à Arquidiocese e Sede Metropolitana. Foi seu primeiro Bispo D. Antônio Manoel Castilho Brandão (1901-1910) e 2º Bispo e 1º Arcebispo, D. Manuel Antônio de Oliveira Lopes (1910-1922). A catedral desse Arcebispado é a de N. S. dos Prazeres.

Também sobre Maceió, Alfredo Moreira Pinto, em 1896, elucida: "O território sobre o qual está situada a cidade começou a ser povoado no século XVII por ordem expedida na regência de Pedro II de Portugal em 1673 ao Capitão General Afonso Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, que ao mesmo tempo teve ordem também de fortificar o porto de Jaraguá, no intuito de impedir o ingresso dos indígenas e o comércio de estrangeiros contrabandistas de pau brasil. Entretanto, ainda pelos últimos anos do século XVIII não passava de uma pequena povoação, pertencente

a um engenho de fabricar açúcar que então havia no mesmo sítio, onde, corrente o ano de 1850, foi levantado o elegante edifício do palacete destinado para as sessões da assembléia provincial. Na proximidade desse engenho havia também uma pequena e pobre capela, sob a invocação de N. S. dos Prazeres, no próprio lugar em que, pelo ano de 1840, teve começo a fundação do majestoso templo que hoje serve de matriz, sob o padroado da mesma Senhora dos Prazeres. Com o correr dos tempos foi crescendo a povoação, até que se constituiu merecedora da graduação de vila que lhe foi conferida pelo Alvará de 1.^a (de 5 segundo outros) de dezembro de 1815, e como tal foi instalada em 29 de dezembro de 1816, passando mais tarde a gozar dos foros de cidade pela Lei Provincial n.^o 11, de 9 de dezembro de 1839, que para ela transferiu a capital do Estado."

ENTRE RIOS - (BAHIA)

Pelo que informa Sérgio Ricardo da Silva Santos, os índios tupinambás habitavam as terras desse Município no século XVI. Os vales de Saulpe, Subarína e Inhambuque em meados dessa centúria foram atingidos por vaqueiros de Garcia D'Avila.

Desde os primórdios do século XVII, nessa área houve distribuição sistemática de sesmarias por parte de Casa da Torre de Garcia D'Avila. A partir daí chegaram os Machados, Almeidas, Pimentas, colonos que traziam suas mulheres, filhos, esperanças e, principalmente, sua crença cristã.

O culto de N. S. dos Prazeres, em Entre Rios, é eivado de aspectos lendários, quanto à sua origem. É corrente entre os velhos daí o aparecimento da imagem na Fonte dos Milagres, na Fazenda do mesmo nome, a qual pertence atualmente a Kazimierz Zapaczek.

Quando, em 1728, Salvengano, o dono da Casa Da Torre, relacionou as capelas de suas terras não citou a N. S. dos Prazeres.

Oficialmente, sabe-se que em 1757 existia a Capela de N. S. dos Prazeres, assim como outras duas, também subordinadas à Freguesia do Divino Espírito Santo do Sertão do Inhambuque de Cima, segundo relação feita pelo vigário encomendado Joaquim de Sant'Ana.

Em 1.^a de julho de 1848 foi criada a Freguesia de N. S. dos Prazeres, sendo o Pe. D'Albergarias o primeiro encarregado. A contar daí tem estado à frente muitos outros: Frei Luís, Cônego Felix, Pe. Pimenta, Pe. Rosalvo e, nos dias atuais, Frei Nazareno de Corridônia.

A velha capela ao longo dos tempos submeteu-se a reformas e ampliações. No período de 1977 a 1979, foi completamente renovada. A festa da padroeira é no dia 15 de agosto. O culto secular à N. S. dos Prazeres é a tradição mais forte dali. Diz muito bem um hino de louvor composto pelo Pe. Rosalvo: "Abençoa Entre Rios que a ti se consagrou."

No entender de Manoel Evangelista Simões Dantas, essa imagem de 90 centímetros de altura, de madeira, de fins do século XVII e início do XVIII, está restaurada e tem provável origem portuguesa, sendo seu autor ignorado.

É de extrema beleza, restaurada por Selma Danemann para a reinauguração da Igreja Matriz, procedida em 15 de agosto de 1977.

Possui peanha rudimentar e simples na cor vermelha escura, encimada pelo "céu" composto de nuvens de um revoltado comedido e ornado com sete anjos dispostos em horizontal.

A virgem em atitude ao mesmo tempo de adoração e alegria segura o Menino. O manto do lado direito é azul com florões dourados, do lado avesso é vermelho também com florões. O vestido é creme forte com belos florões dourados e pequenas rosas. Tanto o manto como o vestido têm barra em ouro.

A imagem em seu conjunto é de calma extraordinária embora pronuncie claramente o barroco, tanto pelo movimento em leque do manto quanto pelo da dobra volumosa do joelho. Transmite a harmonia e a tranqüilidade das imagens do século XVII.

O rosto de Nossa Senhora olha para o rosto do menino e o cabelo dela se parte em cada lado em três mechas principais e algumas menores. Sob o Menino está um pano em ouro e azul e ele tem os cabelos dourados. O da virgem é marrom escuro. As proporções da imagem são razoáveis e a expressão facial é muito bonita e significativa.

Finalmente, na cabeça está um véu, meio revoltado e colorido de azul claro com flores douradas. Acompanha uma bela coroa de prata rebatida e dourada em estilo rococó pleno da segunda metade do século XVIII.

Esta imagem de N. S. dos Prazeres não possui cetro na mão direita, apresenta-se sustentando o Menino.

Alfredo Moreira Pinto, em 1899, conta que a Igreja Matriz que tem a invocação de N. S. dos Prazeres, se torna Paróquia pela Lei Prov. n.º 308, de 1.º de julho de 1848. A localidade foi elevada à categoria de vila com o nome de Entre Rios, pela Lei n.º 1.178, de 3 de abril de 1872, instalando-se em 23 de agosto de 1873.

MILHO VERDE - DISTRITO DO MUNICÍPIO DO SERRO (MINAS GERAIS)

O Cônego Júlio Gomes de Oliveira, pároco do Serro, informa que N. S. dos Prazeres, de Milho Verde, é Capela filiada de Serro, e ex-paróquia do tempo do Império. Diz que a imagem é de cedro, com altura de 0,90m, tem manto azul, vestido dourado, com cetro de madeira na mão direita. O Menino Jesus é sustentado na mão esquerda, à altura do peito. A cabeça coberta por véu que se abre em leque a altura dos ombros, tem coroa de prata; rosto pequeno, oval, olhos de vidro, tendo a pintura primitiva da imagem sofrido retoques que a desfiguraram.

Como elemento histórico refere o transcrito na revista "Fundação João Pinheiro, Vol. 8.º" O arraial de Milho Verde, de origem mineradora, é anterior a 1732, o que faz supor tenha de início sido erigida ali, pelos povoadores pioneiros, uma capelinha provisória, como acontecia

geralmente em núcleos de mineração. Entretanto, destaca o historiador Cônego Raimundo Trindade que foi por Provisão de 8 de outubro de 1781, a pedido do Capitão José de Moura e Oliveira, que veio a ser instituída no lugar, como filial da Freguesia da Vila do Príncipe, uma capela sob a invocação de São José.

A denominação da Igreja com N. S. dos Prazeres pode ter ocorrido em razão de simples mudança de orago ou então em decorrência da construção de um novo templo.

Sobre isso não se localizou documentação esclarecedora, sabendo-se apenas que por ocasião de sua visita a Milho Verde no ano de 1817, o naturalista francês Saint-Hilaire se refere a existência somente de uma igreja na localidade.

A primeira alusão conhecida a esse templo com o título de N. S. dos Prazeres data de 1821 e se deve ao então Bispo de Mariana, D. Frei José da Santíssima Trindade, que assim o registrou em seu livro de Visitas Pastorais.

Foi por algum tempo capela filial também de São Gonçalo do Rio Preto, atual Felisberto Caldeira, tendo obtido sua elevação a Paróquia somente em 1857. Por volta de 1866 estando a já então Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres em mau estado de conservação, o governo da Província determinou a sua reforma com recursos oficiais.

Mais tarde, entre 1885 e 1887, o carpinteiro José Félix de Souza executou novos reparos na Igreja, conforme recibo registrado no livro de Fábrica da Matriz de Milho Verde, recolhido ao Arquivo do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina.

Outras restaurações vieram a ser realizadas no curso do tempo, especialmente em 1909 e após 1961, quando o Vigário denunciava ao IPHAN do "lamentável estado" da Igreja, hoje razoavelmente conservada.

O monumento não é amparado por medida legal de tombamento.

Até 1943 este distrito se denominava N. S. dos Prazeres de Mi lho Verde, ano em que perdeu este orago na denominação.

Oxalá se restabeleça em breve essa histórica paróquia.

RIO DE JANEIRO

Na cidade do Rio de Janeiro, N. S. dos Prazeres é venerada na Paróquia de Santo Antônio dos Pobres, na rua dos Inválidos.

Consta que essa bela imagem teria sido trazida do Algarve, Portugal, por um fidalgo da Corte, em 1818, havendo sido inicialmente instalada em uma peanha de mormorete na Praça XV, no antigo "Arco dos Teles", onde os devotos, às 18:00 horas, se reuniam para rezar o rosário.

Abusos havidos teriam levado o Padre Provedor das Capelas a determinar o recolhimento da imagem à Igreja de São José.

Motivos financeiros, naquela época teriam impulsionado os devotos de Santo Antônio dos Pobres abandonarem o templo da rua dos Inválidos e

também se recolherem à Igreja de São José.

Nessa ocasião, entre as duas devoções, unem-se os fiéis, fundando a Venerável Irmandade de Santo Antônio dos Pobres e Nossa Senhora dos Prazeres, a 3 de julho de 1831, perante o Juiz, Provedor e Mesários da Irmandade do Patriarca São José, tendo sua fundação canônica sido escriturada a 15 de agosto de 1831.

Como prosseguisse a luta pela devolução da Capela da rua dos Inválidos, passados alguns meses, foi a mesma devolvida a seus fundadores, mediante Provisão de D. Pedro 1.

O Padre Diogo Antônio Feijó, então Provedor das Capelas, autorizou a transladação das duas imagens o que se realizou a 25 de agosto de 1831, em solene Procissão da Praça XV à rua dos Inválidos, com a presença de ilustres personalidades, do Provedor das Capelas e membros de outras confrarias.

Nessa Igreja da hoje Irmandade do Santíssimo Sacramento, Santo Antônio dos Pobres e Nossa Senhora dos Prazeres, a histórica imagem ali existente é reverenciada com esta oração: "(S Virgem e Mãe Santíssima, nós vos bendizemos por este glorioso título que é um doce estímulo e incremento a nossa viva e confiante devoção filial. Vós, ó Mãe a quem a piedade cristã proclamou a Senhora dos Prazeres, volvei para nós vosso olhar de ternura compassiva, a fim de que, do seio das tribulações que são o apanágio desta vida, possamos erguer nossa mente e coração até o trono da vossa bondade maternal, d'onde decorre essa torrente de paz e alegria que amenizam a rudeza de nosso viver terreno e nos alcançam a eterna bem-aventurança. Amém."

ITAPECERICA DA SERRA - (SÃO PAULO)

Informações prestadas pela Paróquia contam que a antiga Itapeperica nascera em 3 de setembro de 1562 e fora um núcleo indígena, auxiliado pelos padres jesuítas. Teriam construído a Igreja ao lado do Convento que desapareceu para dar lugar à antiga Câmara, Delegacia e Cadeia em 1888. Com os jesuítas teria chegado a imagem de N. S. dos Prazeres que serviu de orago. A antiga está guardada enquanto no altar se encontra uma outra. Sua festa se faz por ocasião da Páscoa, pois na Ressureição de Jesus é que se festejam os Prazeres de Maria e com grande solenidade.

Alfredo Moreira Pinto, já em 1896, dizia que "O Aviso do Ministro do Império de 8 de novembro de 1827 transformou e fez progredir a povoação, nela criando uma colônia alemã. Teve o predicamento da Freguesia, mas foi dele exautorada pelo Decreto de 21 de março de 1832. A Lei Provincial nº 12, de 20 de fevereiro de 1841 que construíra com as capelas de Itapeperica e MBoi e o território que verte para o rio S. Lourenço, servindo de Matriz a igreja de Itapeperica, ficando o distrito dependente do Termo e Município de Santo Amaro. Foi elevada à categoria de vila pela Lei Provincial nº 33, de 8 de maio de 1877. O Município compreendia além da

paróquia da vila, mais a de N. S. do Rosário de MBoi e os povoados São Lourenço, Lagoa e Potuverú. A Lei Provincial nº 93, de 21 de abril de 1880, deu o predicamento da Freguesia à Capela de MBoi.

Pela Lei Estadual nº 1036, de 19 de dezembro de 1906, foi elevada à categoria de cidade.

Com a Lei nº 5.283, de 18 de fevereiro de 1959, foi criada a comarca, que já era objeto dos estudos da descentralização da Justiça.

ITAPETININGA - (SÃO PAULO)

Pelo que expõe Antônio Galvão Júnior, estudando a História de Itapetininga, Diocese de Sorocaba, a primeira capela teria sido construída por Vieira e assinalada a 16 de julho de 1768 pelo Pe. José Manuel de Campos Bicudo.

A primeira Igreja de N. S. dos Prazeres, construída em menos de dois anos, deu lugar a uma segunda, iniciada a 4 de agosto de 1872, pelo então Vigário da Paróquia, Pe. Francisco de Assunção Albuquerque, sendo a terceira recentemente construída no mesmo local.

A 5 de novembro de 1770 realizaram-se as primeiras cerimônias da instalação da Freguesia de N. S. dos Prazeres de Itapetininga.

Entre outros se faziam presentes o Juiz Ordinário de Sorocaba, Antônio de Miranda Cavalheiro, os membros da Câmara e várias pessoas, em solenidades de estilo. O Pe. Inácio de Araújo Ferreira, primeiro vigário da nova Freguesia, rezou a missa.

Lavrou-se o seguinte termo: "Aos cinco dias do mês de novembro de mil setecentos e setenta anos, nesta vila Nova de N. S. dos Prazeres de Itapetininga, em casa do aposentado Dr. Salvador Pereira da Silva, Ouvidor e Corregedor desta Comarca de São Paulo, a onde eu escrivão de seu cargo adiante nomeado fui vindo e sendo aí em presença do povo da mesma Vila, pelo dito Doutor Corregedor foi nomeado por um dos pelouros dos que se achavam no arquivo dos juizes e mais oficiais que hão de servir na governança desta Vila o que sendo pelo dito menino tirado e por ele Ministro aberto, achou serem os Juizes para o governo do primeiro ano Simão Barbosa Franco e Domingos José Vieira e para vereadores Miguel Fernandes de Abreu, José Rodrigues Guimarães e Sebastião Rodrigues de Quevedo e para procurador do Conselho Bernardo José Tavares aos quais mandou prontificar suas usanças para servirem os ditos cargos em que se acham eleitos, do que para constar mandou lavrar este termo e assinou e eu Feliz Eloy do Vale escrivão da Ouvidoria e Correição que o escrevi. (as) Pereira da Silva."

A posse da Câmara deu-se a 3 de março de 1871, depois de ter Simão Barbosa Franco prestado o compromisso de Juiz Ordinário a 4 de fevereiro, perante o Ouvidor Geral na sede da Capitania.

O nome Itapetininga tem origem indígena, significando laje seca ou enxuta.

Antônio Antunes Alves relata que por sua iniciativa, de Calixto e do Cônego Luís de Almeida Morais, atual pároco, conseguiram que o destacado escultor Alfredo Olini esculpisse em madeira a bela imagem de N. S. dos Prazeres, baseada na existente no Santuário dos Guararapes, em estilo barroco, vinda de Portugal, enriquecendo dessa forma a atual Matriz hoje pertencente à Diocese de Sorocaba.

Já em 1896, Alfredo Moreira Pinto dizia: "Foi fundada em 1766 por Simão Barbosa Franco. "O prestimoso paulista Salvador de Oliveira Leme, por antonomásia "Sarutaia", foi o primeiro Capitão-mor desta localidade; ele e o alferes Domingos José Vieira, natural de Portugal, podem ser considerados também como os fundadores desta povoação (Itapetininga), porque, sendo dos seus primeiros habitantes, tiveram numerosa e distinta descendência até hoje conhecida por sua importância na mesma localidade." (Azevedo Marques). Sua igreja matriz tem a invocação de N. S. dos Prazeres e depende da Diocese de São Paulo. Foi elevada à Vila em 5 de novembro de 1770 pelo Juiz Ordinário de Sorocaba Antônio de Madureira Calheiros, por ordem do Capitão-General D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão e comissão dada pelo Ouvidor-geral Salvador Pereira da Silva; mas só foi provida de pároco pelos fins do mesmo ano, visto como o primeiro Assento de batismo nos livros da paróquia é de 20 de janeiro de 1772, sendo seu primeiro vigário o Pe. Inácio de Araújo Teixeira. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial n° 5, de 13 de março de 1855."

PARADA INGLESA - (SÃO PAULO)

O Cônego Júlio Martins Serra elucida que em São Paulo a Paróquia de N. S. dos Prazeres de Parada Inglesa, pároco há mais de 30 anos, foi criada juntamente com outros 25, por D. José Gaspar de Affonseca e Silva, antes do Congresso Eucarístico Nacional de São Paulo, em 1942.

A devoção de N. S. dos Prazeres foi para ali trazida de Portugal, da localidade de Bemposta, em Traz-os-Montes, por uma colônia portuguesa lá radicada.

A imagem atual data de 1955. É de cedro vermelho, mede um metro e oitenta centímetros, esculpida por Salvador Chamon e dourada com 23 quilates, por Waldemar Chaves.

A festa é celebrada no primeiro domingo depois da Páscoa, uma das sete alegrias de Maria Santíssima. Antigamente era animada pelos pauliteiros, dança típica de Traz-os-Montes, e com gaita de fôle. Nesse dia, reúnem-se os portugueses de toda a São Paulo, e é um dia de confraternização

A Igreja foi projetada por Francisco Placeres Neto, com seu interior em mármore, granito e cristal e, em seu frontespício da fachada há outra imagem de N. S. dos Prazeres, esculpida em pedra sabão por Graciano José, canteiro da Catedral de São Paulo.

A Padroeira tem ali esta invocação: "Virgem Santa dos Prazeres", em vossos gloriosos dias não vos esqueçais das tristezas do mundo. Volvei um olhar de bondade para os que sofrem, para os que estão em dificuldades e que vivem lutando contra os infortúnios da vida. Tende piedade dos que amamos e se acham separados de nós. Tende piedade da solidão do coração. Tende piedade para com a fraqueza de nossa fé. Tende piedade daqueles por quem devotamos nossa ternura. Tende piedade dos que choram, dos que oram e dos que temem. Dai-nos esperança de paz."

Nesta imagem, também o Menino tem cetro.

No museu de arte Sacra de São Paulo há uma imagem de N. S. dos Prazeres, em barro policromado, procedente da Matriz de Sant'Ana do Parnaíba, São Paulo, feita pelo escultor e pintor beneditino, Fr. Agostinho de Jesus (1600-1661), discípulo de Fr. Agostinho da Piedade.

PIRACICABA - (SÃO PAULO)

Como se conclui do que informa Guilherme Vitti, Piracicaba surgiu da necessidade de sustentação e apoio das expedições do Capitão-general da Capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, por ele mandadas para fundar a colônia às margens do Iguatemi, na fronteira do Paraguai, e assim garantir para Portugal aqueles territórios.

Entre outras povoações que deveriam surgir às margens do Tietê com esse objetivo, Antônio Corrêa Barbosa, alterando as determinações, fundou a povoação às margens do Piracicaba, seu afluente, junto ao salto ali existente.

Provisão de Botelho Mourão de 26 de julho de 1770 determinava a construção da capela para se criar Freguesia, assim especificando: "... A invocação há de ser de Nossa Senhora dos Prazeres, minha Madrinha e a Padroeira de minha Casa, e a sua imagem há de ser colocada no altar-mor, pois tenho intenção de a fazer venerar em toda a parte que puder... No caso que não haja essas imagens, com aviso de V. Mercê as mandarei fazer. Vão as licenças necessárias para que o Reverendo Padre Angelo Pais de Almeida possa levantar altar portátil e dizer missa aos domingos e dias santos..."

Efetivamente a povoação foi elevada a Freguesia em 1774, sendo o Pe. João Manoel da Silva seu primeiro vigário.

Posteriormente surgiram desentendimento desse vigário com o fundador, exigindo até a presença do Capitão-mor de Itú, Vicente da Costa Taques e Aranha. Lamentavelmente as disputas continuaram apesar da presença de outro pároco, Frei Tomé de Jesus.

A população procurou mudar o povoado para o lado esquerdo do rio, lugar mais saudável e amplo, sendo para isso autorizada pelo Governo em 1784, contando novamente com a presença do Capitão-mor para

oficializar essa transferência.

Documento arquivado na Câmara Municipal refere que nessa ocasião teriam mudado o orago para Santo Antônio, tendo se espalhado a lenda de que, ao ensejo da mudança da imagem de N. S. dos Prazeres para o outro lado do rio, uma legião de anjos arrebatou a canoa, rio abaixo...

Guilherme Vitti ainda informa que o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, comemorando o bicentenário da criação da Freguesia, conseguiu a 26 de julho de 1974 do Bispo Diocesano D. Aniger Francisco Maria Melillo, a recriação da Paróquia de N. S. dos Prazeres, precisamente na área da primeira matriz, agora desmembrada da Vila Rezende.

Essa região, até há pouco pertencente à uma empresa, foi loteada, constituindo o bairro "Nova Piracicaba." Possui terreno reservado à construção da Matriz, necessitando apenas liderança local que imediatamente restabeleça a devoção, hoje histórica do Morgado de Matheus.

Examinando-se as informações redigidas por Alfredo Moreira Pinto em 1899, constata-se que a primeira Sesmaria concedida nesse lugar, segundo Azevedo Marques por ele citado, foi a Pedro de Moraes Cavalcante, pelo Capitão-mor Manuel Peixoto da Mota, em 15 de novembro de 1639.

A aglomeração de lavradores na região, em 1740, 1748 e 1769, devido à fertilidade do solo, facilitou ao Capitão Antônio Corrêa Barbosa abrir uma estrada, por ordem do Governador Luís Antônio, a fim de melhorar as comunicações com o território às margens do rio Paraná.

Provisão do mencionado Governador cria a Freguesia. Sobre a data em que se elevou à Vila, encontram-se opiniões divergentes

O pelourinho foi ereto a 10 de agosto de 1822, com o nome de Vila da Constituição e solenidades da época, pelo Ouvidor de Itú, João de Medeiros Gomes.

Na revolução de 1842, o município tomou parte ativa fornecendo um contingente à coluna revolucionária da Vila Grande.

Em 1856, por Lei Prov. de 24 de abril, a Vila foi elevada à cidade, restituindo-se-lhe em 1877, através da Lei Prov. n.º 21, de 13 de abril, seu antigo e popular nome de PIRACICABA, expressão indígena surgida devido ao Salto do rio, onde os peixes não podiam prosseguir. A Comarca criou-se em 1858, com a Lei Prov. de 30 de março.

IGUATEMÍ - (MATO GROSSO DO SUL)

O Capitão-General de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, governante de 22 de junho de 1765 a 13 de junho de 1775, nesse período, como lembra V. Corrêa Filho¹⁰ determinou a criação de inúmeras povoações, como as de Prazeres do Iguatemí, São José da Paraíba (hoje São José dos Campos), São Luís e Santo Antônio de Paraitinga, Faxina, Itapetininga, Apiaí, São João de Atibaia, Mogimirim, Piracicaba, Prazeres das Lajes, Guaratuba, Ararapira, Santo Antônio do Registro, Iapó, etc.,

procurando sempre estender o domínio da Metrópole, embora, às vezes, penetrasse em área de outros governadores portugueses.

Além de se preocupar com a colonização de Tibagi e outras localidades, Botelho Mourão incumbiu João Martins Barros da expedição colonizadora de Iguatemi. Este parte a 28 de julho de 1767 em 35 canoas, com 331 pessoas, inclusive dois padres. O lugar escolhido para a povoação foi assim descrito: "na margem ocidental do Rio Paraná a 4 léguas de distância das Sete Quedas, faz barra o Rio Iguatemi que desce da Cordilheira de Maracajú, onde tem a sua origem, e na margem setentrional do dito Iguatemi em distância de 20 léguas de sua barra, pouco mais ou menos, está situada a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres...

Preparando a segunda expedição, D. Luís Antônio, a 26 de agosto de 1767, enviou circulares aos Capitães-mores para que alistassem 250 pessoas, assim distribuídas: 40 homens, em São Paulo e Freguesias adjacentes; 40, em Jundiá; 40, acima do distrito desta cidade; 30, em Guaratinguetá; e 20 homens em cada uma das seguintes localidades: Mogi das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Paranaíba. Esta só pôde partir a 10 de fevereiro de 1768, levando elementos de toda ordem, e mais 400 alqueires de farinha, 300 de feijão, 300 arrobas de toucinho e 10 barris de aguardente da terra, sob a direção do violento Antônio Corrêa Barbosa.

Completo-se o efetivo do pessoal combatente do Iguatemi, com essas e outras expedições menores, acrescidas a população através dos povoadores.

Embora todos os obstáculos, estes seguiram para povoar Iguatemi em 28 de março de 1769, chefiados pelo Capitão-mor André Dias de Almeida e João Rodrigues Barbosa, em 11 canoas e 2 batelões, levando 342 pessoas, com mantimentos e munições, os quais deveriam plantar roças para subsistência. O abastecimento consistia em "feijão, farinha de mandioca, ou de milho, toucinho e sal."

A 12 de junho puseram termo à viagem depois da parada que tiveram no dia anterior onde "se refrescou a gente", com milho, feijão, farinha, abóbora e algumas hortaliças.

A praça "só principiada com terras e faxinas, que não davam defesa alguma, porque se penetrava de dentro para fora e de fora para dentro quase por toda parte", era hexagonal e a igreja media 40 palmos de comprimento e 12 de altura, com paredes de taipa, além do casario dos moradores ser exposto e de fácil incêndio, como chegou a ocorrer. A guarnição era formada pelo Capitão de Infantaria, Capitão-mor Regente J. Martins Barros. Servia de engenheiro, que projetou as obras da fortificação, J. Alves Ferreira. Possuía Companhias de paisanos, com efetivo de 300 homens e seus oficiais em péssimas condições de subsistência, diante da praga existente de insetos de toda ordem.

A esse tempo o Capitão-mor percebia mensalmente 25\$000; os Capitães, 14\$800; os Capelões, 10\$000; o Almoxarife, 4\$000; os Tenentes e Alferes, 8\$000; os Sargentos, 3\$300 e os Soldados, um tostão por dia.

A preocupação de D. Luís era com os movimentos das forças castelhanas que ora ameaçavam a praça de N. S. dos Prazeres de Iguatemi, ora o Rio Grande do Sul.

Tomaram-se várias medidas com o intuito de atender Iguatemi que deveria sustentar-se com os produtos de suas roças. Em abril de 1771 mandou um socorro com 300 arrobas de toucinho, 300 alqueires de feijão, 8 frasqueiros sortidos, 40 machados, 40 foices e outros artigos. Novo socorro enviado em novembro incluiu 24 variedades de remédios, que importaram em 55\$480: Antimônio em vidro, tártaro em vidro, quentilio, tártaro vitriolado, resina de batata, calomelanos, diágridio, quina, beruático do curro, cristal mineril, sene, maná, cremor tártaro, papoilas, pedra hume, alvaiada, verdete, pedra simples, salártico, flór de violas, resina de jalapa, ruibarbo, salsa parrilha e rum.

A esse tempo recrudesceram os males em Iguatemi. Além das disputas pela liderança no poder entre Martins Barros e D. José de Macedo o que mereceu admoestação de D. Luís Antônio em carta, ambos os contendores vieram a falecer acometidos de maleita. A epidemia grassou no povoado matando mais de 200 pessoas o que correspondia quase a um terço da população então ali existente, somando assim em 6 anos, 499 falecimentos. Em Santos foram procurados em outubro de 1772 um médico, um cirurgião e um boticário para fazer frente às doenças ocorrentes no presídio.

A Martins sucederia José Gomes de Gouveia e como Sargento-mor, na vaga de Macedo, interinamente, assumira o Capitão João Alves Ferreira. Uma expedição de socorro deveria chegar a Iguatemi. Entretanto, enfermidade de D. Luís, o empobrecimento da Capitania e a má-vontade geral contribuíram para retardamento dessa viagem. Gouveia, por fim, partiu com recomendações especiais, inclusive sobre o culto e devoção a N. S. dos Prazeres.

Recenseamento efetuado em outubro de 1774 revelou que existiam em Iguatemi 81 casais de povoadores; 25 casais de soldados aventureiros; 8 casais de soldados de tropa paga; 64 homens solteiros, de 12 a 60 anos; 58 mulheres solteiras, da mesma idade; 29 homens e mulheres viúvos; 57 homens, com armas; 30 homens, sem armas; 98 menores do sexo masculino e 65, do sexo feminino.

Como os espanhóis em uma coluna de 3.000 homens, dirigidos pelo Governador de Buenos Aires, D. Juan Vertiz y Salcedo, procurassem atacar Rio Pardo no Sul, D. Luís Antônio planejou entregar a defesa da praça de Iguatemi ao Brigadeiro Custódio que, para tanto, foi designado por ordem da Metrópole em outubro de 1772. Somente seguiu dois anos mais tarde. Já estivera ali vinte anos, como Sargento-mor Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria (1710-1792), encontrou para o rio Iguatemi a largura de 63 braças e profundidade de 8 a 10 palmos. Calculou para a Barra do Iguatemi lat. 25°54'44" e uma distância, daí, até a Fortaleza de N.S. dos Prazeres, 47 léguas e meia.

Chegado, foi recebido festivamente como o Salvador de doentes e

infelizes. No entanto, verificou que as obras estavam atrasadíssimas, presídio mal situado e com projeto desproporcionado à guarnição, que deveria ser de 3.000 homens para sua defesa, além de facilmente expugnável, e não atrair moradores, afora possibilidades econômicas incertas para o futuro.

O Brigadeiro procurou melhorar as condições do presídio, mesmo promovendo entendimentos com o Governador do Paraguai e prevendo planos de combate em caso de ataque dos castelhanos.

O Brigadeiro Sá e Faria, em 1774, confeccionou o mapa "Demonstração da Praça de N. Sra. dos Prazeres do Rio Iguaçu".

Em 31.01.1775 o Brigadeiro referiu a existência de 2 companhias de Infantaria, 5 companhia de Aventureiros e um Destacamento de Artilharia do Rio de Janeiro, num total de 326 pessoas.

Substituído D. Luís Antônio no Governo de São Paulo a 14 de junho de 1775 por Martins Lopes Saldanha, foi por este o Brigadeiro Custódio recolhido para São Paulo.

O Brigadeiro, ao retirar-se, confiou o Governo da Praça a um Triunvirato constituído pelo Capitão Joaquim de Meira de Siqueira, vigário Caetano José Soares e o Tenente Jerônimo da Costa Tavares, a quem instruiu como proceder na administração e na hipótese de surgimento de hostilidades.

Decorridos apenas 5 meses da partida de Custódio, a guarnição amotinada depôs o Capitão-mor Goveia e o substituiu pelo padre Louzada, que deu ciência dos fatos ao Governador Lopes.

Aproveitando-se da situação de indisciplina, o inimigo espanhol através do Vice-Rei D. Pedro de Ceballos, servindo-se do General da cidade do Paraguai, D. Agostinho Fernandes de Pinedo com uma coluna de muitos homens, puseram-se à frente da praça que tinha 116 soldados, a qual capitulou sem resistência. A capitulação assinada a 27 de outubro de 1777 pelo Padre Antônio Ramos Barbosa e Louzada e pelo Tenente Jerônimo da Costa Tavares, permitiu que os vencidos se retirassem com armas, munições e imagens, exceto os sinos. Entretanto, o Padre Louzada conseguiu retirar o sino histórico de Iguaçu, que pertencera às missões de Guaíra e entregá-lo à Igreja de Itú. A Praça de N. S. dos Prazeres de Iguaçu foi totalmente destruída por Pinedo.

O paraguaio Efraim Cardozo¹¹, escrevendo sobre sua pátria, informa que tendo sido anulado o Tratado de 1750 e iniciadas as hostilidades entre as duas metrópoles, o Governador Agustin Fernando de Pinedo, sucessor de Carlos Morphy, preocupou-se em desalojar os portugueses de Iguaçu, principalmente mandando construir o Forte de São Carlos, sob as ordens de Venâncio da Rosa, Tenente-General de Curuguaty. Descreve depois: "Pinedo convocou as milícias paraguaias na estância de Mandiô de onde saiu a expedição a 15 de setembro de 1777. O exército estava dividido em três brigadas, comandadas pelos Tenentes-Coronéis José Antônio de Yegros (pai do prócer), Salvador Cavañas e José Espinola. No total eram em torno de mil soldados, mais 500 peões.

Seguiram o caminho de Monte Grande e Palomares, e o governador passou em revista ao exército em Ñandorocay, não faltando um só soldado. Daí mandou as brigadas de Yegros e Espinola, para que surpreendessem a guarda do Passo Grande, frente ao Forte São Carlos.

A 27 de outubro à primeira hora foi o primeiro encontro. Caiu morto o vaqueano Tomé Núñez, desertor de Iguatemi e povoador de Remolinos. A guarnição do Passo entendeu fugir em uma canoa, sendo capturada. Imediatamente Pinedo decidiu atacar a praça nesse mesmo dia. Nossa Senhora dos Prazeres estava guarnecida com 14 canhões e 300 homens, além de 100 povoadores capazes de pegar em armas, com abundantes víveres e pólvora, balas e apetrechos.

Dias antes havia ocorrido uma sublevação popular quando prenderam o governador Coronel José Gonzales Gouveia. No momento em que apareciam as tropas paraguaias comandava a praça o padre Antônio Ramos Barbosa. Este, ao perceber a proximidade das forças em ataque, tentou restituir o comando ao governador deposto, porém este, Cel. Gonzales Gouveia, se negou a aceitar.

Percebendo perdida a praça, o padre Ramos Barbosa, a pedido dos povoadores, resolveu capitular. Montou a cavalo e apresentou-se a Pinedo, que aceitou a rendição. Esta se efetivou no dia seguinte. Pinedo, com 12 oficiais entrou na Praça e permitiu que os portugueses abandonassem o Forte com seus bens, armas e objetos particulares, recebendo honras. No dia 28 se hasteou a bandeira real na praça e logo se fez o inventário da artilharia capturada. Oitenta portugueses solicitaram autorização para radicar-se no Paraguai, o que foi permitido. Depois de incendiar as instalações do Forte, Pinedo e sua tropa regressaram a Assunção."

NOSSA SENHORA DOS PRAZERES - PARANAGUÁ - (PARANÁ)

Sobre a Fortaleza de Paranaguá, Ermelino Agostinho de Leão, já em 1928 asseverava que fora mandada construir pelo Governador de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, sob a direção de seu primo e ajudante de ordens, Ten. Cel. Afonso Botelho de São Paio, às expensas obrigatórias dos moradores da Vila de Paranaguá que, assim fortificada, estaria livre da ameaça dos espanhóis, que haviam conquistado parte do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Laguna fora tomada por D. Pedro Ceballos, sem encontrar resistência, a 23 de fevereiro de 1763.

Teria comandado a praça e tratado da construção da Fortaleza o Sargento Monteiro, às custas da Câmara, que se julgou muito prejudicada por um convênio celebrado à sua revelia o qual obrigava os habitantes a custear as obras da Fortaleza, inclusive os militares que a dirigiam.

São Paio, em Paranaguá, procurou reanimar o espírito público abatido com as notícias das derrotas portuguesas no sul, conseguindo que a Câmara e o povo concorressem com parte das despesas com a Fortaleza,

enquanto a outra foi atendida pela Fazenda Real. Cada morador concorreu de conformidade com suas posses.

Depois da gestão de um ano e oito meses, já se assentara a artilharia e estava pronta a Capela de N. S. dos Prazeres, benta a 23 de abril de 1769, quando foi dada a primeira salva de artilharia.

A referida Fortaleza de N. S. dos Prazeres situa-se na Ilha do Mel, na fralda do Morro da Baleia, em frente ao canal de entrada da baía de Paranaguá.

Pelo que conta Aníbal Barreto¹², seu armamento consistia em duas peças de calibre de 24 libras, duas de 18 e duas de 12 libras.

Desarmada em 1800, em 1825 foi rearmada com doze peças de 18 e 30 libras e guarnecida, sendo novamente desarmada em 1831.

Guarnecida e rearmada em 1850, a 1º. de julho daquele ano enfrenta a fragata inglesa "Carmarau" que aprisionou navios mercantes brasileiros surtos no porto, sob pretexto de encontrar escravos negros contrabandeados. O Capitão Joaquim Ferreira Barbosa, então comandante da Fortaleza, auxiliado por patriotas, alvejou com os velhos canhões a fragata que se obrigou a refugiar na Enseadas das Conchas.

Posteriormente desarmada, em 1905 sediou um Batalhão de Artilharia e, em 1909, a 4a. Bta Independente.

Ultimamente, essa Fortaleza, que teve a construção iniciada em 1767, foi armada com quatro canhões do antigo Cruzador Tamandaré, de 120mm e/40, até que foi declarada fora de serviço em agosto de 1954, sendo o Quartel e o material guarnecidos por um contingente.

Também conhecida como Fortaleza da Barra, foi o único estabelecimento militar do Paraná, no século 18. Restaurada em 1990, foi tombada pelo Patrimônio Histórico.

LAGES - (SANTA CATARINA)

Em Lages encontra-se novamente a atuação do devoto e afilhado de N. S. dos Prazeres, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, então Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo e Minas, nomeado pela Carta Régia de 6 de janeiro de 1765. Tomou posse em Santos a 22 de julho, em cujo cargo se conservou até 13 de junho de 1775.

Walter Dacks informa que entre todos os redutos que esse governador de São Paulo mandou fundar para defender a integridade do território hoje brasileiro contra o inimigo castelhano, figura a povoação das Lages que,



conforme ordem lavrada em São Paulo a 20 de agosto de 1766, deveria ter o Orago de N. S dos Prazeres.

O Morgado de Mateus incumbira disso a Antônio Corrêa Pinto de Macedo que a 9 de julho de 1766 o nomeara "Capitão-mor Regente do Sertão de Curitiba, principiando do campo da estiva para o Sul, até as fronteiras desta Capitania."

Essa ordem teve os seguintes dizeres: "Porquanto tenho encarregado ao Capitão-mor Regente Antônio Corrêa Pinto várias Ordens, cuja substância de fundar uma Povoação no Certão de Curitiba na passagem chamada as Lagens, à qual necessariamente se há de por nome para que entre as mais Povoações desta Capitania se distinga: ordeno ao dito Capitão-mor Regente que logo que formar a referida Povoação lhe ponha o nome de Vila Nova dos Prazeres, e da Igreja Matriz da dita Povoação será Orago Nossa Senhora dos Prazeres, a quem tenho devoção especial por ser minha Madrinha, e Padroeira da minha Casa, e Morgado de Mateus de que sou Administrador. Assim o executará sem dúvida alguma."

Corrêa Pinto, também português, teria chegado à região de Lages a 22 de novembro de 1766, iniciando imediatamente os fundamentos da Capela e da Vila.

No ano seguinte, a 26 de junho, chegaram dois franciscanos Pe. Tomé de Jesus e Pe. Manuel da Natividade Teixeira, ano em que Lages foi elevada a Freguesia, sob o patrocínio de N. S- dos Prazeres. A Freguesia foi confiada aos padres diocesanos em 1768. Corrêa Pinto, fundador de Lages, faleceu em 1783, vítima de um ferimento produzido por assaltantes desconhecidos. Teve sepultura na hoje Catedral, em 29 de setembro de 1783.

Walter Dacks diz ainda que D. Luís Antônio Mourão mandara construir outras Praças Fortes com a invocação da mesma Senhora. Em 1767, Nossa Senhora dos Prazeres de Piracicaba; a Praça Forte de Nossa Senhora de Iguatemi. em território matogrossense; e, na Ilha do Mel, para defender o porto de Paranaguá, a Fortaleza de N. S. dos Prazeres. Em 17 de abril de 1768 ordenaria a Simão Barbosa Franco o levantamento da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga A 19 de agosto de 1770, daria às minas que estavam para serem descobertas no "grande Certão do Piragy", o nome de "Minas dos Prazeres do Piragy." Por fim "para que se perpetuasse a sua festa como sempre lhe fiz no Sítio da Luz, e como sempre se fez em minha Casa de Matheus", desejaria ele, no dia de Natal de 1773, que a Padroeira do Recolhimento de Nossa Senhora da Luz, em São Paulo, fosse Nossa Senhora, com o título dos Prazeres.

D. Luiz Antônio, bom fidalgo português, perpetuou assim o nome de sua madrinha, N. S. dos Prazeres, em várias localidades, por quem tinha uma extraordinária devoção.

Sabe-se que já anteriormente o Governador de São Paulo Antônio da Silva Caldeira Pimentel, em 1728, fez construir o caminho primitivo nos campos de Lages, que se chamaria "Estrada dos Conventos", procurando ligar São Paulo ao Rio Grande e assim transportar para o norte o gado aqui

existente em abundância, principalmente muare.

A Diocese de Lages foi criada a 17 de janeiro de 1927 pela Constituição Apostólica "Inter Praecipuas" do Papa Pio XI, com território desmembrado da Diocese de Santa Catarina, hoje Arquidiocese de Florianópolis. Seu primeiro Bispo foi D. Daniel Henrique Hostin, OFM, de 1929 a 1973, quando assumiu o atual Bispo D. Honorato Piozera, SCJ.

Lages comemora a 15 de agosto o dia da Padroeira que é invocada com esta oração: "Ó celestial Senhora dos Prazeres, insigne Padroeira da Diocese de Lages, jubilosos cantamos as vossas alegrias. Louvamos e bendizemos vossas excelsas prerrogativas e com toda a confiança solicitamos a vossa material proteção. Pelas inefáveis alegrias que inundaram vossa alma imaculada no meio de tantos sofrimentos e privações, lançai vosso olhar sobre nós, vossos filhos; fortificai nossa fraqueza, iluminai as trevas de nosso espírito, consolai-nos nas horas amargas de tristeza e dor. Fazei que, com santa alegria sigamos decididos o caminho da santa vontade de Deus até chegarmos a Vós, Rainha dos Céus, para convosco, em eternos prazeres, adorar e possuir a Deus, o supremo Bem e Amor. Assim seja."

Referindo-se a Lages, Alfredo Moreira Pinto, em 1896, afirma:

"Foi separada de São Paulo e unida a Santa Catarina por Alvará de 9 de setembro de 1820". Sobre sua fundação lê-se no Dicionário Geográfico de Milliet de Saint Adolphe: "no fim do século XVII alguns lavradores paulistas assentaram morada nas adjacências dos ribeiros Caveira e Carahá, onde o solo era sumamente rico, e edificaram uma igreja de N. S. dos Prazeres. Foram estes colonos obrigados a defender os novos estabelecimentos contra as agressões dos índios bravios, e os derrotaram em vários encontros, pondo-os em fuga com o auxílio das armas de fogo, até que em 1774 o governador de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, conferiu a esta povoação o título de vila, dando-lhe o nome que hoje tem, e quase ao mesmo tempo foi a igreja de N. S. dos Prazeres elevada à categoria de paróquia. Em 1786, o governador da Ilha de Santa Catarina, João Pereira Pinto, deu princípio a uma estrada por meio das matas, entre o rio Tubarão e a vila de Lages, para se poderem transportar os gêneros ao porto de Pouso Alto, no mencionado rio, e conduzi-los à vila da Laguna ou até a cidade do Desterro. Teve a desgraça de ser tomada várias vezes, correndo os anos de 1839 a 1840, pelos rebeldes do Rio Grande do Sul, que foram outras tantas obrigados a evacuá-la." Azevedo Marques diz: "Lages Povoação fundada por ordem do governador e Capitão-General D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, pelo Capitão Antônio Corrêa Pinto, que de São Paulo partiu em agosto de 1765 com toda a sua família, levando em sua companhia dois padres, alguns homens brancos, índios e escravos, com incumbência de levantar logo uma igreja dedicada a N. S. dos Prazeres, para o que levou ornamentos e vasos sagrados, tirados da igreja do colégio de São Paulo. A 8 de setembro de 1766, foi expedida pelo dito Capitão-General a provisão elevando a nova povoação à vila. Por duas vezes foi necessário mudar o local em que havia

começado, por causa das enchentes dos rios Pelotas e Canoas, de sorte que o lugar, em que hoje está, é o terceiro. O Alvará de 9 de setembro de 1820, que a desanexou da Capitania de São Paulo e a incorporou à de Santa Catarina, teve por fundamento o achar-se muito decadente a vila, em consequência das continuadas invasões de índios selvagens, e poder ser mais prontamente socorrida pela referida capitania de Santa Catarina." Saint-Adolphe, em seu Dicionário e O Dr. Teixeira Melo, em suas "Efemérides", dizem ter sido Lages elevada à vila em 1774. Azevedo Marques afirma que a ordem para Lages ser ereta em vila foi de 8 de setembro de 1766. O Relatório da Repartição de Estatística diz que Lages foi vila pela Carta Régia de 26 de janeiro de 1765, sendo instalada em 22 de maio de 1771 As Leis em conflito, de G. S.S. (pág. 65) afirmam que as ordens expedidas para esse fim ao Capitão-mor Antônio Corrêa Pinto foram de 4 de setembro de 1770. Foi elevada à categoria de cidade por Lei Provincial n° 500, de 25 de maio de 1860."

OUTRAS INVOCAÇÕES NO BRASIL

No Brasil ainda existem, ou existiram, outras invocações a N. S. dos Prazeres.

Milliet de Saint-Adolphe¹³, em 1863, em seu Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil, registra um "lugarinho da Província de Paraíba, no Distrito da Vila do Conde, com uma capela de N. S. dos Prazeres pertencente à Ordem dos Beneditinos." No mesmo trabalho, ainda informa a existência de "Povoação no norte da Província de Mato Grosso, nas cabeceiras do Rio Cuiabá, com uma capela de N. S. dos Prazeres.

Em seus Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil, em 1899, Alfredo Moreira Pinto também acusa a existência de "**Prazeres**, Vila e Município do Estado de Pernambuco, criada pela Lei n° 128, de 28 de junho de 1895, que para ela transferiu a sede do Município de Muribeca." **Prazeres**, Distrito do Estado do Ceará, no Município de Campo Grande, Orago N. S. dos Prazeres e Diocese do Ceará. Foi criada a Paróquia pela Lei Provincial n° 125, de 25 de outubro de 1886, confirmada e instituída canonicamente a 19 de junho de 1888. **Prazeres**, (N. S. dos), Encantadora ermida situada em um montículo, atrás do qual deságua o Rio São Francisco o Riacho Panema, no Estado de Alagoas. **Prazeres**, Província do Estado do Rio de Janeiro, no Município de Magé, **Prazeres**, log. do Estado de Minas Gerais, no Distrito de Teófilo Otoni. **Prazeres**, uma Estação da Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco, no Estado de Pernambuco, Município de Muribeca. **Prazeres**, Morro do Estado de São Paulo, no Distrito de Santo Antônio da Boa Vista **Prazeres**, Ilha do Estado de Alagoas, no Rio São Francisco e Comarca de Traipú. Divide o rio em dois braços, sendo o mais profundo o que passa ao lado ocidental dela. No alto dessa ilha ergue-se a capela de N. S. dos Prazeres. "É uma tradição corrente, diz

Valle Cabral, que a imagem foi achada na ilha e que debalde a quiseram transportar para o Panema; se em um dia a traziam para ai, no outro, aparecia ela de novo ao alto da ilha. A insistência da imagem repetiu-se por tantas vezes que afinal lhe edificaram a Capela, que faz as delicias de quem vê, dizendo-se que sua construção data de 1694." - **Prazeres**, Ilha no Rio Doce, Estado do Espírito Santo. - **Prazeres**, Ilha do Estado de Minas Gerais, no Rio São Francisco, defronte da foz do córrego de seu nome. - **Prazeres**, Rio que banha o Município de Ipueiras e deságua na margem esquerda do Macambira, afluente do Potí, no Estado do Ceará. - **Prazeres**, Córrego do Estado do Rio de Janeiro, no Distrito de Monte Serrate, Mun. de Paraíba do Sul. - **Prazeres**, Ribeirão do Estado de São Paulo, afluente do Rio Pardo. Vêm da Serra de Caraguatuba. - **Prazeres**, Córrego do Estado de Minas Gerais, afluente da margem direita do Rio Francisco. - **Prazeres**, Ribeirão do Estado de Minas Gerais, no Município de São Paulo do Muriaé. Deságua no João do Monte, afluente do Muriaé. - **Prazeres**, Lago do Estado do Pará, no Município de Macapá, na bacia do rio Macuacuri. - **Prazeres**, de Extremo (S Miguel e N. S. dos), Distrito do Município do Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte."



Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres
Ilha do Mel - Paraná

BIBLIOGRAFIA

- 1 - Ruy Cirne Lima. Terras Devolutas. Edit. Liv. do Globo, Porto Alegre, 1931.
- 2 - José de Araújo Fabrício, A Freguesia de N. S. Bom Jesus do Triunfo. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Imprensa Oficial, P. Alegre, 1948.
- 3 - Arthur Ferreira Filho. História Geral do Rio Grande do Sul. Editora Globo, Porto Alegre, 1958.
- 4 - Guilhermino Cesar. História do Rio Grande do Sul. Editora Globo, 1970.
- 5 - Helena Assumpção Nascimento. Coletânea. Editora Aimara Ltda, Pelotas.
- 6 - Frei Agostinho de Santa Maria. Santuário Mariano, Lisboa, 1707-1723, 10 Vol.
- 7 - CNBB. Anuário Católico do Brasil. 1977.
- 8 - IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio, 1958.
- 9 - Alfredo Moreira Pinto. Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil. 2 Vol., Imprensa Nacional, Rio, 1899.
- 10 - V. Corrêa Filho. As raízes de Mato Grosso. 2 Vol., São Paulo, 1925.
- 11- Efraim Cardozo. Efemérides de La Historia del Paraguay. Ediciones NIZZA, Asunción - B. Aires, 1967.
- 12- Anibal Barreto. Fortificações do Brasil. Biblioteca do Exército Editora, Rio, 1958.
- 13- Milliet de Saint-Adolphe. Dicionário Geográfico e Histórico e Descritivo do Império do Brasil. Edit. Aillaud, Guillard, Paris, 1863, 2 Vol.

A PRAÇA DA MATRIZ NA HISTÓRIA E NA LITERATURA¹

Sérgio da Costa Franco

O cronista **Coruja** não gostava que se atribuisse ao Governador **José Marcelino de Figueiredo** a fundação de **Porto Alegre**. Como se diria fundador de uma cidade quem já a encontrara povoada de ranchos e moradores, e até com uma capela em funcionamento? Mas a verdade é que o bravo e autoritário **José Marcelino** transformou em vila um precário arraial de casas de palha, deu-lhe arruamento, igreja matriz, palácio da governança e sede para a Junta de Fazenda, que vinha a ser ancestral remota do Tesouro do Estado.

Foi graças também àquele semeador que tivemos nossa **ÁGORA** na **Praça da Matriz**, ali reunindo, desde fins do século 18, Igreja, governo e fisco, os três poderes incontrastáveis do passado colonial. Essa junção de forças, acrescida no início do século 19, pela Junta de Justiça, marcaria definitivamente o destino da **Praça da Matriz** como espaço cívico, tanto mais que, ao extinguirem-se a Junta de Fazenda e a Junta de Justiça, o respectivo prédio passou a hospedar a Assembléia Legislativa Provincial.

Todos esses poderes se situaram na face Sul do grande largo, no alinhamento da **Rua da Igreja**, descerrando panoramas esplêndidos para um lado e outro. Bem mais adiante, na face Oeste do largo, onde se sabe que existiu primitivamente um moinho de vento, construiu-se o prédio da "Bailante", que foi um centro recreativo, e, na face Norte, dentro da área do próprio largo original, edificou-se o Teatro São Pedro; paralelo a este, fazendo um par perfeito, o edifício que foi da Câmara Municipal e depois se transformou em sede do foro judicial e do Tribunal de Justiça.

No fim do século passado, o quadro estava completo em torno da *ágora*: os três poderes, mais o teatro e um centro de diversões, a Catedral e a capela do Divino Espírito Santo, compunham o conjunto ideal de um centro de convívio cívico, presentes o Estado, o lazer, a cultura e a religião no mesmo espaço urbano. Tal circunstância faria do primitivo **Largo do Palácio, Largo da Igreja, ou Largo e Praça da Matriz**, o principal ponto de encontro dos porto-alegrenses, local predileto de suas grandes festas, de suas concentrações religiosas, paradas militares e protestos políticos. Neste sentido, a **Praça Dom Pedro II** – nome que recebeu em 1865, ainda antes de ser ajardinada, depois evoluindo para **Praça Marechal Deodoro** sem jamais ter perdido o apelido original, - foi o cenário maior da comunidade porto-alegrense.

Urbanisticamente, ela teve longa e difícil evolução. Nos primeiros tempos do povoado, antes que **José Marcelino** ali instalasse equipamentos nobres, parece que recebia os despojos dos mortos. Essa foi uma suposição do sempre autorizado **Pereira Coruja**, quem escreveu (Crônica de 15/4/1884, Gazeta de Porto Alegre) que ao tempo de sua adolescência,

¹ Palestra no Salão Mourisco da Biblioteca Pública do Estado em 10.09.1998.

quando se quis desbastar a lomba e formar o paredão que separava da Praça o leito horizontal da **Rua da Igreja** (Rua Duque de Caxias), “achou-se no meio da praça para cima (terrenos escavados) e nos arredores do palácio muita ossada humana”, o que induzira à convicção de ali ter sido o cemitério correspondente à antiga capela de **São Francisco do Porto dos Casais**.

Sacralizado embora o solo pelas sepulturas dos fundadores, a população tinha o mau costume de retirar do terreno do Largo barro ou saibro para as suas construções, o que deu causa a uma vereança da Câmara (31/3/1810), proibindo tal prática e sujeitando-a à multa de 2 mil réis. Aliás, **Coruja**, na mesma crônica antes citada, informou que o Largo, no seu tempo de menino, era “uma praça perigosa de transitar, principalmente em noite sem lua, por causa dos imensos socavões formados pelas chuvas”.

Apesar disso, a Festa do Divino Espírito Santo, que, trazida pelos açorianos, madrugou em **Porto Alegre**, atraía multidões festivas para o Largo, e este se povoava de negociantes de ocasião, vendedores de guloseimas, que da Câmara obtinham licenças provisórias. Já em 1821, a Festa do Divino era popular, tanto que encontrei um processo criminal em que a ré, a assim denominada “china **Maria Antônia**”, brigou com seu amásio, soldado da Legião de **São Paulo**, porque este quis forçá-la a ir com ele à Festa, estando ela indisposta.

O primeiro acontecimento político noticiado no **Largo da Matriz** ocorreu também em 1821, quando chegavam até nós os bafejos da revolução liberal do **Porto**. Tudo não passou de uma quartelada, pronunciamento militar com insubordinação e desacato à junta governativa interina que substituíra o Conde da **Figueira**. O palco de tudo foi a **Praça da Matriz**, e o evento foi descrito no trabalho de **Homem de Melo**, “Índice Cronológico dos Fatos mais notáveis da História do Rio Grande do Sul” (Revista do IHGB, tomo XLII, parte 2^a., 4^o. trimestre. 1879):

*No dia 26 de abril de 1821, pelas duas horas da manhã, o batalhão de artilharia e infantaria da capital, armado e municiado de pólvora e balas, e conduzindo duas bocas de fogo, marchou dos seus quartéis e se postou na praça da residência do governo, onde, ao sinal de um foguete do ar, tocou a rebate e sucessivamente se lhe reuniram a tropa do regimento de infantaria da primeira linha da Ilha de **Santa Catarina** o piquete de cavalaria da guarda dos governadores e capitães-generais, praças avulsas da Legião de **São Paulo** e soldados **Guaranís**, e proclamaram a constituição com grandes e tumultuosos alaridos.*

Diferentes escoltas, compostas de soldados do batalhão e do piquete, destacaram-se imediatamente e foram às casas do ouvidor da comarca e membro do

*governo interino, do juiz-de-fora, do Cônego vigário-geral, do desembargador **Luís Corrêa Telxela de Bragança**, empregado da Junta de Fazenda Real, os conduziram debaixo de prisão para a frente das tropas, cujo comandante permitiu que se retirassem o ouvidor, o vigário-geral e o juiz-de-fora, com condição expressa de voltarem, o primeiro reunido ao governo, o segundo ao clero e o último à Câmara.*

O governo, a Câmara e o clero, cedendo ao motim da soldadesca, que exigia ao demais a deposição de várias autoridades e o soldo adiantado de um ano, prestou o juramento à Constituição, havendo então uma salva de vinte e um tiros.

Passado o susto, o governo interino soube recuperar sua autoridade, fez embarcar o Batalhão de Artilharia e Infantaria para **Rio Grande** e o dissolveu em vários destacamentos de fronteira. Afora isso, fez seguir para a Corte, preso como o principal conspirador, um padre de longo nome: **José Rodrigues Malheiros Trancoso Souto-Maior**. Desse padre, que segundo **Coruja** recebera o sugestivo apelido de **Padre Batalha**, tenho a cópia do requerimento que enviou ao Príncipe Regente, protestando inocência, negando qualquer influência sua no motim e denunciando as irregularidades e abusos que teriam sido praticados pelo presidente da Junta governativa interina, General **Manoel Marques de Souza**, primeiro desse nome. O Padre não era estanho aos livros, tanto que **Sacramento Blake**, em seu dicionário, atribui-lhe a autoria de duas orações sacras, editadas no **Rio de Janeiro**, além de um panfleto originado do episódio de sua prisão: "Quadro moral do tenente-general Manoel Marques de Souza, o déspota da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul", **Rio**, s/data, 9 p..

O militar sedicioso que naquela madrugada encheu de gritos o **Largo da Matriz**, humilhando as autoridades civis e o próprio vigário-geral, era o Coronel graduado **José Maria de Almeida**. Seu real objetivo, assim como o de seus comandados, foi protestar contra atrasos de soldo e denunciar irregularidades que estariam sendo cometidas pela Junta de Fazenda; o juramento à Constituição não passaria de disfarce e desculpa, visto que o governo já marcara data para tal cerimônia cívica, a 30 do mesmo abril.

A época da Independência foi período de agitações na capital rio-grandense. Durante o ano de 1823, reunida no **Rio** a Assembléia Nacional Constituinte, e eclodindo os atritos entre Dom **Pedro I** e os deputados, os partidários fervorosos do Imperador resolveram, mesmo de **Porto Alegre**, pressionar a Assembléia. A 19 de junho, tropa sob o comando do Tenente-Coronel **Gaspar Francisco Mena Barreto** e do Major **José Luís Mena Barreto** tomou posição na **Praça da Matriz** e ali divulgou proclamação jurando fidelidade ao Imperador **Pedro I** e, manhosamente, à Constituição que "fizer a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, na

conformidade em que a jurou Sua Majestade Imperial, isto é, se for digna dele e do mesmo Brasil e por ela tiver o mesmo Augusto Senhor o veto absoluto". Acresce que o pai dos dois oficiais manifestantes era o Marechal **João de Deus Mena Barreto**, que presidia a Junta Governativa da Província, o que aumentava a gravidade do caso, dado que a tese do veto absoluto atribuído ao Imperador consolidaria um regime de feição absolutista. No mês seguinte, quando o pronunciamento dos militares da guarnição de **Porto Alegre** chegou aos ouvidos da Constituinte, foram enérgicas as reações, delas resultando a destituição do Marechal de seu cargo na Junta Governativa, e de seus filhos, dos respectivos comandos de tropa (conforme Rocha Almeida, Vultos da Pátria, v. I, p.60.)

Foi a primeira vez que manifestação gerada na **Praça da Matriz** alcançava repercussão nacional. E muito negativa, por sinal. O deputado **José Martiniano de Alencar**, segundo informa **José Honório Rodrigues**, teria dito que a tropa "no canto do Império, com as armas na mão, e em tom ditatorial, marca aos representantes da Nação a linha de conduta que devem ter, dando assim a lei a toda a Nação, usurpando deste modo os direitos mais sagrados do povo" (A Assembléia Constituinte de 1823, Petrópolis, Vozes, 1974, p.262).

Ligado ainda ao motim dos **Mena Barreto** e dos seus soldados guaranis, está o pânico ocorrido na Igreja Matriz, algum tempo depois, de que o nosso inesgotável **Coruja** deixou divertida descrição. No transcurso de uma missa de madrugada, com a Igreja repleta, aproximou-se, sem ser notada, a banda do Regimento de Guaranis, que vinha tocar sua retreta à frente do Palácio. Quando os tambores rufaram de surpresa, um dos presentes à Missa teve um mal súbito, calu, e alguém que lhe estava próximo exclamou "Levante-o". Como todo mundo andasse alarmado por causa das recentes agitações, os participantes da Missa entenderam que se tratava de um levante, fez-se o pânico, e a igreja ficou, segundo o cronista, "alastrada de chapéus, bengalas, sapatos, chinelos, lenços, baetas, mantilhas e pentes", pois todos dispararam, até pelas janelas da sacristia.

A **Praça da Matriz** desse tempo foi a mesma que viu e descreveu **Saint-Hilaire** em seu diário de viajante "Uma das três grande ruas, chamada Rua da Igreja – escreveu – estende-se sobre o cume da colina. É aí que se acham os três principais edifícios da cidade: O Palácio, a Igreja Paroquial e o Palácio da Justiça. Estão construídos em alinhamento, um ao pé do outro, voltados para o noroeste e, do outro lado da rua, em frente, levantaram apenas um muro de apoio para não prejudicar um dos mais belos panoramas existentes. Abaixo desse muro, sobre a encosta da colina, uma praça, infelizmente muito irregular, cujo terreno é sustentado por pedras que mal afloram à superfície, formando canteiros dispostos em losangos" (**SAINT-HILAIRE**, Viagem ao Rio Grande do Sul, P. Alegre, ERUS/Martins Livreiro, 1987, p.44).

Corresponde exatamente a esse panorama o quadro a óleo, de autor desconhecido, pintado a partir do solar dos **Câmara** (e a esta família

pertencente), que é um dos primeiros documentos iconográficos de **Porto Alegre**. (cfr. artigo de Leandro Teles, *Correio do Povo*, 14/9/1975).

Ainda antes de receber ajardinamento, chafariz, gradis de ferro e outros fatores de embelezamento, a **Praça da Matriz** fez sua entrada na literatura provincial: **Caldre e Fião**, no seu romance "O Corsário", publicado em 1849, situa um personagem "encostado à laje fria que cobre o paredão fronteiro à igreja da Madre de Deus, do palácio da presidência e da casa da assembléia provincial, junto ao pórtico da escadaria do meio, que desce para a praça chamada do Palácio...".

Mais ou menos com o mesmo visual dos tempos da Independência estava a praça em 1864, que é de quando data uma das primeiras fotografias da cidade: grande potreiro escavado e íngreme, com uma espécie de calçada de acesso em posição axial; em primeiro plano, os alicerces da Câmara Municipal que começava a ser construída; à direita, o canto do Teatro, o prédio da Bailante e a Assembléia Legislativa, esta já com o 2º piso.

Dáí até o fim do século 19, ela teve expressivos ganhos estéticos: primeiro, o grande chafariz da Companhia Hidráulica, com suas estátuas de mármore representativas dos rios formadores do **Guaíba**; depois, a arborização, um gradil de ferro a proteger o jardim, e o primeiro monumento a adornar um espaço público em **Porto Alegre**: a estátua de mármore do Conde de **Porto Alegre**. inaugurada em 1885.

O largo continuaria a testemunhar os maiores acontecimentos políticos. Após a proclamação da República, quando governantes se sucederam em curtos lapsos de tempo, alguns deles derrubados por levantes militares ou populares, o cenário continuaria sendo o espaço fronteiro ao Palácio. A 13 de maio de 1890, quando um incidente entre a Polícia e manifestantes da **Rua da Prala** comprometeu o governo interino do Dr. **Francisco da Silva Tavares**, os batalhões 13 e 30 de Infantaria se rebelaram e junto com os alunos da Escola Militar marcharam para a **Praça da Matriz**, onde, em Palácio, **Silva Tavares** entregou o governo ao General **Carlos Machado Bittencourt**, comandante das Armas.

No caso, **Júlio de Castilhos** e seus correligionários estavam por trás da rebelião militar. Mas, no ano seguinte, a 12 de Novembro, em função do golpe de estado do Generalíssimo **Deodoro** e das reações que em toda a parte suscitou, tocou a **Castilhos** a vez de ser derrubado por via de uma agitação popular e castrense. Depois de um comício na **Praça da Alfândega**, donde resultou a formação de uma comissão especial para entender-se com o Presidente do Estado, cuja reação diante da dissolução do Congresso não correspondera às aspirações gerais, a multidão subiu a ladeira da **General Câmara** e se postou junto ao Teatro **São Pedro**. A comissão, dita "conciliadora", ingressou no Palácio e lá apelou a **Castilhos** para que entregasse o governo. Sem forças para resistir na ocasião, o Presidente disse que se retirava, entregando o governo à anarquia. A seqüência do episódio assim foi narrada pelo jornal *Mercantil*: "Subindo as escadas da Igreja Catedral, o sr. **Ernesto Paiva** dirigiu-se ao povo,

declarando que o sr. presidente, em vista da manifestação popular, depunha o governo nas mãos ou da Junta Comercial ou daquele que o povo indicasse”.

Depois de aclamado em plena rua um governo provisório, seus membros se dirigiram ao prédio da Assembléia, e, com a massa popular, ali se entregaram a manifestações de regozijo. A crer na narrativa do *Mercantil*, foi ali, em plena rua, diante da Matriz, que se constituiu a junta governativa revolucionária.

Já no ano seguinte, a 17 de junho, após uma sedição da Guarda Cívica, povo armado e tropa trouxeram **Castilhos** pela rua desde a sede do jornal *A Federação* até o Palácio, para repô-lo no governo do Estado. Não houve reação. A restauração se fez entre vivas ruidosos. A resistência só ocorreria no interior do Estado, e evoluiria no rumo da guerra civil que ensangüentou o **Rio Grande** por mais de dois anos. Porém a cena primeira, como convém às tradições da cidade, teria que ser diante da **Praça da Matriz**.

Esse mesmo retorno inaugurou um longo período de autoritarismo político, em que o esvaziamento da vida parlamentar e das atividades partidárias também esvaziou a Praça de manifestações e de protestos políticos. A famosa “passeata da rolha”, com que os estudantes superiores, de rolha na boca, pretenderam desfilar diante do Palácio do Governo em 1917, foi dissolvida pelo piquete presidencial ainda na **Rua Duque de Caxias**, antes de chegar ao âmbito da Praça. Mas é certo que muita gente a contornou às pressas, abaixo de golpes de espada, descendo apressadamente as ruas afluentes.

Em termos de resistência democrática, a Praça marcaria seu maior tento em 1961, quando a ameaça de golpe militar contra a posse de **João Goulart** levou o povo a congregar-se em torno do Palácio **Piratiní**, solidário ao Governador que resistia em defesa da legalidade. De 25 de agosto, data da renúncia de **Jânio Quadros**, até 5 de setembro, em que **João Goulart** foi empossado em **Brasília** como presidente, **Porto Alegre** viveu dias de extrema tensão e expectativa, inclusive sob o temor de bombardeios aéreos que não aconteceram, e a **Praça da Matriz** foi o foco da arrogimentação popular, com toda a sorte de episódios que foram do dramático ao cômico.

Nos longos anos da ditadura militar, a partir de 1964, e muito especialmente a contar de 1968, a Praça dormitou sob a vigilância inibidora das sentinelas armadas. Houve época em que era proibido aos transeuntes até o caminhar pela calçada do Palácio, de sorte que o governador **Euclides Triches** ganhou créditos de democrata por haver cancelado tal proibição. Entretanto, depois do restabelecimento pleno da democracia, a Praça retomou suas prerrogativas, extrapolando mesmo todos os limites. Fez-se a arena de quaisquer protestos, campo de batalha das sinetas dos professores e até acampamento armado de trabalhadores sem terra. Houve momentos em que o próprio ajardinamento foi destruído e pareceu que o belo jardim público retornaria à condição primitiva de **Largo do Palácio**, descalfado e erodido.

Mas está explícito no título desta palestra que eu falaria, não só de política, senão também da literatura que vicejou à sombra da **Praça da Matriz**. Tenho para mim que nenhum outro logradouro inspirou tanto os escritores locais.

Já vimos que o velho **Caldre e Fião**, precursor da ficção gaúcha e brasileira, não resistiu à tentação de bosquejar alguma coisa sobre a "praça do Palácio", para ali levando personagens de "O Corsário".

Aquiles Porto Alegre, com o entranhado amor que votava à cidade, dedicou às festas populares da **Praça da Matriz** mais de uma de suas saborosas crônicas evocativas. Rememorando os "fogos do Espírito Santo", num período anterior à própria iluminação a gás, deixou depoimento que reconstitui, com fidelidade de fotógrafo, uma época inteiramente superada e desaparecida, em que os festejos do Divino Espírito Santo atraíam população rural, que se deslocava em carretas de boi e passava noites acampada sobre esteiras no próprio recinto da Praça.

Também deslumbrado pela mesma festa foi **Augusto Meyer**, que em "Segredos de Infância" nos deixou uma das mais belas crônicas de seu repertório de lembranças. Morador da Praça, ele deve ter vivido intensamente as atrações dos fogos do Divino, que já conheceu nos tempos do cinema ao ar livre, transformado na maior atração, mas quando não haviam desaparecido nem os fogos de artifício, nem os leilões de prendas, nem os pregões de centenas de vendedores ambulantes. Vale a pena transcrevê-lo em parte:

Ao reacender das luzes, animava-se o passeio dos namorados no redondo da praça, em volta do monumento a Castilhos. Por um ajuste instintivo entre os interessados, reinava uma ordem quase estelar naquele namorisco, de modo que as moças, formando um círculo de raio menor, percorriam num sentido a sua órbita, enquanto o círculo mais largo dos rapazes girava em sentido contrário; a cada encontro, astronomicamente previsto, os olhos trocavam a senha muda e cariciosa. Era só um momento, um relance em que as pupilas se dilatavam um pouco, para embeber-se com ousadia na luz de outras pupilas; ou então, mais disfarçadas, com uns leves toques de riso e malícia, abriam caminho por entre os cílios, numa cumplicidade oblíqua...

É claro que, na adolescência de **Augusto Meyer**, segunda década do século 20, a cidade já se refinara um pouco, não haveria mais campônios acampados com suas carretas, como observara **Aquiles Porto Alegre**, e o monumento a **Castilhos**, com a arte acadêmica de **Décio Vilares**, introduzira na Praça um pomposo culto dos heróis oficiais.

A propósito do monumento a **Castilhos**, sua implantação deu margem a debates no jornal, sobretudo porque acarretou a transferência da estátua do Conde de **Porto Alegre** para posição menos nobre, na velha **Praça do Portão**, cujas placas o homenageavam. A oposição federalista não se conteve e verteu pelas páginas da imprensa suas reprimidas mágoas e ressentimentos. Como se alegasse, nos meios oficiais, que a estátua do Conde ficaria pequena para as proporções da Praça, **Mário Totta**, em crônica estampada do *Correio do Povo*, replicou:

*Mas o teu monumento era pequeno para a praça!
A qualquer espírito ingênuo, sabedor da tua envergadura
de guerreiro à antiga, pareceria que se deveria então te
engrandecer a estátua, ampliar-lhe as dimensões, fazer
com que a tua cabeça de herói dominasse o espaço, alta
como aquele velho amor da Pátria.*

*Puerilidade! Na tua figura de pedra, rija como a
alma dos que te elevaram, não se devia tocar, senão
para te fazer recuar a ti, soldado sem um recuo! O teu
pedestal, as mãos humanas só deviam estremecê-lo
para o varrer dali. E correram-te. Vimo-lo ainda ontem
todos nós, os teus irmãos: para glorificar o teu
desalojamento, o mundo oficial encasacou-se, a
Intendência pôs à cabeça o chapéu alto de seda,
empenacharam-se os bonés, formaram batalhões em
uniforme de gala, alinhou-se um colégio militar, uma
escola primária se vestiu de branco, falou-se de uma
tribuna, narrando os feitos do soldado invencido e
cantou-se – suprema ironia da sorte – um hino de
patriotismo.*

*Ao lado da tua estátua, leu-se o decreto que te
desalojava e as palavras dele deviam soar aos teus
ouvidos de pedra mais duras, mais cortantes que as
balas paraguaias quando te roçavam as dragonas.*

Pela mesma época, **Carlos Torelly**, federalista raivoso, em protesto mais radical, exclamava contra o monumento a **Castilhos**:

*Governadores! As estátuas não fazem os homens,
são os homens que fazem as estátuas. Elas não
nascem de um decreto, nem dos cofres do tesouro
nacional. Elas nascem do coração do povo, para serem
amadas pelo povo. É cedo para estátuas: apenas
começa a desenhar-se no horizonte da História o vulto
de Castilhos, com linhas de energia. Quem pode
descrever sem medo de errar?*

(.....)

*Castilhos, espera! O Conde esperou trinta anos.
Espera o que dirão os que vierem amanhã. Quem sabe
se serás trasladado também por falta de proporção entre
ti e o monumento. O futuro dirá.*

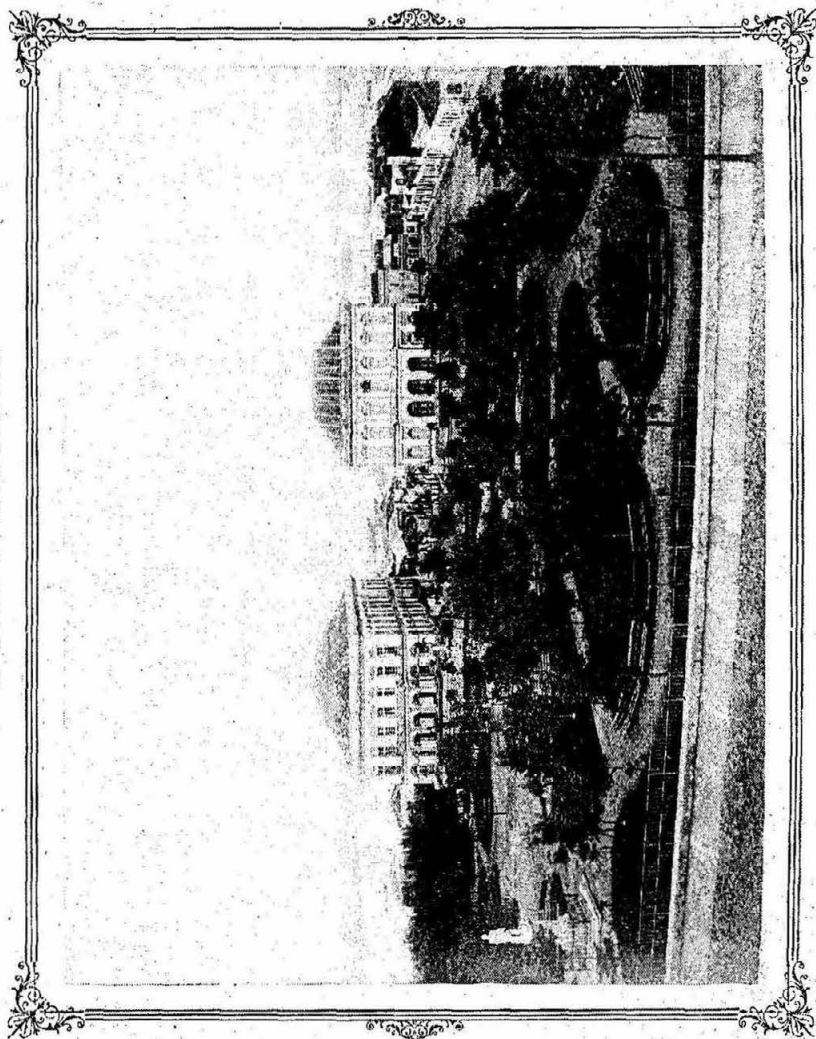
Estes dois textos de 1912, são anteriores às crônicas de **Augusto Meyer** e do próprio **Aquiles Porto Alegre**, provando que a Praça era polêmica, dramática e retórica, antes de ser vista com olhares líricos e evocativos.

Entretanto, creio que ela ganhou um lugar definitivo na literatura porto-alegrense através dos capítulos que lhe dedicou **Theodemiro Tostes** em seu livro póstumo de memórias, intitulado "Nosso bairro". Ali a Praça entrou de corpo inteiro, vista em seu aspecto atual e confrontada com o panorama dos anos vinte, descrita no cotidiano de seus freqüentadores habituais, pois **Theodemiro** era um deles, e olhada igualmente na trepidação da Festa do Divino, como a olharam **Aquiles** e **Augusto**. O memorialista travessa a rua, entra no Teatro, assiste às temporadas líricas e às operetas, e até mergulha nas irreverências e pândegas do "galinheiro".

Deixando o Teatro, **Theodemiro** invade o velho Tribunal para descrever as sessões do Júri popular, ao tempo da eloquência metafórica de **Pereira da Cunha**, ou da serena elegância de **Plínio Casado**. Era a época em que se cultivava o brilho e a eficácia da palavra, e a retórica atraía multidões como, na atualidade, um "show" de rock. E, para terminar, antes de descer à **Rua da Praia**, o memorialista ainda penetra na Biblioteca Pública – dependência remota da Praça -, e a descreve no esplendor e tranqüilidade dos anos Vinte, ainda sob os cuidados detalhistas do parnasiano **Victor Silva** e do simbolista **Eduardo Guimarães**, auxiliados pelo escriturário **Augusto Meyer**.

Como se vê, a literatura rondava a **Praça Marechal Deodoro**. E certamente, pelos tempos futuros, continuará registrando a linguagem de suas mais caras emoções.

PORTO ALEGRE



PRAÇA PEDEO II

Álbum de Vistas de Porto Alegre – Fotografia Ferrari & Irmão – c. 1890
Praça da Matriz. Vê-se, à esquerda, o prédio do Teatro São Pedro.

ORIGEM HISTÓRICA DA ESTRADA DAS TROPAS E SEU PRIMEIRO RUMO NO PLANALTO GAÚCHO.

Ruy Ruben Ruschel

1. Introdução
2. Abertura da Estrada: Quando ?
3. Abertura da Estrada: Quem ?
 - 3.1. Padre Domenico Capassi S.J ?
4. Comprovação Genérica.
 - 4.1. Mapa do Pe. Quiroga S.J.
 - 4.2. Mapa do Pe. Diogo Soares S.J.
5. Comprovação Específica.
6. Fixação do Primeiro Rumor.
 - 6.1. Trecho até o rio Santa Cruz.
 - 6.2. Trecho até o rio Talinhas.
 - 6.3. Trecho até o rio das Camisas.
 - 6.4. Trecho até o rio das Antas.
 - 6.5. Trecho final: até o rio Pelotas ("Inferno Grande")..
7. Conclusão.

1. INTRODUÇÃO.

O presente estudo teve por objetivo reunir dados, tanto possível concretos e precisos, acerca da origem da Estrada das Tropas que ligou diretamente a Depressão Central (campos de Viamão) ao Rio Pelotas. Pretendeu definir a data da abertura e identificar a pessoa que a criou. O propósito foi em parte alcançado, ficando em princípio estabelecido o ano de 1731, quase simultaneamente com a criação oficial da Estrada dos Conventos; por outro lado, aventou hipótese - pela primeira vez - da presença de um técnico em geodésia nos trabalhos de abertura.

Outra finalidade deste ensaio consistiu em fixar o primeiro rumo que essa Estrada assumiu ao percorrer o Planalto Sul-Riograndense. Porém, ficou excluída dessa cogitação o trecho de acesso meridional serrano, ou seja, a trilha que sobe a encosta a partir do Registro de Santo Antônio da Patrulha até a área agora ocupada pela cidade de São Francisco de Paula (espaço que mereceria um estudo à parte). Também ficou fora o exame da Estrada dos Conventos na parte planaltina gaúcha, embora sabendo-se que as duas veredas se encontravam no fim - no "divortium aquarum" Antas-Pelotas.

Tratou-se aqui de unificar duas comunicações que por nós foram apresentados em 1994 e 1998, em Bom Jesus, RS, nos 2º e 4º Seminários Nacionais de Tropeirismo, e completá-las com o resultado de novas investigações.

2. ABERTURA DA ESTRADA: QUANDO?

Quando foi aberta? Até o presente, ainda não havia sido fixada a data em que a “picada” (como foi inicialmente conhecida) teve seus primeiros usuários. Segundo a opinião de Ruben Neis, teria sido entre 1734 e 1736 ⁽²⁾ Contudo, é bem possível que já fosse utilizada, quem sabe se de modo clandestino, antes dessas datas.

Só assim se explicaria a referência do Pe. Diogo Soares, numa carta ao rei, datada de 27.06.1731, à existência de “dois caminhos novos, que abriram agora nela” e de seu receio de que “tenha a Espanha e os Padres das Missões [castelhanos] uma porta para se introduzirem em nossos sertões e Minas”. ⁽³⁾ Os dois caminhos recém-abertos - “porta para ...Minas” - só poderiam ser o dos Conventos, traçado por Francisco de Souza Faria em 1728-30, e o da Serra Velha (objeto deste estudo), utilizada pelos moradores dos campos de Tramandaí.

É necessário frisar que em junho de 1731, data da carta do Pe. Diogo ao rei, o tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu ainda não havia subido pelo Caminho dos Conventos. Ele mesmo narra, na Notícia -3ª Prática, que ao voltar de Laguna (1728) para a Colônia do Sacramento, afim de providenciar suas 800 cavalgadas a transportar para São Paulo, - somente “nos fins de outubro de 1731” chegou ao porto de Rio Grande. Depois disso é que se juntou a outros comerciantes de gado e foram subir a Estrada dos Conventos. ⁽⁴⁾

Comprova-se assim que a variante aberta por Cristóvão Pereira, tanto na subida dos Conventos, como no planalto, não poderia ser o outro dos “dois caminhos novos que se abriram agora”, mencionados na dita carta do Pe. Diogo, de junho anterior.

Essa possível antecipação para 1731 não seria historicamente estranhável, posto que já em 1723 o “Roteiro do Sertão e Minas de Anhangüera”, de Zacarias Dias Cortes, menciona a subida da Serra na paragem de Tramandaí: “As serras da costa do mar vão acabar e afocinhar perto a um rio chamado Taramandy... na dita paragem onde acabam estas serras do mar é que se sobe, por ter menos dificuldade a chegar ao campo, no qual se dará com pinheirais...” ⁽⁵⁾ Observe-se que esse “Roteiro” de 1723 foi consultado por Francisco de Souza Faria ao abrir a Estrada do Morro dos Conventos, comentando o Pe. Diogo Soares que, se ele houvesse seguido o rumo alternativo, não teria gasto tanto tempo. ⁽⁶⁾ O curioso é que o dito “Roteiro”, ao referir-se à paragem de Tramandaí, recomenda que se venha “mais para a banda da Laguna” ⁽⁷⁾ ou seja, mais próximo ao costão

²Neis Ruben - “Guarda Velha de Viamão”. Porto Alegre, Est, 1975, p.27.

³Monteiro, Jonathas da Costa - “A Colônia do Sacramento (1680 - 1777)”. P.Alegre. Livr. do Globo, 1937, 2ª v., p.81.

⁴Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1908, tomo 59, 1ª parte, p. 256.

⁵Revista idem, idem, idem, pp. 241-3.

Ehlke, Cyro - “A Conquista do Planalto Catarinense”, Curitiba, Laudes, 1973, p.76.

⁶Ehlke, op.cit.,loc.cit.

⁷id.,id.

da Serra, justo como, mais tarde, seria o 1º rumo do Caminho, como veremos...

3. ABERTURA DA ESTRADA: QUEM?

Tem-se feito certa confusão ao atribuir-se ao grande tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu o descobrimento e abertura desse caminho ⁽⁸⁾. Para contradizer a versão bastaria reproduzir os passos de Cristóvão na década de 1730, segundo o levantamento feito pelo saudoso historiador Moacyr Domingues. Em 1728 estava em Laguna, onde reconciliava o Cap.-Mor Brito Peixoto com Francisco de Souza Faria, de modo que este pudesse dar início à abertura do Caminho dos Conventos.

A seguir, Cristóvão foi à Colônia do Sacramento e a Rio Grande buscar sua cavalcada e, com outros tropelros, subiu a mesma Serra do vale do Araranguá (Conventos). Mas desceu logo e viajou a São Paulo para contratar gente. Em 1733 reencetou a abertura do dito caminho, corrigindo rumos de Souza Faria. Chegou a Curitiba em 1734 e dali prosseguiu a São Paulo e Minas. Chamado em 1736, retornou ao sul para preparar a fundação do Presídio de Rio Grande no ano seguinte, onde permaneceu mais um ano ou dois. ⁽⁹⁾ Tudo isso levou o saudoso historiador a afirmar que Cristóvão Pereira não foi o autor do "atalho por Santo Antônio da Patrulha", e sim os pecuaristas estabelecidos na zona de Viamão. ⁽¹⁰⁾

Aliás, foi o próprio Cristóvão Pereira que, ao fornecer ao Pe. Diogo Soares a "Notícia 3ª Prática", usou de um modo impessoal para narrar o descobrimento do "novo atalho à subida da Serra", dando a entender ter o fato ocorrido "por se povoarem os campos de Viamão". A uma leitura atenta desse relato, não se encontra incompatibilidade com a idéia de que a tal picada já tivesse sido usada antes mesmo de Cristóvão Pereira completar o acesso ao Planalto pela serra dos Conventos. Cristóvão chegou a queixar-se de não havê-la conhecido antes, o que teria evitado a maior perda de cavalcada que sofrera ao subir a Serra em Santa Catarina. ⁽¹¹⁾

Mas, então, como se explicaria a presença de um latifúndio chelo de gado vacum e cavalar, a ele pertencente, na região ao sul do rio das Antas, não longe do dito caminho? A resposta está na utilização da dita estrada, por ele, em 1739 ou 1740, como sugere Moacyr Domingues. ⁽¹²⁾ Na carta de sesmaria expedida em favor de Cristóvão Pereira em 1755 diz-se que os ditos campos - depois chamados Estância Grande - "há muitos anos [ele]

⁸Veja-se, p.ex., dentre outras, a opinião de Arthur Ferreira Filho, em "História Geral do R.G.S.", no mapa da 4ª Edição da Globo, P. Alegre, 1974, e em seu artigo "Primeiros Caminhos do Rio Grande", no suplemento do Correio do Povo.

⁹Domingues, Moacyr - "O Tropeiro Cristóvão Pereira" in "Bom Jesus e o Tropolismo no Brasil Meridional" EST, 1995, pp.31-36.

¹⁰Id. id.

¹¹Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 69, 1ª parte, pp. 258-9.

¹²Domingues, op. cit., loc. cit.

havia povoado”.⁽¹³⁾ Poderia haver tomado posse daqueles campos ao passar ali em 1740 ou data posterior. Um indício favorável a tal ponto de vista foi a colocação ao longo do mesmo caminho, de um companheiro constante de Cristóvão, o Cap. Francisco Pinto Bandeira, que ocupou seu respectivo campo - a Fazenda da Cria - por volta de 1742.⁽¹⁴⁾ Talvez na mesma viagem.

O próprio Roteiro de 1745, que utilizamos neste trabalho, demonstra a passagem, nesta Estrada, de Cristóvão Pereira, que só poderia ser posterior a 1740. Logo no 2º dia de viagem, a partir de Santo Antônio da Patrulha, os viajantes chegam no “morro da Cacimba”. E o roteirista explica que assim chamam esse morro “porque nele fez Cristóvão Pereira a tal para beber água, pela falta que de verão padece esta serra.”

3.1 Pe. Domenico Capassi S.J ?

Poder-se-ia atribuir a outra pessoa a abertura desse Caminho?

Graças à descoberta de um mapa anônimo na BNRJ, Arquivo do Morgado de Mateus, pelo bibliógrafo Abeillard Barreto, tornou-se possível formular uma hipótese a respeito. O documento achado chama-se “Caminhos que vem de Laguna por S.Pablo, las minas generales de los Goyas a las de Cuyabá y a las de Mato Groesso traginable com animales”. Foi calculado ter sido redigido por volta de 1740. É um mapa defeituoso do Sul do Brasil que põe, por exemplo, a “Villa da Laguna” pouco ao norte da barra do “Rio Grande” e a sudeste da “Guardia de Viamont” [S.Antônio da Patrulha]. Mas a preocupação principal do mapa era o traçado de caminhos, no que não foi tão destoante do real.⁽¹⁵⁾

Interessa-nos o caminho representado por uma seqüência de pequenos números 5 e a que o mapa denomina “Camino más moderno, que hijo el Matemático Jezuita Italiano estos annos passados subiendo desde a laguna a S.Pablo para evitar el ruedo ó grande vuelto, que hacia el segundo Camino yendo por la Cruz del Padre Serran (?) a quien los Portugueses llaman Cruz de los Tapes em busca del primer Camino más antiguo”. Este caminho, assim assinalado, segundo informa o descobridor do documento, “partia de Viamão e atravessava o passo de Santa Vitória”.⁽¹⁶⁾

Há, pois, indício forte sobre quem “fez” a Estrada que ora estamos estudando. Teria sido o Padre Domenico (Domingos) Capassi, S.J., napolitano de nascimento, um dos dois “Padres Matemáticos” (o outro era o português Diogo Soares), que vieram para o sul do Brasil, nomeados, em

¹³Fonseca, Sebastião Oliveira da - “Aurorescer das Sesmarias Serranas”. P.Alegre, EST, 1996, p.222.

¹⁴Idem, p.220.

¹⁵Barreto, Abeillard - Bibliografia Sul-Riograndense. R.Janeiro, CFC, 1973, 1ª v., p.277-278.

¹⁶Barreto...Bibliografia...cit.,v.1º, p.290.

1729, "Matemáticos Régios" pela Coroa Portuguesa (¹⁷), encarregados de fazer levantamentos e medições geográficas.

O forte indício acima referido vem a somar-se a outras provas:

a) Sabe-se que dos dois Padres Matemáticos, Diogo Soares voltou ao Norte (mais tarde) por via marítima, enquanto Domenico Capassi (mais cedo), por terra. Só não se sabia se este último viajara pela Estrada dos Conventos (como imaginou Abeillard Barreto), juntamente com a caravana de cavalaria de Cristóvão Pereira de Abreu (fins de 1731).

b) Pela carta de Diogo Soares ao rei, datada de 27.06.1731, sabe-se que o Pe. Capassi já tinha retornado para o Norte antes dessa data, portanto com vários meses de antecipação à dita Caravana.⁽¹⁸⁾

c) Pela mesma carta, tem-se que o Padre Capassi levou "consigo todas os instrumentos precisos a tomar as verdadeiras alturas daquelas barras".⁽¹⁹⁾ Portanto é de se acreditar que pretendesse fazer levantamentos geodésicos durante sua viagem.

d) No Roteiro anônimo que servirá de base ao presente trabalho, datado de 1745, mencionam-se três topônimos claramente referidos a um dos Padres Matemáticos, a saber: o "morro chamado Matemático" (na encosta da Serra de Santo Antônio da Patrulha); o "rancho do Matemático" (logo ao norte do passo do rio das Antas) (²⁰); e, finalmente, o "Pouso do Matemático" (perto de Curitiba). Ao chegar em S. Paulo o Pe. Capassi caiu doente, uma "febre maligna" adquirida durante a viagem, e veio a falecer em 14.02.1736, "após mais de dois meses" dessa febre. Provavelmente por isso, não chegou a produzir relatórios sobre a tal viagem. Ou, pelo menos, perderam-se.

Acreditamos que a rede de provas acima comentadas provoque um bom grau de convicção de que o "abridor" ou "um dos abridores" da Estrada das Tropas haja sido o dito Pe. Domenico Capassi. Porém, por ignorarmos ainda detalhes e circunstâncias, as pessoas que o acompanharam, a data certa da instalação do Registro de Santo Antônio, etc., - preferimos manter a afirmativa, aqui trazida pela primeira vez, como uma hipótese a ser aprofundada.

4. COMPROVAÇÃO GENÉRICA.

Entrando a estudar o primeiro rumo que essa Estrada teve no planalto, convém desde logo oferecer uma comprovação genérica de que houve uma alternativa preferida nos primeiros tempos. Isso pode ser realizado mediante dois mapas, um castelhano e outro português, respectivamente datados de 1749 e de 1738.

¹⁷ A nomeação consta nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul", v.1^o, p. 64.

¹⁸ Montelero... A Colônia... cit., 2v. pp.80-1.

¹⁹ Mesma carta, mesmo lugar.

²⁰ Ao apresentar comunicação ao 2^o SENATRO, atribuímos esse "rancho" e o "passo" próximo ao outro Padre Matemático, equívoco de que nos penitenciamos agora.

4.1 Mapa do Padre Quiroga S.J.

O sacerdote espanhol José Quiroga, integrante da Província Jesuítica do Paraguai, traçou em 1749 o “Mapa de las Misiones de la Campaña de Jesus”, gravado em Roma quatro anos depois. Esse mapa, reproduzido por Furlong ⁽²¹⁾ abrangia todo o território atual do Rio Grande do Sul. Embora os dados da parte oriental estejam imprecisos ⁽²²⁾ não deixam de ser interessantes as informações sobre as mais velhas estradas de tropeiros abertas pelos portugueses na primeira metade do século XVIII. São nele traçados três caminhos em nosso planalto:

a) “Camino primero de los portugueses”. Identifica-se com a Estrada dos Conventos, aberta em 1728 por Francisco de Souza Faria e melhorada de 1731 em diante. No mapa, o “camino primero” inicia perto de um rio litorâneo (presumivelmente o Araranguá) e, no planalto, vai de leste a oeste e depois dobra para o norte afim de atravessar as cabeceiras de um extenso rio chamado “Vruguaymiri” (por certo o hoje Pelotas).

b) “Segundo camino que abriron los portugueses”. Parte da raiz da Serra na Depressão Central (região viamonense), onde figura o topônimo “S. Ant^o”, e vence o aclave para o norte. Ao atingir o planalto, toma a direção nordeste, pela beira da escarpa oriental, até comunicar-se com o “primero camino” ainda na borda do planalto.

c) “Camino tercero que abriron los portugueses el año 1743”. Utiliza a mesma subida de S. Ant^o para o norte, porém no planalto toma o rumo direto sul-norte, afastado da borda do planalto. Junta-se ao “camino primero” pouco antes da referida travessia do rio “Vruguaymiri”.

Essas indicações do “Mapa de las Misiones” são preciosas porque destacam a existência, no altiplano gaúcho, de dois itinerários diferentes da velha estrada entre Santo Antônio da Patrulha e o rio Pelotas. O mais antigo (letra b supra) bordejava a escarpa oriental. O mais recente (c), a que o Pe. Quiroga atribui a abertura em 1743, segue quase reto de sul para o norte.

Ao que parece, o último desses trajetos acabou prevalecendo na 2ª metade do século XVIII, talvez por ser mais curto. Acompanhava o meridiano 50 graus e 30 minutos a oeste de Greenwich e está hoje representado pela rodovia estadual São Francisco de Paula-Várzea do Cedro-Bom Jesus, a RS 110.

Não nos compete apreciar este rumo mais direto, ou quaisquer outras alternativas, uma vez que nos habilitamos a fixar só o rumo pioneiro. Mas há conveniência em mencionar que o Itinerário descrito em 1781, no “Compêndio Noticioso”, de Francisco João Roscio ²³, bem como o referido

²¹Cardiff, Guillermo Furlong- Cartografia Jesuitica del Rio de la Plata. B. Aires, Peuser, 1ª v. lâmina xvi.

²²Barreto, Abeillard - Bibliografia... cit. 2ª v., p 1097.

²³Revista IHGRS, nº 87, 1942, 3ª e 4ª trimestres, p.48.

em 1824 sob a denominação de "Estrada do Fundo", ou "do Passo da Canoa", na "Memória do Estado Atual de Cima da Serra", do Cel. Manuel Carneiro da Silva e Fontoura²⁴, - corresponde ao tal rumo mais direto e mais recente. É de destacar que não passava na área em que hoje se situa a cidade de Vacaria, ainda que o documento de Roscio falasse em "Freguesia na Fazenda do Leandro" e o relato de Fontoura, em "Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria". Na verdade, transitava mais próxima do sítio da atual Bom Jesus, outrora Fazenda do Leandro da Silva Soares, por apelido "Freguesia"²⁵, e depois território abrangido pela Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, mas não em sua sede, e sim uns 60 km a leste desta.

4.2 Mapa do Pe. Diogo Soares S.J.

Trata-se do mapa denominado "A Villa da Laguna e Barra do Taramandi", datado de 1738, e assinado pelo Pe. Diogo Soares, um dos "Padres Matemáticos"²⁶. Como se vê pelo título, o mapa resultou de levantamentos do litoral. O acréscimo relativo ao interior, portanto representava tão somente o resultado de informes alheios, como se constata pelo número e vulto de erros que ali aparecem. Ora, um dos indícios de que no caminho do planalto só se utilizavam as cabeceiras dos rios, é o fato de se ignorar para onde corriam tais rios, havendo verdadeiros absurdos sobre o curso inferior desses rios.

Essa circunstância, aliada à data de 1738 (apenas 7 anos de aberta a Estrada dos Tropeiros), demonstra que procurava reproduzir seu primeiro e mais antigo rumo. Vê-se no mapa que o referido caminho cortava as cabeceiras dos rios "d'Tainhas", d'Camisas", "d'Anta", "d'Pedras (?) e Arambari (?). Esses dois últimos são hoje desconhecidos por tais nomes, talvez os atuais Touros e Pelotas.

5. COMPROVAÇÃO ESPECÍFICA.

Serviram-nos como elementos para a fixação específica do rumo mais antigo da Estrada:

²⁴"Raízes de Vacaria I", P.Alegre, EST, 1996,p.207. Tratava-se de documentos inéditos do Fundo Visconde de São Leopoldo, acervo do IHGRS, publicado por iniciativa do arq. Miguel Duarte, secretário executivo da instituição.

²⁵Vide Rev. IHGRS, nº 94, 2º trimestre de 1994,p.200.

²⁶Existe uma cópia defeituosa do Gabinete Photocartographico do Estado Maior do Exército, publicada por Jônatas Serrano em "A Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul", nos Anais do Simpósio do Bicentenário da Restauração do Rio Grande, Rio de Janeiro, IHGBr., 1979,4ª v., p.1777. Mas preferimos usar a cópia trazida de Évora pelo saudoso Moacyr Domingues e por nós publicada em "Torres-Origens", Torres, Gazeta, 1995, p.30.

a) O "Roteiro que se fez do Caminho do Sertão", anônimo, porém datado de 1745²⁷. Será nossa fonte principal. Descreve o transporte de cavalos, de Viamão a São Paulo.

b) Um "Itinerário", anexo a uma carta do Governador de São Paulo datada de 20.04.1773²⁸. Não consta quem o fez, apenas que foi "por um prático". O itinerário não é datado, porém deve remontar a 1772.

c) A posição das mais antigas sesmarias, todas ao longo desse Caminho, ou sobre ele.

6. FIXAÇÃO DO PRIMEIRO RUMO.

Utilizamos o critério de dividir a Estrada em cinco trechos. As expressões contidas no "Roteiro" de 1745, no "Itinerário" de 1772 e nas descrições das sesmarias ficam entre parênteses.

6.1 Trecho até o Rio Santa Cruz.

Tomamos como ponto de partida no Planalto o lugar onde hoje se situa a cidade de S. Francisco de Paula. Era o Campo de Cima da Serra, onde chegavam os caravaneiros depois de vencer a subida da Serra.

O "Roteiro" de 1745 descreve-o como um "campo, altos e baixos, capões pelos meios, muito alegre e vistoso, tudo pinheirais". Ali pararam quatro dias os caravaneiros "para descansar os cavalos".

O roteirista deixa de nomear a quem pertencia aquela área. Contudo, há indicações históricas de que estivesse ocupada desde alguns anos antes (1742, pelo menos), pelo cap. Francisco Pinto Bandeira, com rebanhos de gado equino e vacum e respectivos pastores. A concessão da sesmaria data de 1752, mas a ocupação, de dez anos antes. A sesmaria tinha 3 x 1 légua e dava frente para a "Estrada Geral"²⁹. Chamou-se Fazenda da Cria, topônimo que sobrevive uns 2 km ao norte do centro urbano. Esta fazenda foi vendida, depois, ao Cap. Pedro da Silva Chaves, que era lindeiro pelo norte³⁰. Em testamento de 1777, este doou meia légua dessa propriedade, na "entrada da serra", para a construção (já iniciada) da igreja de São Francisco de Paula, fator do surgimento da cidade³¹.

²⁷Esse "Roteiro" foi por nós descoberto no arquivo da Biblioteca Municipal de São Paulo, sob o nº 50, através da Revista de História, de São Paulo, nº 5, 1951, p.174. Comunicado o achado, em 1972, ao saudoso pesquisador patrilhense José Maciel Júnior, ele obteve cópias microfilmicas. A filha de Juca Maciel, Vera Lúcia Maciel Barroso, providenciou a publicação parcial do "roteiro" in "Bom Jesus e o Tropeirismo no Brasil Meridional", P. Alegre, EST, 1995, pp.40 a 44.

²⁸Documentos Interessantes, S. Paulo, 1901, v.34, pp.59-60. Também na Rev. IHGRS, P. Alegre, 1929, 3º trimestre, pp. 313-4, e na Rev. IHG S. Paulo, 1979, v.75, pp.154-8

²⁹Fonseca, Sebastião - de Oliveira - "Aurorescer das Sesmarias Serranas, P. Alegre, EST, 1996, p.220.

³⁰Duarte, Manuel - Transadores e Retirantes III, in Rev. IHGRS, 1944, 2º trimestre, nº 94, p.169.

³¹"Aurorescer..."cit., pp. 215-6 e 221.

Pela descrição do "Roteiro", a Estrada prosseguia mais ou menos a nordeste, no rumo aproximado da hoje RS-020, atravessando dois arroios lajeados (provavelmente os do Pinto e dos Corvos). Refere que o "sítio do Capitão Pinto" estaria localizado nas "beiras da Serra", entre "dois pântanos" formadores dos ditos "arroios lajeados".

O roteirista de 1745 afastou-se para a direita da Estrada, possivelmente para visitar a "casa e os currais do mesmo sítio" (do Cap. Pinto). ocasião em que avistou uma paisagem que se chama hoje Sumidouro, e a que assim descreve: "antes de chegar a esses dois pântanos, olhando para a Serra à direita vi uma grande concavidade despenhada por pedrarias, e fui ver; achei um arroio saindo de um capão distante do mato meio quarto de légua, com bastante água e singular, a que se juntavam mais uns quatro arroios pequenos, que todos estes são as cabeceiras do Rolante, despenhados em altura de mais de 600 braças seguindo direito para o sudeste 6 ou 7 léguas, pela fantasia, e virava o tal rio com uma ponta de serra muito grande e muito aguda para oeste, direlto a desaguar no rio do Sino"³².

A travessia do rio Santa Cruz era, provavelmente, próxima ao lugar conhecido hoje por Morrinhos, e está referida como "Passo Velho chamado das Tropas", numa escritura de sucessores dessa propriedade³³. A passagem do rio Santa Cruz era "com grande água e perigo".

O "Itinerário" de 1772 não fornece detalhes sobre esse 1º trecho do Rumo, senão a observação: "não tem cômodo" até "a entrada do mato de Viamão"; mas também: "há fazendas vizinhas".

6.2 Trecho até o Rio das Tainhas.

Os comboieiros de 1745, ao vadearem o rio Santa Cruz resolveram permanecer no lugar chamado "Rancho Queimado" durante oito dias. Esse lugar não consta na toponímia atual, a não ser um "Capão Queimado", mas fora da rota, no vale do Rolante³⁴.

Prosseguindo viagem, o "Roteiro" indica o rumo "nor-nordeste", até vadearem o "arrol do Pedro da Silva, no potreiro à direita da Estrada". Explica que esse curso d'água é uma das cabeceiras do Santa Cruz. Mas não há elementos suficientes para saber a qual dos afluentes superiores da margem direita do Santa Cruz ele se refere: talvez corresponda hodiernamente ao arroio São Jorge que ficava a meio intervalo entre o Passo do rio Santa Cruz e o Cerrito.

O nome mencionado pelo roteirista certamente vinha do então possuidor daquelas terras, Pedro da Silva Chaves, que era o confinante ao norte da área ocupada na época pelo pioneiro Francisco Pinto Bandeira³⁵.

³²Ver no "Roteiro".

³³"Aurorescer..."cit.,p.221

³⁴Carta do Exército, folha SH-X-C-II-3, Tainhas, quadrícula 87.50 (horizontal) e 5.6 (vertical)

³⁵Duarte, Manuel, op.cit,nota 9.

Tratava-se da Fazenda São João, assim descrita no testamento de 1777 de Pedro da Silva Chaves: "compreende desde o arroio Santa Cruz até o rio das Tainhas, este servindo de divisa com a estância que foi de Cristóvão Pereira [de Abreu], e do Caminho da [Fazenda da] Cria para a Serra"³⁶. Na concessão de sesmaria de que resultou essa fazenda, uma das pioneiras da região (1752), consta: "cuja posse partirão [isto é: confina] da banda do nordeste com o Cap. Cristóvão Pereira de Abreu, pela parte do sudoeste com o Ten. Francisco Pinto Bandeira [ou seja: a Fazenda da Cria], ficando-lhe a frente para a Estrada Geral que seguem as Tropas, e os fundos para o mato da Serra"³⁷.

Em suma, pelos documentos da Fazenda da Cria e da Fazenda São João constata-se que ambas as propriedades vizinhas faziam frente sobre a velha Estrada Geral, uma antes do Passo Velho do rio Santa Cruz e a outra, depois dele, estendendo-se até o rio Tainhas. Na Carta Geral do Brasil, folha Tainhas, verifica-se nas cabeceiras do arroio Ribeirão (afluente do Tainhas) a presença atual dos topônimos Capão de São João, Fazenda Várzea de São João e Várzea de São João, por certo reminiscências da antiga enorme Fazenda São João, onde presumivelmente os tropeiros de 1745 descansaram por 22 dias. Outro indício de que o "arroio Pedro da Silva", mencionado no "Roteiro", seja o atual arroio São Jorge.

Numa excelente iniciativa de Sebastião Fonseca de Oliveira, nos últimos meses de 1998, foi localizada a ruína da antiga sede da Fazenda São João, sinalizada pelas autoridades com uma placa, para fins turísticos. Desta maneira fixou-se no terreno, para conhecimento da geração de hoje e dos pósteros, um dos marcos importantes da Estrada dos Tropeiros que ora descrevemos.

Seguindo o "Roteiro de 1745, tem-se a impressão de que os caravaneiros não vadearam o rio Tainhas na localidade deste nome, e sim bem ao norte desta, depois passarem diante da Fazenda Cerrito. Primeiro andaram para "noroeste", "buscando a estrada do Cerrito". Atravessaram o "arroio dos Diamantes" "que vem desaguar no rio de Santo Antônio", nomes que não encontramos nos mapas de hoje.

Depois disso, passaram diante da "casa e currais do Alferes Antônio Gonçalves, à direita, no pé da estrada". A referência é ao então possuidor da Fazenda do Cerrito, Antônio Gonçalves dos Reis³⁸. Posteriormente, aí por 1754, a propriedade foi vendida ao vizinho Pedro da Silva Chaves, dono da Fazenda São João³⁹.

No mapa do município de São Francisco de Paula e na Folha Tainhas do Mapa do Exército, a sede da atual Fazenda do Cerrito está a leste do morro do Cerrito e a nordeste do Capão do Cerrito, de cujo capão

³⁶"Aurorescer...", cit., p.215

³⁷"Aurorescer...", cit., p.219

³⁸Duarte, Manuel - Transadores e Retirantes. Rev. IGHRs, 1944, 1º trimestre, nº 93, p.58, nota 14.

³⁹"Aurorescer...", cit., p.222.

brota o arroio Cerrito, afluente direito do rio Santa Cruz. Aliás, em narração meio confusa, o "Roteiro" diz que passaram as "cabeceiras deste Cerrito", não ficando claro se antes ou depois de verem as instalações da fazenda.

Passada a região do Cerrito, "correndo para nor-nordeste", dirigiram-se ao rio Tainhas, para vadeá-lo. Estavam, provavelmente, atravessando a propriedade de Antônio Correa Pinto de Macedo, logo ao norte da Fazenda do Cerrito. Essa propriedade confrontava-se pelo leste "com a Estrada dos Tropeiros, até o passo do rio Tainhas" e fora adquirida por compra, aí por 1748, de José Antônio Cardoso⁴⁰. Como o "Roteiro" seja datado de 3 anos antes, talvez por isso não seja feita qualquer referência às "casas, currais, plantas e animais" dessa propriedade.

Não sabemos quê passo vadearam, apenas que seria abaixo da atual vila de Tainhas. Antes de atingi-lo "há vários arroios pequeninos de que se não pode fazer menção", no dizer do roteirista de 1745. Se tomarmos como hipótese fossem os tais arroios o Sabugueiro, o Ribeirão, o Guará e o Taperinha, afluentes esquerdas do Tainhas, a travessia do rio principal teria ocorrido no Passo da Ilha, onde ainda hoje há um caminho que atravessa o rio. Sobre esse passo descreve Lucena que "o leito do rio é formado por um lajeado e forrado de uma pequena vegetação - musgo - formando, assim, um verdadeiro tapete coberto d'água."⁴¹ Se não foi esse o ponto da travessia, pode ter sido outro, rio-acima. Um perito em propriedades, se pudesse localizar a de Antônio Corrêa Pinto de Macedo, saberia localizá-lo.

Quanto ao "Itinerário" de 1772, só menciona nesse trecho uma Fazenda do Serrafino, que não soubemos identificar. Ficaria a 4 léguas aquém do rio Tainhas, oferecendo "bom cômodo".

6.3. Trecho até o Rio das Camisas.

Vadeado o rio Tainhas no Passo da Ilha, por hipótese, os comboieiros de 1745 achavam-se no que é hoje o município de Cambará, em sua porção meridional, ao sul do arroio Cipó.

Neste momento, o Roteiro informa não estarem longe as terras pertencentes ao Cel. Cristóvão Pereira de Abreu. "Distante deste rio das Tainhas, encostado à Serra, está a fazenda do Cel. Cristóvão Pereira, e neste entremeio há dois arroios grandes." De fato, a sua posse ficava entre os rios Tainhas e Camisas, com a testada no capão das Congonhas e com fundos para o lado da Serra, "donde (os ditos rios) têm o seu nascimento." A sesmaria de 3 léguas, denominada Estância Grande, foi-lhe concedida por Gomes Freire de Andrade em 1755, mas a posse já existia "há muitos anos", portanto ao tempo do Roteiro.⁴² Fonseca explica situar-se dito capão

⁴⁰"Aurorescer..." cit., p.28.

⁴¹Lucena, Plínio - São Francisco de Paula. Monografia datilografada, edição da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano da Cunha, 1971, p.37.

⁴²Revista do Archivo Público Mineiro, ano XXIV, 1933,p.55.

próximo da estrada para Cambará do Sul, e encruzilhada de Jaquirana, nas nascentes do arroio Pelame, que deságua no rio das Camisas, e o arroio Cipó, afluente do Tainhas.⁴³

Ultrapassado o Tainhas, ainda no mesmo dia os tropeiros de 1745 marcharam para “noroeste” (sic), por “seis léguas”. A direção referida deve corresponder a um equívoco, pois os viajantes buscavam o rio Camisas, a nordeste, não a noroeste. Deduz-se que atravessaram o arroio Cipó (na divisa) e do Junco (já no interior do atual município de Jaquirana) e foram “descansar ao Campo das Mostardas”.

Este campo situava-se no divisor de águas entre o rio Tainhas e o Camisas, na região da atual localidade de Dois Irmãos, ao sul do morro do Chapéu. Hoje este “divortium aquarum” está percorrido por uma estrada que vai para o norte e depois para o noroeste, na direção da cidade de Jaquirana.

Segundo informa o Roteiro, nesse campo de Mostardas, em que descansaram “está hoje a fazenda de Manoel Barros.” Tratava-se da Fazenda do Menino-Diabo, de Manoel de Barros Pereira.⁴⁴

O Itinerário paulista de 1772 também indica haver, a 4 léguas do Tainhas, a fazenda do Menino-Diabo, com “algum cômodo”. No ano seguinte, 1773, a propriedade foi vendida para Miguel Pedroso Leite e José Pereira Duarte, verificando-se na descrição, que se localizava no mencionado divisor de águas.⁴⁵ Passou a se chamar Fazenda Santa Bárbara.

Após o pernoite na fazenda, os comboieiros de 1745 prosseguiram “para o noroeste (sic) até o barranco do rio das Camisas, uma descida “muito fragosa e de muito perigo.” Novo engano do roteirista; seria “nordeste”, não “noroeste”. Nossa hipótese é que desceram para o vale do rio a partir da dita estrada do “divortium aquarum”, mais ou menos a meia distância entre o povoado de Três Irmãos e o pico do morro do Chapéu, a 3 km de um e de outro. A carta Militar, Folha Jaquirana, indica ali um caminho que desce por uma ravina, de altitude superior a 960 m até o leito do rio, a menos de 760 m, desnível de 200 m em pouco mais de 2 km, “descida muito fragosa”, portanto,

A seguir, descreve o Roteiro: “O rio é largo, cachoeiras com muita pedra e buraco.” De fato, neste trecho o Camisas está encaixado em vale fundo e é pedregoso. Os tropeiros pernотaram na margem do rio, deixando a travessia para o dia seguinte.

⁴³Fonseca... “Aurorescer...”, cit. p. 224.

⁴⁴Nels, Ruben - Guarda Velha de Viamão. P. Alegre, EST - Sulina, 1975, pp. 80-1. Também em Duarte, cit., p. 55, nota 4.

⁴⁵“Aurorescer...”, cit., p. 229-30.

6.4. O trecho até o rio das Antas.

Apesar das boas condições do tempo, não foi fácil aos viajantes de 1745, atravessar o rio Camisas: "Passamos esse rio das Camisas com bom tempo e boa água, com perigo de alguns camaradas que caíram no rio, cavalos mancos e alguns mortos". O Itinerário de 1772 diz que o rio das Camisas se "passa a vau com muito trabalho, por ser perigoso."

O vau seria o mesmo cuja demarcação o historiador Arthur Ferreira Filho, em artigo do Correio do Povo denominado "Primeiros Caminhos do Rio Grande", atribuiu a Cristóvão Pereira de Abreu. Ficava abaixo da confluência do Santana ou Garrafa, provavelmente logo depois de o Camisas percorrer uma curva em ferradura. Ali fica o término do pequeno caminho em declive antes referido.

Diz o Roteiro que do lado oriental do rio, primeiro os viajantes subiram "morro muito alto de barro vermelho", escorregadio com mata e faxina. De fato, bem em frente daquele passo existia um morro de 950 m de altitude a apenas 400 m de distância do rio. O aclave a subir em linha reta seria de 1 m de altitude a cada 2 m de avanço.

Vencida mais uma légua do caminho, acharam "um campo limpo com meia légua de circuito." A seguir entraram "no mato grosso que vai a sair ao Campo da Boa Vista." Na Folha Vila Santana, da carta do Exército, está assinalado um caminho que parte das proximidades do passo antes referido e chega a um grande descampado, de altitude superior a 1000 m, em cujas bordas encontram-se três fazendas com o mesmo nome de Boa Vista. Trata-se da região hoje denominada Boa Vista, no quadrante nordeste do município de Jaquirana.⁴⁶

Esse "Campo da Boa Vista teria légua e meia de circuito, cercado de faxinais." Nele haveria "um arroio de lajedo com a melhor água que tomei em todo o sertão do Brasil" e "um morro alto que dele se avista muito sertão e Vacaria." Sintomática é a referência do roteirista de terem avistado "Vacaria". Pode a expressão ser um substantivo comum, apesar da maiúscula. Neste caso, estaria dizendo ter avistado gado vacuum. Seria alguma ponta de rebanhos pertencentes aos Guarani das Missões Castelhanas, razão de nos dias seguintes os comboieiros revelarem seu receio de topar com "os Tapes". Este temor tinha fundamento pois, ainda por mais uma geração, os portugueses enfrentariam o perigo guarani nesse planalto, a ponto de muitos povoadores precisarem se retirar.⁴⁷

É interessante destacar que também o Itinerário de 1772 indica o trânsito na Boa Vista, a cinco léguas de distância do rio das Antas.

Quanto ao Roteiro de 1745, o pernoite que se seguiu foi "na entrada do mato que desce para o rio da Anta". Isso seria, possivelmente, na região hoje conhecida por Máximo, ainda no município de Jaquirana.

⁴⁶ Mapa do Município de Jaquirana. Também na Folha Vila Santana, do mapa do Exército, quadriculas horizontais 68.00 a 68.06 e verticais 5.74 a 5.80.

⁴⁷ Duarte, Manoel - A Irrupção de 1779. In Rev. IHGRS, 1940, 4º trim., nº 80, pp.325-30.

6.5. Trecho final: até o rio Pelotas (“Inferno Grande”).

Os viajantes de 1745, na outra manhã dirigiram-se para o rio das Antas, descendo uma “serra de pedras despenhada”, acrescentando o roteirista que “entre o mato tem vários arroios pequenos, passamos o rio, todo de pedras, mui perigoso e nele tem morrido bastante gente afogada, tem este mato até o rio duas léguas.”

O Itinerário de 1772 fala assim do passo do rio das Antas, de que não fornece um nome: “poucas vezes dá vau e tem côncavos.”

É de se acreditar que o rio das Antas foi vadeado no passo do Matemático, logo abaixo da barra do arroio Retalhado. No artigo antes mencionado, Artur Ferrelra Filho, conhecedor da região, descreveu: “Ali o mato que recobre o vale se adelgaça e dois rincões do campo se confrontam, descendo até quase a beira do rio. A picada a abrir não passaria de uns cem metros, constituindo, pois, esta passagem um verdadeiro presente da natureza... O vau tomou o nome de Matemático em memória do homem ilustre que ali acampara.”

Os tropeiros se dirigiram ao “Rancho do Matemático”, na banda setentrional do Antas. Uma vez que esse “Rancho do Matemático”, referido no Roteiro ficava a uma légua do Antas, “sempre correndo para noroeste”, prevalece consistente a opinião de sua coincidência com a atual localidade de Matemático ou Fazenda do Matemático, situada no município de Bom Jesus, perto do povoado de Nossa Senhora de Fátima.⁴⁸

Sebastião Oliveira, conhecedor da região, mostrou fotos e informou pessoalmente que ainda há sinais da velha Estrada das Tropas, naquela área, do passo do Matemático para o norte.

Depois de varada a pequena restinga de mato que acompanhava o rio das Antas, os caravaneiros de 1745 estavam no “Campo da Vacaria”, nome que outrora era dado a toda extensão aberta situada entre o Antas (ao sul) e o Uruguai-Pelotas (ao norte). A mesma área é designada pelo nome genérico de “Vacaria”, no Itinerário de 1772.

Depois de uma permanência no Rancho do Matemático, a que o roteirista chama de “capão” em “campo montuoso”, os comboieiros de 1745 prosseguiram viagem. Primeiro andaram para “les-nordeste”, em “campos muito alegres, bons rincões para fazendas”. Neste dia percorreram “légua e meia” e pernoveram numa “estreitura entre dois capões”. Parece-nos que a lógica do rumo se impunha para acompanharem o divisor de águas entre os arroios Divisa (a oeste) e Retalhado (a leste), na busca de cursos mais altos do rio dos Touros e seus afluentes, onde se apresentariam mais rasos e vadeáveis. O trajeto cumprido nessa jornada deve ter-se feito aproximadamente ao longo da atual estrada municipal BJ-105, quase sempre em altitudes superiores a 1.100 m.

⁴⁸Folha de Santana, quadrícula horizontal 48.16 e vertical 5.74. Ver também o mapa do município do Bom Jesus, da Secretaria Municipal de Educação.

O roteirista recomenda que nesse trecho se evite acender fogueiras "porque os Tapes saem". Com efeito, os tropeiros haviam chegado ao grande descampado que se estendia no comprido coxilhão que representava o intermédio das cabeceiras dos afluentes direitos do rio das Antas, então sob o controle dos Guaraní Missioneiros. A expressão "os Tapes saem" significaria que posteiros índios ainda apareciam na vigilância e reponte de seus rebanhos na "Baqueria de los Piñales".

No dia seguinte, ao saírem daquele resguardo noturno ("a estreitura entre dois capões"), encaminharam-se para noroeste e oeste. Atravessaram o "arroyo Grande dos Touros, "grande mas bom passo" e foram "parar em uma queimada nova distante uma légua de outro arroyo mais pequeno". O trajeto foi de "cinco léguas e meia". Novamente o roteirista demonstra seu receio: "não há demorar por se espalharem muito os cavalos e pode haver Tapes por esses campos". Referia-se aos grandes campos à esquerda do caminho "correndo para a Vacaria".

É difícil, pelo Roterio, imaginar em que ponto vadearam o rio dos Touros (= o "Arroyo Grande dos Touros"). Naquele tempo, não consta houvesse algum proprietário. Mas em 1755 o provedor Bartolomeu de Siqueira Cordovil recebeu de Gomes Freire de Andrade, como sesmaria, "seguindo a estrada velha das tropas do ribeirão chamado dos Touros até o rio chamado do Inferno (Pelotas), cruzando das cabeceiras da situação de Miguel Félix até donde o rio dos Touros faz barra no do Inferno, em distância de três léguas pouco mais pouco menos..."⁴⁹ Já se vê que na margem direita do rio dos Touros corria a "estrada velha das tropas", a qual findava na confluência do Touros com o Pelotas (Inferno).

Por hipótese, os caravaneiros de 1745 assumiram a direção oeste, até o pernoite. No dia seguinte "subiram um morro caminhando para o norte e noroeste e oeste". Percorriam o divisor de águas entre a bacia do Touros e a do Cerquinha, dirigindo-se para o vale do Pelotas. Esta região é hoje cortada de sudeste para noroeste pela estrada BJ-410. Tem altitudes superiores a 1.000 m, às vezes a 1.100 m. No começo do trajeto há um alto de 1.135 m, talvez o "morro" que subiram.

Nesse dia marchavam para a "Serra", certamente referência ao profundo vale do Pelotas. Passaram um "arroyo chamado o Inferno Pequeno por ir desaguar no rio Grande do Inferno". Sebastião Fonseca de Oliveira opina que o "arroyo de Inferno Pequeno" seria o Cerquinha, e o "Grande", o Pelotas. No meio dos dois ficava a sesmaria de José Pinheiro Soares do Lago, concedida em 1755.

Neste "rincão fechado", os ditos caravaneiros acamparam por três dias, "olhando de cima o rio". Ao fim do período arriscaram a descida para o rio Pelotas para o fim de empreender sua difícil travessia. O nome "Inferno" era "próprio àquelas descidas de 3/4 de légua". Alguns cavalos rolaram encosta abaixo e se fizeram aos pedaços. Durante sete dias andaram alguns tropeiros à procura de um passo mais adequado, rio abaixo, ocasião em que encontraram "outros comboieiros" no mesmo afã. Pelo que se entende, não acharam lugar à travessia Segundo a abalizada opinião de

⁴⁹Fonseca..., "Aurorescer..." cit. p. 43.

Sebastião Fonseca de Oliveira, teriam utilizado o antigo Passo do João Ribeiro", "bem acima do Passo de Santa Vitória".⁵⁰

A confusa descrição dessa travessia não dá azo a compreender-se qual fosse o lugar exato em que a realizaram em 1745. Ao que parece, teria sido próximo à foz do dito "Arroio do Inferno Pequeno". Segundo tese sustentada por Manuel Duarte há meio século, o Passo do Inferno ficava muito acima do Passo e Registro de Santa Vitória, aberto mais tarde, e muito abaixo do passo que foi utilizado por Cristóvão Pereira em seu primeiro comboio de cavalgadas a São Paulo.⁵¹

7. CONCLUSÃO .

Como fica constatado, o primeiro Rumo histórico que a Estrada dos Tropeiros adotou no Planalto Oriental do Rio Grande do Sul foi o circuito da Serra, isto é, um arco que se aproximava da Escarpa sobre o Litoral.

Duas foram as causas desse fenômeno, uma geográfica, outra histórica.

A razão principal fora a de vadear os rios e arroios nos pontos mais rasos. Com efeito, o arco mais oriental do planalto gaúcho coincide com a camada superior de derrames basálticos, o que explica a natureza de "lajeados" dos cursos d'água, ali mais próximos de suas fontes formadoras e portanto com menor força erosiva. À medida em que os rios escoam para oeste, aprofundam seus vales e logo formam "cânions" de difícil travessia. Referindo-se à paisagem que se estende a nordeste da sede de São Francisco de Paula, explicava o professor de Geografia Irmão Juvêncio: "Aqui, como na região do planalto riograndense em geral, podemos dizer serem essas depressões (ou sejam, os vales entre as coxilhas) a região dos lajeados horizontais sobre os quais a drenagem dos rios se espalha amplamente em correlação com a quantidade de água drenada."⁵²

A outra justificação para essa curva oriental desse primeiro Rumo foi de natureza histórica. O trajeto utilizado nesses primórdios preferiu uma maior segurança. De fato, na primeira metade do século XVIII os Guarani dos Sete Povos das Missões ainda dominavam a parte central desse planalto, da qual se haviam adonado na primeira década do mesmo século, transformando-a em sua "Baqueria de los Piñales". Eram freqüentes as incursões desses índios a partir da picada que haviam rasgado nas matas (depois chamadas Matos Castelhana e Português) entre as atuais cidades de Passo Fundo e Lagoa Vermelha. Vinham elas para o lado vacariano da picada afim de cuidarem de suas grandes manadas de gado e expulsarem eventuais intrusos. Entre 1777 e 1780, por exemplo, numerosas fazendas portuguesas tiveram de ser abandonadas por motivo de tais incursões.⁵³

⁵⁰Idem, p. 28.

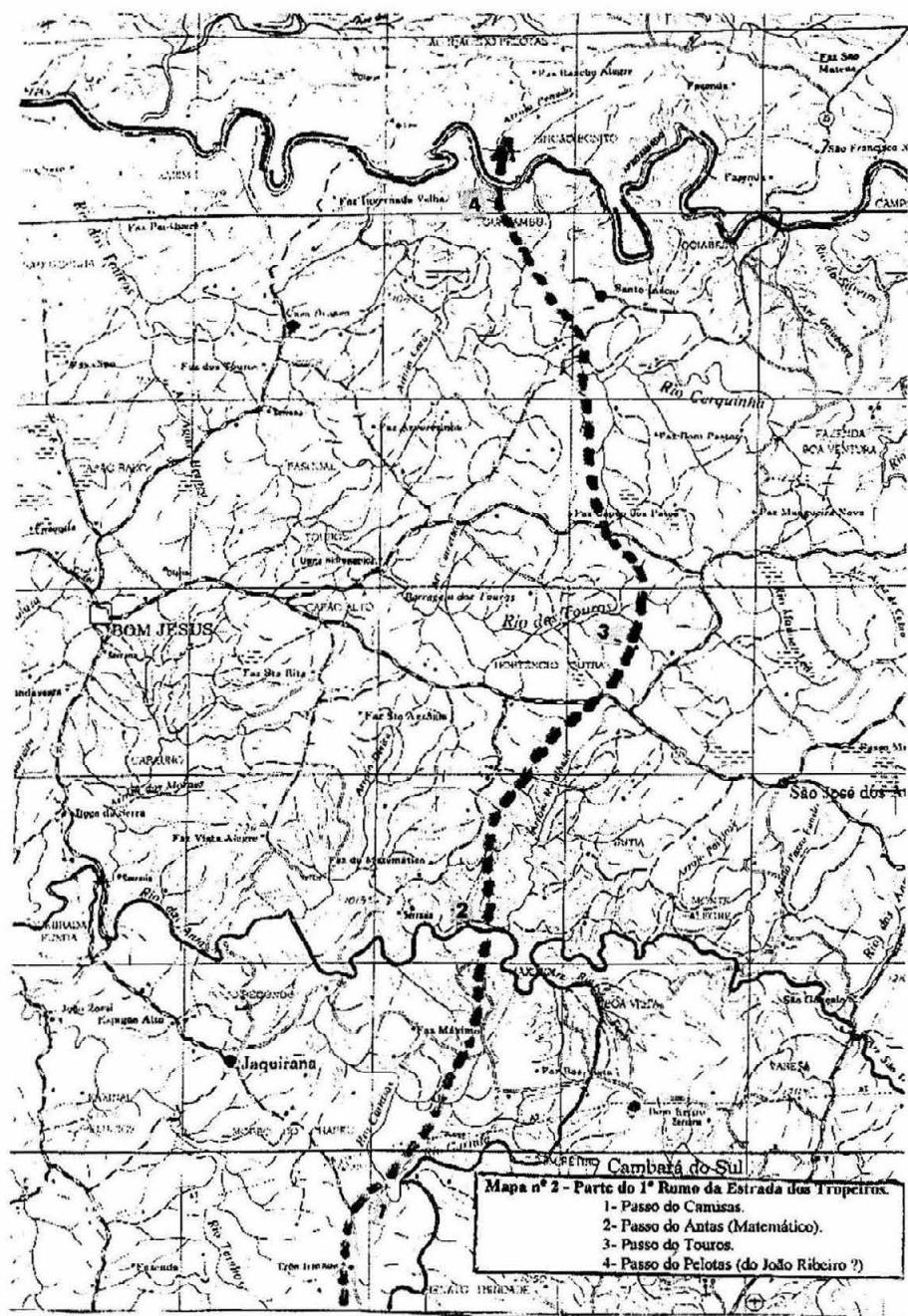
⁵¹Duarte, Manuel - Veredas Planaltanas. Rev. IHGRS, 1945, 1º trim., nº 97, pp. 78-9.

⁵²Irmão Juvêncio - Os Altiplanos de São Francisco de Paula. Boletim Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, 1959, nºs 9 e 10, p. 40.

⁵³Fonseca... Aurorescer... cit., pp. 37-9.

Por isso, os tropeiros portugueses se sentiram mais seguros, no começo, contornando a Vacaria bem pelo leste e evitando atravessar os profundos cânions do Santa Cruz e do Antas.





O CHOQUE CULTURAL DO CONTESTADO: DISCÓRDIA E CONFRONTO

Davis Ribeiro de Sena

- PALAVRAS INICIAIS -

Os primeiros imigrantes que se estabeleceram no Brasil aqui chegaram de modo insólito, contratados como mercenários para combater sob as ordens do marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, na Guerra da Cisplatina (1825/8) que o Império sustentou contra orientais e platinos. Após o insucesso da batalha do Passo do Rosário (20 Fev 827), a coroa se esqueceu de fornecer-lhes as passagens de volta e eles foram ficando o mais perto possível do mar, na esperança de um dia voltarem à terra germânica natal, que à época era constituída de vários Estados. Seja como for, mais qualificados que os nacionais e incansáveis na lida diária, começaram a produzir, principalmente na área de São Leopoldo, povoado situado a apenas 33 Km do centro de Porto Alegre (RS), fundado em 1824, e que recebera esse nome em homenagem à primeira imperatriz brasileira, nascida austríaca, dona Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, mãe de dom Pedro II, que os tratava com bonomia.

A princípio alvo da desconfiança dos brasileiros, que os viam como concorrentes na divisão dos poucos recursos que lhes cabiam naquele lugar inóspito, logo se integraram na luta quotidiana pela sobrevivência, recebendo a solidariedade de todos e compartilhando as agruras e os raros momentos de alegria daquela vida árdua e plena de sacrifícios. Ocupavam patamar superior no conhecimento cultural e na escala da mão-de-obra, italianos e alemães, principalmente. Deve-se ressaltar que imperava no Brasil o sistema escravocrata, que há muito tempo havia sido banido de suas pátrias de origem.

Desde o movimento milenarista conhecido como Santidade de Jaguaribe, ocorrido no Recôncavo Baiano em 1580, passando pelos incríveis sacrifícios humanos da Pedra Bonita – Pernambuco, 1838 – além dos conflitos de Canudos (BA) e Juazeiro (CE), o mais próximo geograficamente, antecedendo a luta sangrenta deflagrada no território contestado por Paraná e Santa Catarina, explodiu entre 1872 e 1874, nucleado na picada do Ferrabrás, São Leopoldo (RS). O episódio violento entrou na história com o nome de *muckers* – palavra que significa santarrões, fanáticos, no idioma tedesco – liderado inicialmente pelo carpinteiro e mago João Jorge Maurer, que chegou a ser recebido pelo Imperador, na corte – substituído depois por sua mulher Jacobina Mentz, mística como ele.

Numericamente somente duzentos e quarenta e nove pessoas se rebelaram, o que significam de 5% a 7% da população local, mas causaram danos materiais e morais, muita violência e mortes, unindo colonos católicos

e protestantes – fato inédito na evolução religiosa brasileira – no intento de bani-los da região onde pregavam a Bíblia a seu modo e difundiam a lenda sebastianista do fim do mundo no ano de 1900. As lutas se aprofundaram e a repressão policial não se fez esperar, mas encontrou tenaz resistência, sofrendo grandes baixas, inclusive o coronel da Guarda Nacional Genuíno Olímpio Sampaio, comandante-geral, morto em ação. Os fanáticos do morro do Ferrabrás tiveram o requinte perverso de transformar a noite de 25 de junho de 1874 na “Noite de São Bartolomeu” tupiniquim, com sotaque alemão, cometendo uma série de assassinatos de pessoas inocentes. Os integrantes da seita que sobreviveram foram condenados judicialmente com rigor, mas tiveram suas penas comutadas pelo imperador d. Pedro II (Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga).

A Igreja Católica Apostólica Romana é originalmente messiânica e sua doutrina apregoa o julgamento das almas no Juízo Final, dia em que a humanidade expiará seus pecados. A Igreja rústica segue essa crença à sua maneira, isto é, o Messias pode ressurgir a qualquer momento, encarnado em um espírito iluminado saído de seu próprio meio; um novo Cristo milagroso que não morre, sofredor como seu povo, padecente das mesmas carências, às vezes representados por crianças *videntes* que possuíam o *dom* de receber mensagens do além. A mentalidade infantil, situada entre a fantasia e a realidade, se encarregava de transmitir visagens e conversas mantidas com pessoas desaparecidas imortais que ninguém vivo presenciava, seguindo a orientação de pais espertos, que assim usufruíam vantagens materiais e de *status quo* entre sua gente. No cristianismo primitivo não há espaço para a evangelização sacerdotal e mesmo ao papa, infalível, é negado o poder divino.

A seguir, entre 1901 e 1902 surgiu na área colonial do Rio Grande do Sul, particularmente nos municípios de Muçum e Lageado, um grupo de fanáticos religiosos que obedecia à orientação espiritual de José Münche, conhecido como Capuchinho. O movimento foi pouco expressivo, mas exigiu a intervenção da Brigada Militar daquele estado e só foi extinto após a morte do mentor em 27 de maio de 1902, evitando a repetição da dolorosa ocorrência com os santarrões do Ferrabrás.

Em todo o Brasil respirava-se os ares progressistas do moderno século XX, representado pelo bonde elétrico, o automóvel, o cinematógrafo e o esporte – remo e futebol, de forte apelo popular. Fábricas de tecidos e de calçados, usinas elétricas, represas, navios e locomotivas a vapor, pavimentação, teatros, fundições, cimento-armado, urbanização, empresariado e operariado emergentes, entrudo – precursor da folia carnavalesca que identificou nossa sociedade até dias recentes, após africanizar-se – caracterizavam o fulgor dos primeiros anos do último século do segundo milênio do calendário cristão.

Essa descrição corresponde à realidade brasileira em seus aglomerados humanos mais expressivos. Entretanto, nos sertões interiores, onde a densidade demográfica era rarefeita, as populações tornavam-se vítimas do

atraso social, influenciadas fortemente pela religiosidade fatalista, que se expandia tendo por base os preconceitos e superstições resultantes da ignorância e da pobreza. Tivemos a tragédia de Canudos, de memória marcante na sociedade brasileira e ponto de inflexão da modernização do Exército.

Fica o registro, para salientar que a revolta do Contestado não está solta no tempo e no espaço e que o fanatismo religioso não é privilégio dos cariris brasileiros e sim consequência do analfabetismo, do enigma da "outra vida", e da injustiça social que atormentavam as camadas populares, independentemente das etnias dos indivíduos. Vale esclarecer que os penitentes pregadores à margem da Igreja Católica oficial não eram unanimidade entre a população, inclusive as faixas menos favorecidas, cuja maioria se mantinha fiel à doutrina preconizada pelo papa romano. Não é certo que essas figuras messiânicas, ungidas pelo Onipotente, propalassem algum tipo de progresso material, em vida, para seus fiéis, aqui na Terra; muito menos que reivindicassem distribuição de lotes ou reforma social, pois seus apostolados divinos ofereciam o éden aos sofredores, após a *provação* da vida. Mesmo assim, foram o rastilho dos choques culturais eclodidos ao longo do tempo.

Este modesto estudo foi organizado em duas partes. Inicialmente, focalizando sucintamente o território litigioso e sua gente, sob os aspectos fisiográfico, econômico, social e histórico, incluindo as tradições, origens e culturas diversificadas ("A Terra Prometida"). Em "Tempo de Lutar", foi abordada a ação da Força Terrestre brasileira emergente da campanha de Canudos, atravessando o período crítico da revolução industrial mundial e da I Grande Guerra, na medida em que procurava absorver novas doutrinas militares e adaptar-se ao material bélico moderno surgido no início do século XX.

Os fanáticos enxergavam estampados nas nuvens castelos, cavalos brancos, torres, espadas de fogo, igrejas, cruzes sangüíneas e um numeroso exército alado de São Sebastião. Para aqueles que nada viam, havia a imediata explicação:

"Não tens fé... Não podes ver!"

A FORÇA DA NATUREZA

Na virada do século XIX, os indígenas naturais dos férteis vales situados a Leste do rio do Peixe sentiram ameaçada sua liberdade de caçar nos vastos campos e florestas do planalto catarinense e de pescar nos inúmeros afluentes dos caudalosos rios Uruguai, Iguaçu e Negro. O povoamento ao longo das trilhas da boiada vinda da fronteira do Tape e de Viamão foi feito tendo por origem as internadas, onde os tropeiros descansavam, amansavam cavalos e burros bravos, curtiam couros, extraíam o sebo e salgavam o charque: Lages, Palmas, Porto União, Curitiba e Campos Novos, vilarejos salpicados nos então denominados Campos dos Pinhais e Campos do Curitiba, no rumo da feira de Sorocaba, às vezes brancos de geada nos invernos rigorosos, outras, dourados pelos raios do sol revigorante.

Desde o descobrimento até a implantação das capitâncias hereditárias, os espanhóis reconheciam como limite Sul da costa lusitana definida por Tordesilhas (1494) o fundeadouro de Cananéia (SP), mas disputavam a ferro e fogo a ilha de Santa Catarina, considerada a principal porta de entrada para o utópico "cerro de prata", de onde o "rei branco", cuja existência era tão comentada pelos gentios, imperava no fabuloso *El Dorado*, no cume da Cordilheira dos Andes¹.

O ousado português Aleixo Garcia penetrara em extraordinária jornada pelos sertões (1524), ultrapassara o local onde hoje se situa a capital paraguaia, subira o rio Pilcomaio e atingira o alto Peru, trazendo consigo provas das imensas riquezas incaicas, até ser morto pelos temíveis *paiguás*, já no regresso. No seu rastro, o aventureiro castelhano Alvar Nuñez Cabeza de Vaca desembarcara naquela ilha e por uma dessas veredas atingiu Assunção, orientado por guias que conheciam bem aqueles caminhos (1541), mais tarde palmilhados pelos paulistas predadores de escravos em busca de aldeamentos jesuítas mais ao Sul, sempre conduzidos pelos *Kaingang*, inimigos dos *guaraní*². No litoral catarinense, os pacíficos e hospitaleiros *carijó* estavam em vias de extermínio por espanhóis e portugueses escravistas. Desprovidas de tesouros materiais, as terras brasílicas ofereciam como maior renda aos ambiciosos colonizadores a servidão de seus tímidos habitantes autóctones.

Desacompanhados da cruz, a espingarda e o látigo desbravadores, empunhados pelos pioneiros "civilizados" intensificaram a exploração predatória das abundantes madeira e erva-mate nativas, visando a lucrativa exportação para as nações platinas, grandes consumidoras desses produtos, embora essas picadas tenham sido abertas em tempos pré-cabralinos e aproveitadas para o rodeio do gado alçado, posteriormente.

Terras brutas e selvagens, cobertas de carrascais e pinheirais sem fim, onde o gado xucro se reproduzia geometricamente e a cobiça estrangeira – embora repelida em exitosa questão internacional de limites no final do

século anterior – deixara um rastro de sensibilidade à flor da pele e de desconfiança na mentalidade das autoridades federais, ansiosas em desenvolver e controlar aquela distante e quase inacessível região do território brasileiro, bárbaro e farto³.

O Brasil necessitava importar viadutos e pontes, trilhos e máquinas-ferramenta do exterior para enfrentar o desafio de implantar o novo meio de transporte que empolgava o mundo – a ferrovia – apoiado no único bem de capital disponível: suas imensas extensões de terras inexploradas. Para isso, adotou o sistema de concessões como instrumento para acelerar a obra estratégica e atrair investimentos estrangeiros.

A guerra da Tríplice Aliança havia demonstrado as deficiências logísticas de um país sem estradas, com os batalhões deslocando-se morosamente em navios, pelos rios e oceano, ou desbravando a pé os sertões incultos, o que multiplicou o tempo do conflito armado e causou o maior número de baixas. Essa foi a razão do Governo Imperial ter concedido ao engenheiro João Teixeira Soares autorização para construir, usar e desfrutar de uma linha férrea que de Itararé (São Paulo) fosse a Santa Maria (Rio Grande do Sul), podendo fazer ramais no Paraná (Decreto 10.432, de 9 de novembro de 1889)⁴.

Separando-se do trecho a ser construído no território do Rio Grande do Sul, a empresa concessionária, com sede em Paris, passou a denominar-se “Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande” (1893), mais tarde incorporada pelo grupo “South Brazil Railway Company” (1908), integrada por capitais de origens francesa, norte-americana e inglesa.

Como se vê, o objetivo a ser conquistado atendia exclusivamente ao desenvolvimento nacional e jamais houve intenção de prejudicar os moradores locais, que foram simplesmente ignorados, aí residindo o principal equívoco dos dirigentes da União. Daí a entender que o interesse que impulsionava os autoridades era apossar-se das terras e suas riquezas naturais, a distância é muito grande. Muito menos os expedicionários federais – mais uma vez empregados como força repressora, em situação tática adversa – muitos deles veteranos da campanha de Canudos. E mais uma vez o Exército Brasileiro encontrava no apoio administrativo – particularmente nas tarefas logísticas – o obstáculo maior a ser superado para o cumprimento da missão. Agora, existiam recursos locais para o suprimento da tropa no teatro-de-operações, ao contrário do que acontecera naquela recente incursão militar (1896/7).

Entretanto, a linha de ação escolhida seguramente não foi a mais aconselhável: concessão à “Southern Brazil Lumber and Colonization Company” – gigantesca serraria norte-americana, considerada uma das maiores do mundo – de 15 quilômetros de área contínua para cada lado dos trilhos da extensa e sinuosa estrada-de-ferro que a poderosa multinacional se comprometera a construir na direção Paraná – Rio Grande do Sul, até Marcelino Ramos (RS) e da qual era subsidiária. Foi a pedra-de-toque que gerou a explosão social: desalojados dos roçados e palhoças, que sabiam seus, expulsos das várzeas de onde tiravam o sustento de suas famílias,

ignorados pela Igreja Católica, que por ali não aparecia, mas que veneravam; perseguidos pela autoridade policial, sempre presente, mas que odiavam, os colonos – multiplicados com a chegada das primeiras levas de imigrantes europeus e migrantes rio-grandenses – constituíram o caldo-de-cultura onde vicejou o surto milenarista de profetas e monges, e detonou o sentimento de revolta contra a grilagem impiedosa, levando-os a participar com extremadas subserviência e brutalidade das violentas disputas políticas e incessantes lutas entre *coronéis*, fazendeiros proprietários de glebas e grandes criadores, com o que não tinham nada a ver, na verdade.

O longo braço da justiça não alcançava aqueles ínvios confins e seus habitantes – peões, lavradores, domadores, caixeiros, artesãos – marginalizados pelo Poder Público, tornavam-se vítimas indefesas do atavismo monarquista, da ignorância, do misticismo, do desalento, humildes que eram no cultivo do milho, do feijão, da batata doce, do tabaco, da banana, da abóbora, da mandioca, da melancia; na coleta do mel, do palmito, do pinhão; na aventura da caça e da pesca; na criação de aves e de porcos; na produção de farinhas, queijos e carnes salgadas; na confecção de chapéus, cintos, botas e arreios; na torrefação de café e na ordenha do leite; na destilação da aguardente e de licores; na fiação da lã e do algodão; na fundição de ferramentas (facões, anzóis, foices, machados) e de armas brancas e de caça; na manufatura do fumo de rolo e do rapé. Importavam apenas cal, ferro, sal, armas de fogo e munição, aprendendo a atirar certeira, ao assumir com eficiência perversa a profissão de *jagunço*.

A Insurreição Popular do Contestado caracterizou uma das páginas mais rudes e dolorosas na árdua trajetória histórica deste País. Mais grave e profunda que a Guerra de Canudos, eis que mais longa no espaço e no tempo, impôs inauditos sacrifício e derramamento de sangue às populações locais e às forças empregadas para submetê-la, contudo, permanece quase esquecida na Memória dos brasileiros, pois não teve a realçá-la a garra, a sensibilidade e o talento do genial escritor Euclides da Cunha.

A demarcação dos limites entre os estados trouxe problemas em vários pontos do território nacional, mas nenhum atingiu a dimensão daquele ocorrido na área abrangida pelo Norte/Oeste catarinense e o Sudoeste paranaense, até a raia internacional com a Argentina e o Paraguai⁵. A questão vinha dos tempos coloniais, quando inexistia a província do Paraná (criada em 1853, ex-comarca de Curitiba, retirada de São Paulo) e atravessou o governo centralizado do Império, mas agora os tributos recolhidos pelo fisco interessavam diretamente aos estados envolvidos, criados pela República.

★ - ★ - ★

Constituída a Ouvidoria da Ilha de Santa Catarina, por Ordenação Real de 1749, a definição da linha Norte ficou clara, ao nomear os rios São

Francisco, Negro e Curitiba (Iguaçu), deixando subentendido que seguia pelo último curso de água até sua foz, no rio Paraná. A ausência de um tratado explícito, *preto no branco*, parece ter sido a causa profunda de todos os desentendimentos e confrontos futuros, que causaram tanto sofrimento aos habitantes desse rincão brasileiro, mas foi a primeira vez em que foram citados acidentes capitais do terreno delineando a divisória estadual.

Empossado governador da capitania de São Paulo, em 23 de julho de 1765, dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus) – preposto de dom Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal e ministro do Reino de dom José I – visando a garantir a posse das terras americanas (Portugal estava em guerra com a Espanha), mandou fortificar o porto de Santos e fundar as povoações de São Luiz de Guaratuba e de Lages (1766), estendendo os limites da primeira até o rio São Francisco e originando as divergências lindeiras entre São Paulo e Santa Catarina, eis que a última fora edificada em terras consideradas catarinenses, questão herdada pela ex-comarca paulista, ao tornar-se província. A seguir, a divisa entre as duas capitanias-gerais passava do São Francisco para o Saí Guaçu, mediante convênio firmado quinze anos depois.

A capitania de São Paulo, desmembrada de Minas Gerais (1720), limitava-se ao Norte por uma paralela imaginária que partia da vila de Parati para o Ocidente e, ao Sul, abrangia todo o litoral do continente, até o rio da Prata. Desde 1723, existia a Ouvidoria de Paranaguá, dando início aos primeiros problemas de jurisdição territorial.

Os catarinenses, pescadores, fixaram-se particularmente na área litorânea, barrados pelo anteparo natural da serra do Mar, enquanto que os paulistas enviavam suas bandeiras a toda parte, excursionando às terras matogrossenses, onde fundaram a colônia de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, muito além do rio Paraná (1767). Santa Catarina foi elevada a capitania pela carta régia de 14 de abril de 1809.

Pois bem. A povoação de Lages reverteu sua subordinação em 1820, por alvará d'el rei, que atendia às ponderações, mas asseverava que o fazia para propiciar maior facilidade de apoio pelo governo mais próximo, não reconhecendo o equívoco que permitira aos filhos de Piratininga erguer um povoado em terras alheias, nem a justa reivindicação de direito dos locais.

A Constituição de 1824, a primeira do Império do Brasil, denominou províncias as capitanias gerais, mas foi evasiva na fixação dos limites entre elas, ao afirmar genericamente que seriam os então existentes. Estavam criadas as condições legais para que a província do Paraná, herdeira do bandeirantismo paulista – que ocupara os campos de Palmas (1840) – criasse a freguesia de Nossa Senhora da Luz de Palmas, dois anos após sua emancipação, com alçada até os rios Pelotas e Uruguai, isto é, apossando-se de toda a região missioneira e passando a limitar-se com a província do Rio Grande do Sul. Por sua vez, Santa Catarina criava a freguesia de Nossa Senhora da Luz do Campo de Palmas (1864), advindo novos confrontos de jurisdição.

Os Estados Unidos do Brasil, fruto da Proclamação da República, transformaram as antigas províncias imperiais em estados autônomos. Não se tratava apenas da mudança de nome, pois aos estados competia regerem-se por Constituição própria – desde que respeitada a Lei Maior da Federação – e arrecadarem impostos e taxas, antes prerrogativa exclusiva do Império unitário. A novel República foi igualmente omissa, ao repetir que as províncias tornadas estados obedecessem os mesmos limites anteriores (Carta Magna de 1891), perdendo assim a melhor ocasião de resolver o impasse do território contestado, que já tomava foros de conflito.

Resolvida favoravelmente a pendência territorial com os vizinhos argentinos, finalmente o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa ao estado de Santa Catarina, em pleito iniciado em 1896, exarando o parecer de 6 de julho de 1904 que estabelecia como limite Norte da terra barriga-verde os rios Saí-Guaçu, Negro e Iguaçu, fruto do acordo de 1781 com a então capitania de São Paulo, à qual o Paraná era subordinado. Embargada a sentença por esse Governo, o STF ratificou a decisão anterior em 24 de outubro de 1909, entretanto, paranaenses exaltados insistiram em descumprir o acórdão judicial e chegaram a proclamar, dois meses depois, em União da Vitória, o estado das Missões compreendendo toda a zona contestada.

Cristalinamente e pela terceira vez, a suprema magistratura da União reafirmou seu arresto inicial confirmando o linde pelos rios Saí-Guaçu, Negro e Iguaçu, além de reconhecer “que o Iguaçu, desde a foz do rio Negro às extremas do território com a República Argentina, ficou sendo o limite de Santa Catarina com o estado do Paraná” (25 de julho de 1910). No ano de 1912, deu-se o inevitável choque sangrento entre policiais paranaenses e caboclos que ficou conhecido como “morticínio de Irani”. Fora deflagrada a penosa luta fratricida que entrou na História como a “Guerra do Contestado”. A agitação política trouxera em seu bojo a intervenção policial e logo foram organizadas expedições armadas pelos dois governos interessados.

Em 1916, configurou-se um novo quadro político nacional com Wenceslau Brás Pereira Gomes na Presidência da República, Felipe Schmidt no Governo de Santa Catarina e Afonso Alves de Camargo presidindo o Paraná, tendo assumido em fevereiro daquele ano. A tese do arbitramento aventada imediatamente após o terceiro acórdão do órgão judiciário máximo continuava em debate na esfera política, na imprensa, nos salões e nas ruas, com decrescentes acirramento de ânimos e carga emocional, agora conduzida por personalidades lúcidas e sensíveis aos interesses pacíficos de seus patrícios e conterrâneos⁶.

O pacto firmado em 20 de outubro daquele ano, no Palácio do Catete, na presença presidencial – seguindo-se as assinaturas de mais cento e oitenta testemunhas notáveis, a começar pelo vice-presidente da República e todo o Ministério – foi homologado pelas Assembléias Legislativas de ambos os estados no início de 1917, sendo aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente, no mesmo ano.

A REBELIÃO ANUNCIADA

O povoamento daquelas terras devolutas foi baseado nas atividades pastoril e ervateira, como vimos, principalmente por gente originária do extremo Sul, primeiramente dispersados pela Revolução Farroupilha (1835/45); depois, pela Revolução Federalista (1892/5), portanto, pessoas familiarizadas com manejo de armas e disciplina militar. Este contingente errante foi aumentando pela adição de trabalhadores desempregados após a conclusão da ferrovia, estrangeiros em sua grande maioria – italianos, alemães e poloneses – e os posseiros que perderam seus minifúndios. Proliferavam grupos de descontentes, de domicílio incerto, em marcha acelerada para a rebeldia explícita, engrossados por magotes de desertores e extraviados federalistas, uruguaios e correntinos em sua maioria, famosos pela crueldade.

Por sua vez, os *coronéis* e fazendeiros ganhavam forte aliado: as companhias colonizadoras e concessionárias, como a madeireira *Lumber* que, chegando a derrubar 1.200 árvores por dia, empregava mão-de-obra imigrante, desprezando os caboclos e provocando a falência das pequenas serrarias locais. Além do mais, armou grupos de jagunços, para pressionar os sertanejos recalcitrantes a abandonarem seus “terres e haveres”, os chamados Corpos de Segurança. Em seguida, começou a vender os lotes de onde eles foram expulsos, deixando exposto o argumento de que só a desocupação das terras marginais aos trilhos ofereceria segurança ao transporte ferroviário.

Desamparada, a população humilde buscou conforto nas palavras de João Maria de Agostinis, que se tornou um querido conselheiro. Esse asceta exerceu o apostolado na vila da Lapa (PR), mas espalhou-se a crença popular em suas santidade e comiseração, sendo apontado como autor de inúmeros milagres. A água da fonte em que saciava a sede tornou-se a panacéia de todos os males que afligiam os crentes, sarando dores e feridas e um simples toque de seus dedos aliviava os mais doridos sofrimentos físicos e mentais. Era um homem santo, de espírito iluminado, olhar contemplativo, cabelos longos, bondade no coração e muita fé no Altíssimo.

Não admitia aglomeração em torno dele, em face de suas convicções de andarilho solitário, ermitão que pousava em grutas e cavernas. Não há como relacioná-lo com José Maria, haja vista que sua passagem na área convulsionada foi efêmera, de propósito exclusivamente assistencial, combatendo os males do corpo da maneira que entendia como visionário: antepor ao sofrimento as forças do sobrenatural, com orações e água benta, como fez no combate à peste na região de Mafra/Rio Negro.

Morto ou *encantado* o primeiro monge, não demorou muito e ainda em 1918, já depois do conflito armado, aparecia um quarto farsante fazendo-se passar pelo penitente João Maria original, seguindo-se várias *reencarnações* (1936, 1938, 1960), além de outros menos expressivos, sempre alimentados pela credulidade extremada daquela gente ingênua, em busca de uma graça divina, temente à morte inevitável e misteriosa. O messias imortal é o dogma maior do cristianismo primitivo.

Antecipando a essa bizarra dinastia de Joões Marias virtuais que superavam a inexorável lei da morte – que permite a ressurreição e/ou o transplante espiritual de profetas para outro corpo humano – foi o terceiro peregrino, de nome José Maria que, por intermédio de suas pregações, agrupou a caboclada no arraial de Taquaruçu, município de Curitiba (SC), dando-lhe rudimentos de organização militar, inspirado na gesta de “Carlos Magno e os Doze Pares de França”. Sabendo ler e escrever, insinuante em seus discursos, não era um simples curandeiro e o número de seus adeptos crescia dia-a-dia. Chamava essas comunidades de *Quadro Santo*, representadas por uma capela de tábuas cercada por uma porção de casebres e demarcada, nos quatro cantos, por toscas cruzes de madeira. Preconizava a restauração monárquica, fato aceito com resignação pelos sertanejos, que consideravam a República a principal causadora dos sofrimentos por que passavam. Acossado pelas autoridades, o monge conduziu seus fiéis para os campos de Irani, onde estabeleceu um reduto (1912), e preparou-se para resistir ao assédio oficial, afirmando que se morresse ressuscitaria trazendo invencível cavalaria celestial.

Assim, Miguel Lucena de Boaventura – vindo não se sabe de onde – se nomeou José Maria de Santo Agostinho, cujo nome apareceu pela primeira vez na edição do “Jornal de Palmas”, de 15 de novembro de 1911. Proclamando-se a reencarnação do santo eremita, carismático, milagreiro, verbo candente e ameaçador, era figura controvertida, pois além de curandeiro, professava idéias restauradoras da Monarquia, precedida pelo retorno glorioso de Dom Sebastião, o Encoberto, à frente do seu invencível exército invisível. Foi processado, preso – acusado de seduzir uma menor – e logo libertado, em seu primeiro problema com a justiça local. Andarilho, aparentava ter mais de 40 anos e todos aceitavam a versão de que fora soldado do Exército, tendo receitado remédios e exercido proselitismo político em Lages, Irani, Campos Novos e Curitiba, retornando ao faxinal de Irani para morrer com o tiro do sargento Virgílio Rosa.

Possuidor de alguma instrução e de saúde invejável, soube enganar aqueles caboclos sertanejos analfabetos e muitos proprietários de terra rebeldes, graças ao seu poder milagroso de curar e de prever o futuro. Conduziu-os às últimas conseqüências, iludindo-os em sua fé religiosa, na maioria das vezes transformando o misticismo congênito em perverso fanatismo. A vida humana tinha pouco valor entre eles, eis que suas almas já estariam salvas e os fiéis não morreriam no confronto com os *hereges*, apenas *passariam* a outra dimensão⁷.

Correu a nova de que o emissário divino havia salvo a vida da mulher do fazendeiro Henrique de Almeida (1912), que, de tão agradecido, ofereceu-lhe significativa gleba de terra e algumas onças de ouro, não aceitas pelo curandeiro. Seu prestígio aumentou muito com esse desapego aos bens materiais e a senhora sã e salva pelas ervas medicinais, sementes e benzeduras tornou-se ardorosa devota do milagroso messias aparecido do nada.

Confraternizando com o *coronel* Almeida, tornou-se desafeto do *coronel* Francisco de Albuquerque, chefe político de Curitiba, e sua liderança começou a extrapolar do campo religioso para o político, tornando-se opositor da Estrada de Ferro, situação que consolidou durante os festejos populares transcorridos naquele ano em Taquaruçu, ocasião em que chegou a receber uma espada de coronel da Guarda Nacional, presenteada pelo filho de Henrique Almeida. Aceitou-a de bom grado, e assumiu a chefia das festas do Bom Jesus (6 Ago 912) religiosas e políticas, onde chegou montado em um cavalo branco e de espada em punho. Seu prestígio atingiu o auge quando respondeu a Albuquerque (que o mandara chamar para confabular) que “a distância da casa do coronel à sua era igual à de sua casa à do coronel”, que teve de engolir a afronta política e pessoal. São José Maria de Agostinho empolgava as multidões de desempregados e crentes que o seguiam a toda parte, exaltando seu desprendimento às tentações terrenas na pregação da vida eterna; seu desafio a poderosos, até que o *Diário da Tarde*, de Curitiba (25 Set 912) publicou em manchete de primeira página que havia eclodido uma sublevação popular restauradora da monarquia, no interior catarinense.

Escaldado pelos acontecimentos trágicos e recentes desencadeados na cidadela de Canudos, no outro lado do Brasil, mas de conotações sociais e políticas semelhantes – vinculação espontânea do fanatismo religioso ao retorno da casa de Bragança – o presidente Hermes da Fonseca fez injunções ao governo de Santa Catarina para debelar o movimento rebelde, antes que tomasse as proporções indesejadas da sublevação nordestina. Para isso, partiu de Florianópolis um contingente policial, comandado pelo próprio chefe da Polícia Militar do estado, desembargador Sálvio Gonzaga, para investir o reduto do monge José Maria.

A expedição *caiu no vazio*, como se diz no jargão militar, eis que o líder carismático, avisado a tempo, abandonara o local e acompanhado de seus “pelados” e correligionários – como o antigo caudilheite maragato Miguel Fragozo – embrenhara-se nos campos do Irani, no município paranaense de Palmas, despertando, ao mesmo tempo, suspeitas infundadas de que havia um movimento subversivo com a intenção de ocupar – *uti possidetis solis* – o espaço terrestre contestado, atropelando os direitos legais do estado do Paraná, de acordo com o mesmo *Diário da Tarde*, de 1º de outubro de 1912. A semente da discórdia estava lançada, ninguém entendia ninguém e o Regimento de Segurança curitibano foi mobilizado para expulsar do território do estado os invasores catarinenses. Desembarcando em Porto União e marchando celeremente para o faxinal onde se

homiziavam os jagunços, perdeu a única metralhadora antes do combate, e seu comandante e vários subordinados pagaram com a vida a operação mal planejada.

Atacado pela expedição comandada pelo coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho (22 Out 912), o monge guerreiro ofereceu luta corpo-a-corpo, após rejeitar um bilhete pessoal de João Gualberto, propondo negociações, por estar escrito a lápis. Ambos pereceram no combate generalizado, conhecido como “o morticínio de Irani”, dando início ao longo período de hostilidade que produziu a dolorosa e incrível luta fratricida entre *peludos* e *pelados*, causadora de tantas lágrimas de nossa gente incompreendida pela autoridade constituída.

Não era um beato, um místico, ao estilo de tantos espíritos messiânicos que perambularam por nossos sertões, de Norte a Sul, com destaque para Antônio Vicente Mendes Maciel, o Bom Conselheiro, que fincou raízes no arraial sagrado de Canudos (BA) – onde fundou o Império do Belo Monte, garantido pelas armas, resistiu obstinadamente a várias expedições militares, a última das quais com efetivo superior a 10.000 (dez mil) combatentes e conduziu sua gente humilde e crédula a consequências trágicas, sacrificando centenas de vítimas inocentes, ao lado de *jagunços* que se negaram à rendição.

José Maria usava a indefectível barba branca e hirsuta, realizava benzeduras e pequenos milagres, carregava imagens de santos católicos, mas não pregava por sermões longos, plenos de citações bíblicas e provavelmente desertara das fileiras de um batalhão de construção do Exército. Introverso, não apascentava seu rebanho de fiéis, mas dava o exemplo de indulgência que todos apreciavam e consideravam de inspiração divina: mal se alimentava, vestia-se pobremente e dormia em simples tábuas estendidas no chão. Portava sortida farmácia ambulante e vendia ervas, raízes, poções e garrafadas mágicas a quem podia pagar, presenteando-as aos mais pobres. Mestiço, estatura abaixo da mediana, fisicamente robusto, cortejava as mulheres, tolerava a embriaguez e rogava pragas terríveis, almadioando desafetos. Tinha o olhar fulminante, mascava fumo de rolo, tomava mate-chimarrão e dizia-se pronto para a briga. Na cabeça, o instigante gorro de pele de jaguatirica.

★ - ★ - ★

Sepultado o monge José Maria, logo surgiu uma virgem vidente, Maria Rosa, que passou a liderar os rituais, recebendo mensagens do além, especialmente dos finados profetas João e José Maria, em “aparições” materiais secretas e radiosas. Sucedeu-a um extravagante Menino-Deus, criança adorada por crentes insensatos, à beira da histeria coletiva, monitorado por seu pai leviano e coadjuvado por *comadres* e *parteiras*.

Não bastasse esse misticismo anacrônico, mas irresistível, o movimento começou a contar com trapaceiros e marginais, bugres e “castelhanos” que assaltavam, incendiavam, espancavam e pilhavam desde vilas importantes

a míseros arruados, levando ao desespero seus habitantes. Membros de famílias tradicionais, fazendeiros e negociantes abastados também aderiram à anarquia generalizada – incluindo um major da Guarda Nacional – muitos dos quais abandonaram suas propriedades para viverem nos *Quadros Santos*, que se multiplicavam, frutos dos êxitos contra as tropas federais, surpreendidas por tocaias e emboscadas, nos matagais e sendas. Pela primeira vez, a Força Terrestre arrostava o combate irregular, travado por revoltosos aguerridos, mestres na astúcia e no estratagema instintivos, que muitas vezes os conduziram ao êxito. Sabidamente, Canudos foi uma campanha de características nítidas de confronto convencional, isto é, o investimento frontal de uma posição defensiva de resistência.

Muitas vezes vencidos, os *fanáticos* ressurgiam das próprias cinzas, após a retirada das tropas vencedoras. Dispersavam-se e reagrupavam-se com incrível flexibilidade, recuperando suas armas de fogo enterradas em pontos estratégicos e confeccionando as mais rústicas, tais como as lanças e espadas feitas de taquara do mato, muito eficientes nos recontros corpo-a-corpo. Todos lutavam entre si – empresas, estados, *coronéis*, comerciantes, especuladores, posseiros, aventureiros – evidenciando um problema mais profundo relacionado com a conquista e ocupação da terra, impulsionados os mais humildes pelo fenômeno da religiosidade mítica.

Com exceção dos expedicionários, profissionais militares jogados naquele caldeirão de ódio e de sangue, sem saber porquê e do qual, muitas vezes, não conseguiam sair com vida. A rigor, terra não faltava. Existia em todo lado, para quem quisesse adubá-la com o suor de seu trabalho.

O MONGE E SEU LEGADO

O verdadeiro monge da Lapa chamava-se João Maria de Agostinis, também conhecido por São João Maria de Agostinho. Tinha o olhar manso, baixa estatura, tez clara e rosto comprido. Faltavam-lhe dois dedos na mão esquerda e vestia hábito franciscano, sobre o qual caíam longos cabelos e barba grisalhos. Natural da Itália (Piemonte), onde nasceu provavelmente em 1801, chegou ao Rio de Janeiro, procedente de Belém do Pará, em 19 de agosto de 1844. Registrou-se em Sorocaba (SP) na véspera do Natal do mesmo ano, exibindo documentos e dizendo ser solteiro, “ermitão solitário” de profissão, viajando para exercer o seu ministério, talvez movido por sentimento de culpa, ou puramente por vocação milenarista. Em 1844/5, o monge teria vivido no morro de Araçoiaba, distrito de Ipanema, onde existia uma caverna com fonte, cuja água ficou com fama de milagrosa, atraindo pessoas humildes e pias desejosas de salvar suas almas do apocalipse que julgavam prestes a purgar os pecados da humanidade.

Consta que exatamente no dia 04 de maio de 1846, vindo do cerro de Botucará, então pertencente a Rio Pardo (RS), chegou no arruado de Campestre – arredores de Santa Maria (RS), onde existe outro morro – trajando surrada bata escura, cingida por um cadarço branco, à cintura, atravessando a República do Paraguai, donde fora forçado a sair, em longa

peregrinação. Na primeira cidade, à época capital do estado, pregara no púlpito da igreja, consentido pelo pároco, sem obter êxito entre os fiéis católicos e sendo agredido fisicamente.

Foi morar numa ermida que mandara construir no cume da Boca do Monte, dedicada a Santo Antônio Abade – padroeiro de todos os monges e protetor dos animais, culto muito difundido em áreas rurais da Itália – que tinha no altar uma imagem desse santo trazida de uma igreja em ruínas dos Sete Povos das Missões. Lá fora, rumorejava a fonte de águas cristalinas e milagrosas, além da trilha semelhante ao calvário, onde plantara 17 (dezesete) cruzeiros, do sopé ao topo, nas áreas de descanso, auxiliado por 12 (doze) zeladores ou apóstolos. A fama de conselheiro, curandeiro e adivinho precedera sua presença, trazida pelos peões que palmilhavam o Caminho das Tropas até Sorocaba e, noite alta, entoava a plenos pulmões seus salmos e ladainhas, influenciando os mais ingênuos e necessitados, mas causando incômodo aos menos impressionáveis⁸. Havia quilombos na região, o que agravava o relacionamento social vigente.

Durou pouco, porém, seu ministério por ali, eis que aquele ajuntamento de prosélitos maltrapilhos, malcheirosos e, às vezes, mal intencionados erigiu rota de colisão entre a população local e a turba de retirantes, desocupados e romeiros enfermiços, que buscavam cura para suas feridas cobrindo-as com a lama dita sagrada, coletada no pé da fonte. A higiene era prejudicada e logo, logo, a situação tornou-se insuportável e o santo penitente foi aprisionado por ordem do presidente da província, tenente-general Francisco José de Souza Soares D'Andréa (barão de Caçapava), que governava pela 2ª vez, de 10 Abr 848 a 06 Mar 850, sendo remetido por via marítima ao marechal Antero José Ferreira de Brito, presidente da vizinha Santa Catarina, entregue por ofício datado de 25 Nov 848, recomendando que não voltasse ao Rio Grande do Sul. Nessa ocasião, manifestou o desejo de isolar-se na ilha do Arvoredo, localizada fora da barra, no que foi atendido.

Mas o povão não o abandonou. Verdadeiras procissões eram organizadas no litoral catarinense e se dirigiam para o retiro do monge, que fizera erguer uma cruz no ponto mais alto do terreno e para quem os romeiros ofertavam o melhor pescado e a fruta mais saborosa. Não se sabe quanto tempo o anacoreta permaneceu naquela ilha, mas o certo é que voltando ao continente tomou como pousada outra lapa, existente no município paranaense de Capão Alto, hoje Lapa, aonde acorriam os crentes em busca de lenitivo para suas penas, mesmo contrariando os desejos do eremita, temeroso da repressão policial.

A Gruta da Lapa, depois Gruta do Monge, foi habitada entre os anos de 1851 e 1855 por João Maria de Agostinis, que ali se fixou fazendo orações e dando mezinhas. Grande número de pessoas afluía ao local, procurando-o para sarar seus sofrimentos e pedindo conselhos. O sobrenome já era Agostinho e, com licença do então vigário padre Luiz José de Carvalho, pregou na matriz, repetindo o que praticara em Rio Pardo. Ergueu uma cruz na entrada da fuma, que também tinha uma nascente de águas límpidas,

transformando-se estas, como sempre, em remédio milagroso para todos os males dos romeiros que procuravam sarar suas enfermidades e frustrações. Portando seu pequeno oratório de madeira, sorvendo o mate-chimarrão, dando bons conselhos, distribuindo patuás, interpretando sonhos, dirigindo rezas coletivas e cânticos votivos, muitos caboclos esperavam anos a fio para que o profeta casasse e batizasse seus filhos, benzesse a "criação" e o roçado, exorcizasse as tentações de belzebu e abençoasse suas vidas.

Em 1852, durante um surto de peste bubônica em Rio Negro (PR), o Monge da Lapa transferiu-se para lá, a fim de debelar a epidemia. Plantou 14 cruzes e residiu na margem do rio, só regressando quando o mal foi exterminado. Na praça de vizinha Mafra (SC), ainda hoje existem os restos de uma cruz originária dessa missão apostólica, guardados numa capelinha.

João Maria, durante o tempo em que permaneceu na Lapa, dormia no chão de pedras, sobre tábuas, alimentando-se de frutas e de dádivas dos moradores. Bebia só água pura e fria, retirada da fonte. Procurava estimular a fé e passava longas horas em êxtase, fugindo ao convívio dos homens, para se aproximar de Deus. Com o aumento da afluência popular ao local, as autoridades obrigaram o monge a deixar a localidade, de onde partiu a cavalo para o Rio Grande do Sul, desaparecendo, arredio como sempre, em 1875, sem se saber ao certo o fim do santo vivo.

Os pesquisadores de Lagoa Vermelha (RS), afirmam que ele foi assassinado naquela localidade, em idade avançada, talvez a versão mais confiável de sua morte, porquanto é provável que tentasse retornar a Santa Maria da Boca do Monte, local onde sua boa estrela brilhara com maior intensidade. Bem recomendara o barão de Caçapava que não consentissem o retorno do profeta popular ao Rio Grande do Sul, mas a verdade é que o monge João Maria de Agostinho permanece até hoje nos oratórios sertanejos ao lado dos santos católicos e continua a fazer seus milagres, aliviando os males de seus devotos.

Esse anacoreta misterioso, misógino, inofensivo e prestador de bons serviços à faixa mais crédula da população, foi o inspirador do movimento insurrecional e o alicerce religioso em que se fundamentaram os líderes populares que, pisando em suas pegadas de bondade, guiaram setores expressivos da população daqueles sertões a bater de frente com as autoridades constituídas.

Por volta de 1890, surgiu um segundo monge de nome idêntico, que reacendeu a fé e a esperança nos corações e mentes de seus seguidores, que o tratavam por São João Maria de Jesus. Seu nome era Atanás Marcaf, de origem francesa, ao que parece, notado a partir da Revolução Federalista, junto aos *maragatos*, no vale do rio do Peixe, fazendo benzeduras e *fechando corpos* contra disparos do inimigo, escorraçando feitiços e demônios. Conduzia a bandeira do Divino – branca, com uma pomba vermelha, de asas abertas, ao centro – enquanto sarava ferimentos e negava a morte do caudilho Gumerindo Saraiva, pregando seu retorno “à frente de um exército de anjos”⁹. Com a mesma aparência do primeiro, batizava, confessava, casava, doava medicamentos e amuletos, condenava

a República – arte do diabo, versus a Monarquia, obra de Deus – abençoava os *irmãos* e anunciava o fim do mundo com sotaque estrangeiro, de cajado na mão e cachimbo na boca. Polemizava veementemente com clérigos, ao ponto de asseverar que “sua reza era mais forte que a missa”, recusando-se a receber o sacramento da confissão.

Contemporâneo do Monge da Lapa – o primeiro – até hoje é confundido com ele. Deambulou pelos rincões de Santa Catarina, do Paraná e de Mato Grosso, tendo transposto o rio Uruguai em Porto Xavier (RS), limítrofe à região missioneira argentina de San Javier, na qual exercera seu apostolado por mais de 30 anos, segundo consta. Lá chegara via fluvial, desembarcando em Posadas (RA). Adivinhou o infortúnio de uma nuvem de mosquitos *borrachudos* sobre a vila de Lages (SC), o que consolidou a devoção popular a seu santo vivo. Vestia-se humildemente com calças de brim muito curtas – um pouco abaixo dos joelhos – camisa de meia e paletó de algodão, touca felpuda, rosários de lágrimas e benditos ao pescoço, alpercatas de couro cru nos pés. A bagagem era a cuia de mate com bomba, a garrafa de água, o saco de roupas, a lata com ervas milagrosas e o bastão de arrimo. Mancava de uma perna e não comia carne.

Dizia que nascera no mar e fora criado em Buenos Aires (RA), o que pode ser verdade, pelo linguajar *portunhol* com que, apocalíptico, ameaçava com o Juízo Final, dava vivas a Dom Sebastião e previa pragas de gafanhotos e de cobras, pestes e uma escuridão anunciadora do fim do mundo que duraria 3 (três) dias – seguido por um séquito de maltrapilhos e doentes. Desapareceu como surgiu, lá por 1908, mas os fiéis tinham certeza de que ele apenas estava *encantado*, no morro Taió, até quando encontrasse o tempo exato para o sublime regresso.

O segundo monge João Maria, padroeiro dos caboclos, presenciou a chegada do terceiro beato, José Maria de Agostinho que anunciava ser seu irmão mais novo. Vergado pelo peso dos anos e a vida padecente, irritado com as declarações do êmulo, pronunciou a seguinte profecia:

*“Vocês podem ver bem a diferença quando caminho, pois eu sou
rengo e o outro não é. Ele está fingindo, usando meu nome,
iludindo o povo e isso não está direito. Ele trará desgraça para
todos!”*

Para que o leitor possa avaliar, mesmo superficialmente, o grau de emotividade e de atraso do segmento populacional sob influência dessas lideranças alucinadas, basta assinalar que até um manifesto à nação foi lançado por um certo “Imperador da Monarquia Sul-Brasileira”, que seria viabilizada naquele território, para substituir a República, que “não prestava”. O imperador aclamado era Manuel Alves de Assunção Rocha, um fazendeiro ardiloso, que teria como objetivo inicial dinamitar as pontes de Itararé, na divisa com o estado de São Paulo e a existente sobre o rio Uruguai, ao Sul, instalando a capital imperial em Ponta Grossa (PR). Trata-se do absurdo dos absurdos, mas considerando a proporção do abalo social

em curso, a proximidade com a fronteira internacional e os fatos históricos ocorridos recentemente, a idéia delirante deixou apreensivas as autoridades estaduais e federal¹⁰.

NOTAS DO AUTOR

1 – O trecho litorâneo retilíneo de 600 quilômetros que separa Laguna (SC) de Punta Del Este (ROU), desequipado de ancoradouros e de enseadas de acesso à terra, águas frias e açoitadas pelo vento, é o mais extenso do mundo. Atrasou em dois séculos o início da colonização ibérica. Por outro lado, inviabilizou o projeto da República Piratini (1835), ao impor a conquista de Santa Catarina pelos *farrapos*, em busca de terminais portuários para a sobrevivência independente. A praia do Cassino, no município de Rio Grande (RS), com seus 212 quilômetros ininterruptos, é, também, a maior do globo.

2 – Na falta do ouro, o negócio colonial mais rendoso era a préia ao índio, por meio das impiedosas expedições dos mamelucos vicentinos. Assim, os bandeirantes destruíram as reduções jesuíticas espanholas de Guaíra e do Itatim, por volta de 1648, logo após o fim da união das duas coroas ibéricas, imposta por dom Felipe II, rei da Espanha, mas que, em última análise, beneficiou a Colônia americana de Portugal.

O ímpeto do aventureiro paulista em busca de riquezas e na captura de suas presas indefesas levou-o a atacar as missões inacianas de Chiquitos e de Moxos, no altiplano boliviano, sendo repellido. Sem dar conta, estava rompendo, de arma na mão, as amarras de Tordesilhas (1494). As cidades de Guaíra (PR) e de Miranda (MS) ocupam as áreas das lendárias povoações religiosas de Ciudad Real e de Santiago de Jerez, respectivamente.

3 – Pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777), Portugal perdia o território das Missões e a colônia do Sacramento, recebendo como compensação a ilha de Santa Catarina, enquanto que a navegação no rio da Prata tornava-se privativa dos castelhanos, cabendo aos lusos a exclusividade na lagoa dos Patos.

Genericamente, as fronteiras atuais do Brasil são as mesmas estabelecidas pelo Tratado de Madri (1750), que fora revogado pelo Acordo do Pardo (1761), com o acréscimo do Acre em 1903. O Tratado de Badajoz (1801) permitira sua extensão do rio Branco ao rio Apa, em Mato Grosso, e a progressão até as barrancas do rio Uruguai, no Rio Grande do Sul. Mais tarde, a fronteira meridional do Brasil passou do rio Ibicuí para o rio Quaraí, consequência da Guerra Cisplatina (1825/8).

4 – A companhia de Teixeira Soares (Chemins de Fer Sud Brésilien) já havia construído a ferrovia Curitiba – Paranaguá (1885), glória da engenharia nacional, que rivaliza com as grandes realizações mundiais,

senão superando-as em concepção, técnica e arrojo. Seus 13 (treze) túneis, os inúmeros viadutos dependurados sobre profundos precipícios, chumbados aos penhascos da serra do Mar, orgulham os brasileiros e comprovam o acerto da decisão imperial. A República reduziu para 15 a faixa de 30 quilômetros, cedidos inicialmente pelo imperador (Decreto 305, de 7 de abril de 1890).

5 - O litígio das Missões ou de Palmas, com a República Argentina, foi resolvido por via diplomática em processo arbitrado favoravelmente ao Brasil pelo presidente norte-americano Grover Cleveland, em fevereiro de 1895. Ocupava a presidência da República o marechal Floriano Peixoto, que encarregou o barão do Rio Branco de representar os interesses nacionais, o que fez brilhantemente.

6 - O Paraná não queria perder Palmas, Clevelândia e União da Vitória, evocando a doutrina do *uti possidetis solis*, sem atentar que nosso monarca definira em lei de 1850 que só a compra documentada legalizaria a posse da terra, isto é, esse princípio, tão valioso aos brasileiros, chegara ao fim. Santa Catarina, vitoriosa judicialmente em três ocasiões, manteria, ao menos, Porto União, enquanto que Rio Negro foi naturalmente dividida, recebendo o nome de Mafra, no lado catarinense.

A disputa abrangia um território maior que dois estados brasileiros (Alagoas ou Sergipe) e alguns países importantes como Holanda e Bélgica. Eram 47.880 Km² de excelentes campos para a pecuária e de terras férteis para a agricultura, cabendo 20.310 Km² ao Paraná e 27.570 Km² a Santa Catarina.

7 - O reino milenarista é um paraíso de ar perfumado, fartura inesgotável, a ser usufruído no futuro. Os profetas e monges, em expectativa mística – às vezes delirantes – anunciavam a dádiva celestial do Onipotente, genuflexos, contritos, fervorosos em sua fé. Há ligação íntima e sublime com Dom Sebastião, o Encoberto, redivivo, cavalgando seu corcel branco distribuindo ouro a manchetes e com os encantados *Doze Pares de França*, cavaleiros do rei Carlos Magno. Em sua ingenuidade, os *doze pares* seriam vinte e quatro pessoas, pois era difícil entender o que teria sido um *par de França*.

8 - A feira de Sorocaba, ponto final do Caminho das Tropas era o mais importante pólo comercial do Império, servindo para abastecer a província de Minas Gerais – a mais rica e populosa, no auge da mineração aurífera – até a construção da Estrada de Ferro Sorocabana (1875), que modernizou o transporte de mercadorias, substituindo os muare. A soledade da colina de Sorocaba foi o fato gerador da vida messiânica do peregrino italiano entre nós.

Retornando ao Brasil provavelmente pelo passo de São Borja (RS), louvara ao Senhor nos escombros dos templos inicianos destruídos nas

chamadas *guerras guaraníticas* desencadeadas no século XVIII e que assinalaram o fim trágico das reduções jesuíticas em nosso País.

9 – Gumerindo Saraiva, general *maragato* natural de Arroio Grande (RS), mas culturalmente uruguaio, liderou uma incrível marcha para o Norte, de Itaquí (RS), na fronteira meridional Brasil-Argentina, a Jaguariaíva (PR), nas proximidades da divisa com o estado de São Paulo, sem dúvida a maior proeza dos revoltosos federalistas, envolvendo 7 (sete) estados brasileiros – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro – e o Distrito Federal, em cruenta luta fratricida que durou de 1892 a 1895. Obteve inúmeros êxitos, como a ocupação das capitais de Santa Catarina e do Paraná – ao lado de parte da Marinha rebelada – e a vitória no cerco da Lapa, em que pese a resistência gloriosa do coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, no comando das forças legais republicanas.

Vencido, contramarchou para o Sul, através do território contestado e, ao passar por Ponta Grossa (PR), lançou um manifesto separatista visando a fundação de um Estado independente formado pelos três estados sulinos brasileiros.

10 – Há indicativos de que o “irmão caçula” José Maria, nascido Miguel, apareceu em Campo Belo (SC) poucos anos antes do fim do século passado, dizendo-se o rezador João Maria. Ninguém acreditou, pois se tratava de pessoa de pouca idade e que recentemente desertara do Exército, como se comentava. Muito sagaz, mudou o discurso declarando-se o arcanjo Miguel, certamente por decorrência do nome próprio e que fingira ser “seu” João Maria apenas para chamar a atenção. Não tardou e – já instalado em uma gruta – confessava e batizava a caboclada amontoada em seu redor, ameaçando com o fim do mundo próximo. Como o cataclismo demorasse, houve invasões de roçados, assaltos a galinheiros e chiqueiros etc., resultando a intervenção policial, que dispersou aquela pobre gente à bala. Alertado dias antes, o farsante fugira e após ser preso afirmou que estava a caminho de Roma. Logo foi solto.

11 – O general-de-brigada Fernando Setembrino de Carvalho, comandante-em-chefe da última expedição, deu por terminadas as operações em fevereiro de 1915 e consta de seu relatório que foram empregados 6.408 (seis mil quatrocentos e oito) militares do Exército, 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) do Regimento de Segurança do Paraná e cerca de 300 (trezentos) vaqueanos civis paranaenses e catarinenses. Sucumbiram em ação 7 (sete) oficiais, 9 (nove) sargentos, 67 (sessenta e sete) cabos e soldados e 21 (vinte e um) vaqueanos. Não se sabe o número de baixas do lado dos jagunços. À época, ninguém se interessou em fazer esse levantamento e hoje é praticamente impossível chegar-se a um dado confiável.

BIBLIOGRAFIA

- ACERVO** do Arquivo Histórico do Exército;
- ASSUMPTÃO**, Herculano Teixeira de – “*A Campanha do Contestado*”, Belo Horizonte (MG), 1917;
- ALBUQUERQUE**, Mário Marcondes de – “*Contestado: Distorções e Controvérsias*”, Editora Littero-Técnica, Curitiba (PR), 1987;
- ALVES**, Ivan – “*O Contestado*”, in “*Os Grandes Enigmas de Nossa História*”, Otto Pierre Editores Ltda, Rio de Janeiro, 1982;
- AMADO**, Janaína – “*Conflito Social no Brasil: a Revolta dos Muckers*”, Editora Símbolo, São Paulo (SP), 1978;
- AURAS**, Marli – “*Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla*”, Cortez Editora, Florianópolis, 1984;
- BERNARDET**, Jean Claude – “*Guerra Camponesa no Contestado*”, Global Editora, São Paulo (SP), 1979;
- BUENO**, Eduardo – “*Náufragos, Traficantes e Degredados*”, Coleção Terra Brasil, Rio de Janeiro, 1998;
- CABRAL**, Oswaldo Rodrigues – “*A Campanha do Contestado*”, Editora Lunardelli, Florianópolis (SC), 1979;
- CARVALHO**, Fernando Setembrino de – “*Relatório ao Ministro da Guerra*”, Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1917;
- DERENGOSKI**, Paulo Ramos – “*O Desenvolvimento do Mundo Jagunço*”, Editora Fundação Catarinense de Cultura, Florianópolis (SC), 1986;
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO** – “*Guerras Insurrecionais no Brasil*”, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1968;
- FACHEL**, José Fraga – “*Monge João Maria*”, Editora da UFSC, Florianópolis (SC), 1996;
- FELIPPE**, Euclides – “*O Último Jagunço*”, UnC, Curitiba (SC), 1995;
- LEMO**, Zélia de – “*Curitibanos na História do Contestado*”, IDESC, Florianópolis (SC), 1977;
- MARCIAL**, Crivelário (Demerval Peixoto) – “*Campanha do Contestado*”, Biblioteca Militar, Rio de Janeiro, 1916;
- MARTORANO**, Dante – “*Contestado: Conflitos e Ocupação*”, vários artigos publicados em “O Estado”, Florianópolis (1981/2/3);
- MEIRINHO**, Jali – “*República e Oligarquias*”, Editora Insular, Florianópolis (SC), 1997;
- MIRANDA**, Alcebiades – “*Contestado*”, Editora Littero-Técnica, Curitiba (PR), 1987;
- PETRY**, Leopoldo – “*O Episódio do Ferrabrás*”, Editora Rotemund, São Leopoldo (RS), 1957;
- QUEIRÓS**, Maria Isaura Pereira de – “*O Messianismo no Brasil e no Mundo*”, Dominus Editora, São Paulo (SP), 1965;
- QUEIROZ**, Maurício Vinhas de – “*Messianismo e Conflito Social*”, Editora Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro (RJ), 1986;
- SOARES**, J. O. Pinto – “*Apontamentos para a História: O Contestado*”, 1920, Oficinas Graphics da Escola de Engenharia, Porto Alegre (RS), 1920;
- SOUZA**, Fredericindo Marés de – “*O Presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado*”, Editora Littero-Técnica, Curitiba (PR), 1987;
- THOMÉ**, Nilson – “*A Aviação Militar no Contestado*”, Impressora Universal Ltda, Caçador (SC), 1986;
- , – “*São João Maria na História do Contestado*”, UnC, Caçador (SC), 1997;
- , – “*A Insurreição Xucra do Contestado*”, FEARPE, Caçador (SC), 1987;

I- Etimologia de GUAIBA

Qual a etimologia de Gualaiba ?

Ao fazermos a revisão de sua origem etimológica encontramos diferentes opiniões, reveladoras de que o tema não está, definitivamente, esclarecido

Os que tentaram buscar a origem desse topônimo em vozes indígenas nos deram, pelo menos, cinco versões diferentes. Procede de GUA-Y-BE e quer dizer "enseada ou baía", segundo o proveto Teodoro Sampaio.

Deriva-se de GUA-AHY-BE, isto é, significa "vale ruim, estéril" ou de GUA-YBA e corresponde a "vale da árvore" nas duas interpretações dadas por Alfredo de Carvalho.

Souza Docca acolheu a interpretação do baiano T. Sampaio, por lhe parecer mais aceitável "visto que o Gualaiba forma ao receber as águas da imensa bacia do Jacuí, uma majestosa e vasta baía..." (Vocabúlos Tupís na Geografia Rio-Grandense in Revista do IHGRS Ano II 4º trim. 1922, pg. 115)

Posteriormente, Tupí Caldas apresentou mais duas novas interpretações: "de GUAÍ ou seja trocar + IBA, isto é, fruto", no sentido figurado de "produtos da terra para o sustento do homem". O autor esclarece que se escudou em citação do padre Teschauer, referindo-se ao possível comércio entre portugueses e tapes, no Rio Grande de São Pedro, no século XVII. Sua segunda contribuição faz o topônimo proceder de GUAÚ, significando "canto de los índios" ou, mais exatamente, "a série de sons musicais emitidos pela voz dos ameríndios" nas suas próprias palavras. E comenta: "no entanto, pessoa menos entendida no tupi-guaraní, poderia ter tomado a expressão "Canto dos Índios" em sentido de " lugar afastado dos índios ; canto dos índios na extremidade da abertura da boca do Rio Grande de São Pedro". E, continua o mesmo autor: "o vocábulo CANTO tem significação portuguesa e espanhola de "pedra grande" ou de "esquadria de pedra"; A existência de grandes "matações de granito" ao longo das margens do rio Gualaiba, teria dado origem ao nome "Rio da Terra das Pedras Grandes" ("Toponímia Tupí-Guaraní" de J.A.L.Tupí Caldas in Revista do IHRGS Ano XXII 3 trim. 1941 p.21).

Eis, como decompõem a palavra GUAIBA, usada em nosso tempo chegaram os autores referidos a diferentes interpretações, numa tentativa, parece, de acomodá-la às características do topônimo.

Não se buscou, entretanto, precisar nem a data de seu aparecimento registrado nem a grafia e suas modificações encontradas.

Sabemos que os europeus desde o século XVI, em contatos com os povos americanos, recolheram suas expressões, utilizadas para designações geográficas. Assim, PARANÁ, servia para designar rio caudaloso (Etimologicamente, PARA = mar e NÁ = semelhante. Também usavam a expressão IGUASSÚ (sendo I ou HY = rio + GUASSÚ = grande)

E até hoje nossa geografia está cheia de exemplos de toponímia consagrada, tanto em sua forma mais simples como elaborada, posteriormente, acrescida com qualificativos. É o caso de Pernambuco, originada de PARANA-MBUCO, isto é, "semelhante ao mar e comprido".

Na nossa proposta de estudo devemos considerar que com a chegada dos luso-brasileiros ao Rio Grande do Sul, ocorreu encontro com os nativos de maneira mais permanente, no século XVII. Nossa geografia, entretanto, já fora cartografada pelos Jesuítas, apoiados nos informes dos índios de sua catequese. Muitos foram os

documentos originados mas só muito posteriormente, passaram à disposição dos estudiosos. Rio Branco para apoiar a defesa dos direitos brasileiros, na fixação de nossas fronteiras, já se utilizou daqueles importantes documentos.

No caso motivador deste artigo encontramos, inegável referência no chamado I^o mapa do Paraguai, construído pelos Jesuítas da Província do Tape, oferecido ao R. Pe. Vicente Carraffa, então, Geral da Companhia de Jesus (1646-48) e publicado no Atlas de Blaeu .

Também no II^o mapa, construído em 1722 e oferecido ao R.Pe. Michelangelo Tamburini, 14^o Geral da Companhia, gravado por Pedoschi;

III^o no mapa intitulado "PARAQUARIAE PROVINCIAE SOC. IESU" reproduzido na 1^a ed. alemã, gravado em Augsburg por Matheus Seutter, elaborado em 1726.

IV^o o terceiro mapa do Paraguai construído também pelos Jesuítas dali, em 1732, oferecido ao R. Pe. Francisco Retz, 15^o Geral da Ordem, gravado em Roma, pelo mesmo Petroschi;

V^o o mapa reproduzido de gravura original extraída do Tomo XXI p, 239 das "Lettres edificantes et curieuses écrites des Missions étrangères, par quelques missionnaires de la Compagnie de Jesus" Paris, 1734;

VI^o o mapa da América Meridional de D'Anville, I^a. ed. 1748. E, finalmente,

VII^o o mapa de M. Pierre François Xavier de Charlevoix , SJ. 1749.

Nestes sete mapas, elaborados na primeira metade do século XVIII, podemos verificar que o Jacuí está denominado por YGAY no II, III e IV dos enumerados. Nos demais, sempre registram IGUAY, indicando seu curso

superior. Em sua porção inferior, até pouco antes de se lançar na Lagoa dos Patos, tem a denominação de IGUASSU.

Além disso localizamos outro documento importante para ratificar estes informes cartográficos. Referimo-nos ao DIÁRIO do pe. Tadeu Xavier Henis, Jesuita que acompanhou o exército indígena nos assaltos a Rio Pardo e depois prosseguiu na guerra contra os exércitos de Portugal e Espanha, na tentativa de impedir sua penetração nas Aldeias das Missões .

Este documento foi escrito em latim e transcrito e traduzido para o espanhol, por B. Ibañez de Echeverria. Mas existem mais cópias com certas divergências. Varnhagen divulgou uma, encontrada no Arquivo General de Simancas, nos ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL (vol.LII p. 473), de onde transcrevemos esta referência: "Mientras ... esto sucedia a orillas del Rio Grande, a quien los indios llaman IGAI"

Rafael Schiafino, em seu importante "GUARANISMOS - ensayo etimológico" (In Revista Historica do Museu Nacional , Montevideo, Tomo XXV p. 331, 1956) ao registrar o verbete IGAI, assim explica: "De IG , água e AI, ácido". Para seu apoio, transcreve a mesma passagem do referido DIÁRIO de Henis com a seguinte versão: "Mientras ... se avanzava hacia Rio Grande a quien los indios llaman IGAI, esto es amargo...". Estamos diante de uma cópia diferente. Mas, embora as diferenças do registro nas duas cópias apontadas, o autor identifica o topônimo, como IGUAY e também como " rio de los faisanes", isto é, dos jacús (denunciando a origem do nome Jacuí). Assim o mesmo rio referido pelo mesmo autor com variados nomes.

Também da área luso-brasileira dispomos de testemunhos documentais expressivos. Acompanhando-se a penetração dos povoadores pelo vale do Jacuí, vemos que em 1752 um grupo de paulistas, alistados por Cristóvão Pereira de Abreu, para os trabalhos de demarcação de limites determinados pelo Tratado de Madri, (1750) foi destacado para reconhecer a navegabilidade do Jacuí, com vistas a servir de acesso às Missões.

É aceitável admitirmos que entre as informações trazidas por este destacamento precursor , constava a denominação deste rio, recolhida no

reconhecimento: IGAY ou IGUAY. E, confirmando nossa hipótese, as sesmarias concedidas logo em seguida, como a de Francisco Xavier de Azambuja, de Antonio de Brito Leme, de Cosme da Silveira, localizadas ao longo do caminho para Rio Pardo, sempre aparece IGUAYBA como limite sul. Já nas cartas de sesmarias obtidas por Manoel Pereira Roris (Rodrigues), Vicente Estácio Pereira, e João Garcia Dutra se diz que se situavam entre os rios Cai e GAIBA.

Sabemos também que um pouco antes dessa penetração pelo vale do Jacui, a denominação desse curso d'água era conhecido como RIO GRANDE. Ainda em 1740, quando Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos indica os limites de sua estância do Morro de Santa Ana, refere-a à margem do RIO GRANDE. Mas, em 1755 o brig. João Francisco Roscio, escreve em seu "COMPÊNDIO NOTICIOSO do Continente do Rio Grande de São Pedro": "Na barra do Pequiri perde o rio o nome de GUAYBA e daqui para cima se chama Jacul.

ÍGAI - ÍGUAÍ - IGUAIBA - GAIBA - GUAIBA

Sem dúvida, como acabamos de documentar, no momento do encontro das duas correntes disputantes do domínio da área do Rio Grande do Sul, surpreendemos um processo de ajustamento da denominação desse significativo topônimo que tanto identifica nossa capital.

Aqui deixamos estas observações colhidas na cartografia histórica, entre outras fontes apontadas para servirem ao esclarecimento da origem etimológica de Guaíba.

II - Etimologia de SERIGOTE

"Consultar o vocabulário gaúcho é rasgar à visão interior paisagens retrospectivas, enquadradas na moldura da história" como adverte Augusto Meyer ("GAÚCHO história de uma palavra"- Ed. do Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre, 1957 p.7)

Embora verdadeira a afirmativa do saudoso e lúcido ensaísta rio-grandense, nem sempre a consulta ao vocabulário gaúcho nos conduz à visão exata ou verdadeira de alguns vocábulos cujas origens sofreram deformações. É o que ocorre, segundo nos parece, com o termo SERIGOTE de uso corrente no Rio Grande do Sul.

Mas qual é sua origem ?

Foi difundida a etimologia apontada por João Cezimbra Jacques e, açodadamente, dicionarizada. Em sua obra "Assuntos do Rio Grande do Sul" consigna "O uso do lombilho primitivo foi substituído, em 1870, mais ou menos, pelo SERIGOTE, palavra de origem alemã, corruptela da frase DAS IST SEHR GUT. E a propósito da dita palavra (continua o mesmo autor) corre a versão de que um alemão lombilheiro, tendo inventado esse novo lombilho mostrou-o a gaúcho, dizendo-lhe aquela frase e que desde essa ocasião a corrompeu, dizendo SERIGOTE, nome que pegou a essa peça do arreamento entre a população rural, generalizando-se, mais tarde". ("Assuntos do Rio Grande do Sul" - Major João Cezimbra Jacques, ed. nas Of. da Escola de Engenharia. Porto Alegre, 1912, p.31).

De nossa parte, desde a primeira vez que tomamos conhecimento dessa interpretação nos pareceu um pouco forçada e, sinceramente, pouco consistente, incapaz de resistir a uma boa crítica. Ficou, assim, como tema de pesquisa e estudo.

Discutimos muitas vezes nossas dúvidas com pesquisadores tradicionalistas e especialistas em linguagem.

Encontramos alguns apoios. Na literatura, exemplos de uso do termo sêrigote fora dos limites rio-grandenses. Como o repetido tópico: "As estrelas, em divina faceirice, furtaram o brilho às miradas dos tropeiros que tomados de langor,

banzavam estirados nas caronas apoiadas as cabeças nos SERIGOTES com o rosto voltado para o céu". É um panorama do interior mineiro. Este trecho pode ser lido em PELO SERTÃO (1898), o livro de estréia e que deu tão merecida fama a Afonso Arinos. ("Obra Completa - Afonso Arinos de Melo Franco. ed. do Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1968, p.52)

Em ENSÁIOS DE GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA convencionou o Comte. Eugênio de Castro a delimitação das áreas geradoras da linguagem nacional, em duas províncias, o litoral e o sertão. Nesta última, que se confunde com a geografia do gado, encontram-se os centros naturais de fixação da linguagem. E o mesmo autor enumera vocabulário próprio das respectivas áreas. Lá estão, na província do sertão, entre outras, AS PEÇAS DE MONTARIA Usadas no Brasil: "Seligote (ou SERIGOTE), cutucas, lombinho..." ("ENSÁIOS DE GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA" - Comte. Eugênio de Castro. 8a. ed. Cia. Editora Nacional. Rio. 1941 p. 239)

Muito acertadamente, Justo P. Sáens (hijo) suspeitava "teneren origen portugués y habernos llegado del Brasil..." (EQUITACION GAUCHA DELA MESOPOTAMIA ARGENTINA. Sus arreos " de Justo Sáens (hijo) in LA PRENSA, ed. de 31-VI-1938)

Para nós a etimologia está enquadrada, perfeitamente, na tradicional evolução da língua.

Qualquer dicionário comum registra SELOTE, SELAGÃO, SELIM, como selas menores. Derivam, pois de SELA, evidentemente. Esta, conforme a lição do prof. Carlos Goes, sabemos, origina-se da raiz sânscrita SAD que através do latim, deu a raiz universitária SED e significa "tomar assento, assentar-se". Chegou à SELA (por SED-L-A) , assimilando o D em L, acrescida da desinência característica da forma feminina. Por isso, na grafia antiga, etimológica, devia se escrever com dois L. ("DICIONÁRIO DE RAIZES E COGNATOS DA LINGUA PORTUGUESA" - Carlos Góes. 2a. ed. Of. Graf. ALBA. Rio, 1936 p.310)

Todos os derivados de SELA, dicionarizados, são diminutivos por indicarem peças, comparativamente, menores. Mesmo SELAGÃO. Normalmente o sufixo ÃO é aumentativo. Porém em casos especiais, funciona como diminutivo. Lembramos, para exemplificar, esses casos semelhantes: corda - cordão; carta - cartão...Assim SELA - SELAGÃO. Os sufixos IM e OTE são bem expressivos e muito usados.

Mas, veja-se como foi se complicando: SELA - SELIM - SELOTE - SELAGÃO - SERIGOTE. O G foi introduzido como infixo eufônico. E logo a transformação do L em R por outro fenômeno lingüístico conhecido como "rotacismo". Uma tendência, aliás, comum entre pessoas de pouca cultura (maRvado por malvado)

Em nosso apoio devemos lembrar também o primeiro lexicólogo sul-rio-grandense, o prof. Antonio Álvares Pereira Coruja. Pois Coruja publicou uma "Coleção de Vocábulo e Frases Usadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul" escrito em 1851. Ali não registra SERIGOTE, certamente. Se o termo fosse regionalismo, sem dúvida, estaria incorporado. Mas, aparece LOMBILHO, efetivamente, como a forma entre nós usada para indicar essa peça dos arreios do gaúcho.

E - o importante - Coruja para explicar o termo usado pelos rio-grandenses, redige assim o verbete "LOMBILHO - s.m. Apero pertencente aos arreios usados na Província; substitui a sela, selim ou serigote" ("Coleção de Vocábulo e Frases usadas na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul" - Antonio Álvares Pereira Coruja in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Tomo de 1851)

Então, concluímos nós, SERIGOTE era já em 1851, termo muito conhecido no Brasil. Por isso o autor o refere para seus leitores brasileiros identificá-lo com a peça LOMBILHO (de origem platina) usada pelos gaúchos rio-grandenses. Coruja o

Visite-nos na internet: www.geocities.com/paris/jardin/5965

Esta Revista pode ser adquirida em formato CD

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - Netscape

Arquivo Editar Exibir Ir Comunicador 2

París Parisiente Recarregar Início Pesquisa Guia Intranet Segurança Perer

Marcadores Endereço: <http://www.geocities.com/Paris/Jardin/5965/>

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
FIDEM PROFESSUS NEQUE IN NOBIS QUISQUAM ET SINE ODO DICANDUS EST

(Mas) quem faz profissão de lealdade incorruptível deve falar de cada um sem amor e sem ódio - Tácito

Links **Noticias e Eventos**

Endereço: Rua Riachuelo, 1317
Porto Alegre - RS - BRASIL - CEP: 90010-271
Telefone/FAX: (051) 224.3760
Atendimento: 13 hs às 19 hs
E-mail: ihgrs@parisjardin.com.br
Última atualização em 24/06/1999

Arquivos
Biblioteca
Hemeroteca
Periódicos
Volumes
Documentação
Arquivos Documentais
Acervo Geral
Arquivos de Personalidades
Arquivos Genealógicos
Foteoteca
Mapoteca
Administração
Diretoria e Membros Eleitos
História do Instituto
Resumo Histórico do RS
O que ler?
Publicações
Atas de Congressos
Outras Publicações
Revistas

0007

Documento pronto

ACERCA DE PROVISÓRIOS

Coralio Bragança Pardo Cabeda

A tradição miliciana do Rio Grande é uma herança do velho Portugal avoengo, que sempre se utilizou dessas forças em suas antigas contendias européias.

Na América, a conquista, a ocupação e a defesa do imenso território estavam muito acima das possibilidades das forças regulares lusitanas, sendo o apelo às armas da população civil a solução natural para o problema.

Quando o Conselho Ultramarino tomou a decisão de povoar a Colônia do Sacramento, foi justamente a um oficial miliciano, o Capitão Antônio Rodrigues Carneiro, que se confiou a missão de seleccionar os futuros colonos, muitos deles também milicianos e veteranos da Guerra da Sucessão da Espanha, como o próprio Carneiro.

Do que foi a epopéia dessa gente, a quem muito o Rio Grande ficou a dever, dá-nos conta o clássico trabalho de Jônatas da Costa Rego Monteiro, "A Colônia do Sacramento" (of. Gráficas da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1937), coincidentemente patrocinado por um Governador do Estado de destacada atuação miliciana, o General José Antônio Flores da Cunha.

E assim, Integrados à Capitania d'El Rey e à Província de São Pedro, os milicianos luso-brasileiros iriam escrever com seu sangue a nossa História, da Colônia à República.

A rigor, não houve sequer uma guerra externa ou um movimento revolucionário, até o final da década de 30 deste século, sem que estivessem presentes - e ativamente - as forças milicianas.

Milicianos foram aqueles negros valentes de Pinto Bandeira, que tanto aterrorizavam as tropas espanholas; milicianos eram os companheiros de Santos Pedroso e Borges do Canto na conquista das Missões; milicianos eram os lanceiros farroupilhas; miliciana era a gloriosa cavalaria rio-grandense das guerras platinas, assim como o grosso da cavalaria brasileira no Paraguai.

Em 1831, com a criação da Guarda Nacional, a "Milícia Cidadã", um novo capítulo se iniciava. Seria ela a grande escola de tantos chefes militares ilustres : Bento Gonçalves, Canabarro, João Antônio, Bento Manoel, Andrade Neves, Chico

Pedro, Neto, Portinho, Bento Martins e outros. Com a Guerra do Paraguai, surgiram os "Corpos Provisórios de Cavalaria", arma de eleição dos gaúchos, cujo desempenho haveria de inspirar a organização de unidades do mesmo nome, mobilizadas para fazer face às exigências operacionais da Revolução Federalista de 1893/95: os "Corpos Provisórios de Cavalaria da Guarda Nacional".

Atuando isoladamente ou em grandes unidades (Brigadas e Divisões), por vezes reunidos a forças do Exército, os Corpos Provisórios tiveram destacada atuação ao longo do conflito. Muitos de seus comandantes e oficiais ilustraram-se na guerra civil ou nela ingressaram já ostentando nome feito no Paraguai e nas guerras anteriores, recebendo postos honorários do Exército em reconhecimento dos serviços prestados. Foram os casos de Hipólito Ribello, Rodrigues Lima, Salvador Ayres, Francisco Rodrigues Portugal, Firmino de Paula, Elias Amaro e outros.

Talvez o caso mais emblemático seja o do comandante militar federalista, General Honorário João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), que esteve 60 anos no serviço das armas, participando de cinco campanhas (Farroupilha, Rosas, Uruguai, Paraguai e Federalista)(apud Dr. Alvaro Tavares de Souza, Comemoração do Sesquicentenário de Nascimento do General João Nunes da Silva Tavares, Barão de Itaqui; Rio, Liga da Defesa Nacional, 1966).

Borges de Medeiros, que governaria o Rio Grande por três décadas, também foi oficial "provisório", com o posto de Tenente-Coronel Assistente do Deputado do Ajudante-General da Brigada Santos Filho, componente da Divisão de Proteção da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana.

Como o próprio nome está a indicar, os Corpos Provisórios deveriam ter efêmera existência. Organizados, pagos e equipados pelo Estado em casos de alteração da ordem, deveriam ser dissolvidos logo após o restabelecimento da normalidade, até porque o Tesouro Estadual não teria condições de suportar os encargos correspondentes por longo período. Em situações especiais, eram alguns conservados no policiamento de regiões potencialmente conflagráveis, na vigilância das fronteiras, na repressão ao contrabando e na intimidação dos oposicionistas emigrados. Este foi o caso do 2º. Corpo - mais tarde Regimento - comandado pelo Tenente-Coronel João Francisco Pereira de Souza, aquartelado no Cati e de atuação tão polêmica no sudoeste do Estado.

O recrutamento dos Corpos Provisórios, a partir da consolidação do Partido Republicano Rio-Grandense no poder, era feito entre os quadros partidários e suas clientelas rurais e urbanas. A oficialidade, do Alferes ao Tenente-Coronel,

compunha-se de adeptos do situacionismo político, comissionados nos diversos postos em função de seus pendores guerreiros e de comprovada lealdade partidária.

O Tenente-Coronel comandante era pessoa de prestígio no município, muitas vezes o próprio Intendente ou o diretor da política republicana local, estancieiro ou profissional liberal. Não raro, o efetivo comando em campanha era exercido pelo Major-Fiscal, geralmente indivíduo dotado de tirocínio militar comprovado. Oficiais e sargentos da Brigada Militar também eram aproveitados como instrutores e oficiais comissionados. O restante da oficialidade e dos subalternos era recrutado no funcionalismo público, entre pequenos proprietários rurais, subintendentes distritais, inspetores de quarteirão, policiais, capatazes e familiares. A tropa constituía-se da grande massa rural, trabalhadores jornaleiros, indivíduos com espírito aventureiro e, até mesmo, com invejável prontuário policial...

Esse recrutamento nem sempre era feito segundo os critérios da solidariedade política e do clientelismo, ou como ganha-pão de trabalhadores temporários, surgindo não poucas vezes a figura do "voluntário a maneador", que tantas reclamações suscitava.

Por outro lado, a utilização dos "provisórios" como elementos de intimidação e de opressão por intendentes e comandantes atrabiliários granjeava-lhes a antipatia de muitas populações. Daí, os apodos de "por enquanto", "bundinhas" e tantos outros com que eram brindados.

A instabilidade política das décadas de 20 e 30, que descambaria para a franca rebelião, tornou onipresente a figura do "provisório".

Com efeito, a começar pela Revolução de 1923, que conflagrou todo o Estado, o Governo viu-se forçado a organizar dezenas de Corpos, a fim de coadjuvar a ação da Brigada Militar, que contava com efetivos relativamente modestos.

Segundo nosso saudoso confrade Arthur Ferrela Filho (ele próprio antigo oficial provisório), nessa ocasião foram constituídas cinco Brigadas provisórias, além de diversos contingentes isolados. As primeiras reuniam unidades regulares da Brigada Militar e Corpos Provisórios. Cada Corpo, empregado como infantaria montada, tinha um efetivo de 322 a 423 homens e as Brigadas, compreendendo 5 a 6 Corpos, 2.000 homens, aproximadamente (apud Arthur Ferrela Filho, A Revolução de 1923, Porto Alegre, of. Gráficas da Imprensa Oficial, 1973).

Políticos de destaque, como Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Firmino Palm Filho comandaram alguns desses Corpos.

Com a eclosão das Revoluções Tenentistas, novamente os provisórios foram chamados às armas, agora sob a denominação de “Corpos Auxiliares da Brigada Militar” e estendendo a sua atuação além das fronteiras estaduais. Isso porque, além de seu reconhecido valor combativo havia a questão muito séria da confiabilidade política...

Inúmeros foram os elogios recebidos dos comandos superiores e é de justiça assinalar que, ao lado da Brigada Militar, desempenharam papel primordial na vitória legalista. Foram os “provisórios” do 6º. Corpo Auxiliar (Passo Fundo) a primeira tropa a penetrar no reduto rebelde de Catanduvas (Paraná), assediado há longos meses por forças do Exército e das polícias estaduais, assim como foi o 21º. Corpo Auxiliar (Dom Pedrito) o que mais longe guerreou, atingindo os Estados do Maranhão e Piauí.

Flores da Cunha e Paim Filho, comandantes de Corpos Auxiliares, receberam os bordados de generais honorários do Exército em reconhecimento de suas atuações.

Em 1930 e em 1932, novas convocações. Primeiro, para levar Getúlio Vargas ao poder; depois, para consolidá-lo na Presidência da República.

Curiosamente, foi essa consolidação que ditou o fim dos “provisórios”, pois, reorganizado e recuperado das seqüelas revolucionárias, o Exército não mais permitiria a existência dessas milícias, nas quais via um potencial adversário e o instrumento com que os governos estaduais poderiam desafiar o poder central.

Os pretextos invocados foram a devolução do armamento cedido à Brigada Militar por ocasião da repressão ao tenentismo rebelado e a manutenção de “provisórios” mobilizados sob o disfarce de trabalhadores de estradas. Ao fundo, mesmo, pairava a sombra do Estado Novo...

Assim, por uma ironia do destino, foi a luta pelo poder entre dois antigos comandantes de “provisórios”, Getúlio Vargas e Flores da Cunha, que ocasionou o desaparecimento desses guerreiros pitorescos, mas temíveis.

Ainda que os pudéssemos considerar anacrônicos, a verdade é que eles souberam cumprir com o seu dever.

RETRATOS DA COLONIZAÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE: A VISÃO DE UMA POETISA EUROPEIA

Francisco das Neves Alves

*Brésil, je te revois après trois ans d'absence,
Pourtant je te quittai pour ne plus revenir.
De ton attraction j'ignorais la puissance,
Je croyais n'emporter de toi qu'un souvenir.*
(...)

*Salut, toi de mes fils la nouvelle patrie,
Salut. Je viens reprendre à l'ombre de tes bois
Cette place ignorée où finira ma vie,
Où je les bénirai pour la dernière fois.*

Le Retour – Marie van Langendonck

Diversos dos viajantes estrangeiros que passaram pela Capitania/Província do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX entabularam relatos descrevendo suas impressões sobre a terra visitada e as pessoas que nela habitavam. Estas narrações abordam os mais variados elementos constitutivos da sociedade sul-rio-grandense de então, permitindo a reconstrução de certos fragmentos da história gaúcha durante aquela centúria (ver: Alves & Torres, p. 72-4; e Barreto, 1962). Estas crônicas estabelecem versões personalizadas do cenário social, econômico, político e do cotidiano rio-grandense, traduzindo a visão de mundo de seus autores e estabelecendo retratos do Rio Grande do Sul sob o prisma dos visitantes, em geral europeus, que aí estiveram.

Dentre estas narrações está um pequeno livro, editado na Bélgica em 1862, intitulado *Une colonie au Brésil: récits historiques*, da poetisa belga Madame van Langendonck. Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van Langendonck nasceu na Antuérpia a 7 de outubro de 1798, escritora e poetisa, freqüentou os meios literários e culturais europeus, convivendo com importantes escritores de seu tempo. Autora de várias obras, escreveu *Aubepinés* (Bruxelas, 1841), dedicando diversas poesias a intelectuais seus contemporâneos, e *Heures Poétiques* (Malines, 1846), contendo poesias de profunda inspiração religiosa, característica que marcou boa parte das obras da escritora (Langendonck, T., 1990. p.11). *Uma Colônia no Brasil* constitui-se numa obra de representativa importância na descrição do Rio Grande do Sul da década de 1850 e cujos exemplares remanescentes podem até ser considerados como raros (cfe.: Meyer; Leite; Taunay; e Langendonck, T., 1979).

Marie Langendonck esteve no Rio Grande do Sul entre 1857 e 1860 (Moraes, p. 455), quando voltou à Bélgica, de onde, no entanto, retornaria ao Brasil e às terras gaúchas, já em 1863. Após este retorno, a autora manteve ativa correspondência com diversas personalidades brasileiras de então, inclusive com o Imperador D. Pedro II, e pretendeu publicar outro livro sobre o Brasil, no qual o Rio Grande do Sul teria cenário central, intento que acabou por não ser concretizado, vindo Madame van Langendonck a falecer a 6 de junho de 1875, em Arroio Grande, no território rio-grandense (cfe.: Barreto, 1976. p.788-9; e Langendonck, T., 1990. p. 12). A autora, segundo sua própria perspectiva, fora norteadora por um “espírito aventureiro” que por repetidas vezes ela própria destaca como sua principal inspiração, além da religiosa, decide enfrentar as “florestas” do Novo Mundo, resolvendo dedicar-se à colonização no Rio Grande do Sul, onde, em companhia dos filhos, viria a ocupar terras na Colônia Harmonia, da Sociedade Montravel, Silveira & Cia. que, fundada em 1885, assumira o compromisso de introduzir colonos naquela região.

Passando por diversas comunidades gaúchas, até atingir seu destino, a escritora descreveu várias características do urbano e do rural, da flora e da fauna, da habitação, da alimentação, do comércio, da agricultura, do trabalho, dos transportes, da propriedade fundiária, dos habitantes, seus usos e costumes, da religião, das credências, dos misticismos e das festividades que demarcavam a conjuntura da sociedade gaúcha daquele tempo. De acordo com seus intentos ao vir para as terras rio-grandenses, Marie Langendonck concentra sua narração no processo de colonização então em construção no Rio Grande do Sul, descrevendo e comentando as estruturas e a política de colonização empregadas à época e esclarecendo sobre os alcances e os limites destas. Em *Uma Colônia no Brasil*, a autora não chega a pretender realizar um verdadeiro guia para os emigrantes, a exemplo de vários que então foram escritos (dentre eles, ver: Hörmeyer), uma vez que seu objetivo maior é narrar o dia a dia do processo colonizador então em marcha.

O “espírito de aventura” é destacado pela autora já na abertura do livro, quando define o objetivo de sua nova empreitada, ao afirmar: “creio que, quando me decidi a emigrar para o Brasil, os interesses materiais não eram mais que o pretexto para ceder à atração do desconhecido, pois eu pensava menos no que íamos fazer no Brasil, do que naquilo que nós íamos ver”, pois “desde a idade da razão que a floresta virgem dava livre curso à minha imaginação e deixava em mim o desejo violento de possuir uma”. Já nas terras que deveria ocupar, a escritora associa o caráter religioso à vontade de aventura, dois elementos que caracterizam o conjunto de sua obra: “Enfim! eu me encontrei em plena mata virgem. As árvores, os enormes cipós, a vegetação inteira, os pássaros com sua plumagem deslumbrante, tudo era novo para mim, tudo me maravilhava. No meio dessa jovem, grande, bela e viçosa natureza, o reconhecimento e o amor pelo Autor dessas maravilhas transbordavam da minha alma. Nunca eu tinha sentido a presença de Deus como nesse instante, e jamais

pensamentos mais nobres purificaram meu coração" (Langendonck, M. p.13, 16 e 23).

A narração da escritora belga sobre a vida dos colonos destinados ao Rio Grande do Sul já se inicia pela viagem da Europa para as terras a serem colonizadas, quando ela destaca as dificuldades pelas quais aqueles passavam. Ela afirma que "para quem nunca viu um transporte de emigrantes alemães, é impossível fazer uma idéia do que isso seja", descrevendo que "a coberta do navio abriga cento e cinqüenta indivíduos de todas as idades e dos dois sexos"; todos "colonos livres", porém, alguns levando "uma pequena fortuna, quer em numerário, quer em mercadorias", já "outros haviam embarcado por conta de suas comunidades"; enquanto "os primeiros estavam munidos de amplas provisões alimentares, os segundos, reduzidos às rações de bordo, recebiam apenas o necessário para não morrer de fome". Segundo a autora, "todos tinham em comum uma falta de higiene inominável e hábitos que aos mais indulgentes poderiam parecer de uma desenvoltura excessiva". A narrativa sobre a viagem marítima aborda ainda as práticas que os alemães "prestavam continuamente entre si", ou seja, "o serviço mútuo de tirar um do outro a vermina que os crobria", bem como as mortes e os nascimentos ocorridos no navio ao longo do trajeto (Langendonck, M. p. 13-4).

Já nas terras gaúchas, Marie Langendonck observou as várias faces do processo colonizador sul-rio-grandense, convivendo com seus aspectos positivos e negativos e abordando os resultados, as vantagens e desvantagens pelas quais os colonos passaram ao se deslocarem para o Rio Grande do Sul. Apesar das dificuldades enfrentadas durante a viagem, a autora afirma que, geralmente, os alemães, "pela sua perseverança e pelo seu trabalho, conquistaram no Brasil um grande bem estar e mesmo fortuna", conservando-se "simples e dignos, muito unidos entre si e seus filhos são perfeitamente educados". Nesta linha, a escritora refere-se a ascensão de uma família de colonos alemães, descrevendo as atividades de um casal que, chegando ao Brasil, obtivera "do governo uma colônia representando setenta hectares de matas virgens" e que, "ajudado somente por um jovem compatriota, tinha principiado corajosamente o trabalho de desmatamento", crescendo "a área do seu terreno de plantio ano a ano". Ela prossegue narrando os progressos deste casal de colonos, desde a compra dos primeiros animais, destacando que "tudo isso se multiplicou e, em poucos anos, eles possuíam cinqüenta cabeças de gado", além de porcos, jumentos e mulas com as quais levavam seu produtos para vender em Porto Alegre, transporte que foi ampliado com a aquisição de um lanchão que permitiu a venda de suas colheitas em diversas cidades do interior. A riqueza do citado casal foi repassada ao filho que "tão trabalhador quanto seu pai", casou-se com uma filha de colonos alemães e juntos continuaram "a manter as tradições paternas", conseguindo "um feliz bem estar" e realizando "verdadeiramente essa fabulosa e poética felicidade da idade de ouro" (Langendonck, M. p. 15 e 21).

Porém, o lado oposto a estes representados pelo progresso e pela riqueza, também foram abordados pela poetisa/colona, como ao narrar os contratempos sofridos pelos emigrantes holandeses que se deslocaram para o Brasil Meridional. Segundo a autora, revelando de certo modo a rivalidade existente entre belgas e batavos, os emigrantes holandeses, “sem coragem moral e sem forças físicas”, tornavam-se “colonos lamentáveis”, de modo que “a sorte da leva que chegou à Colônia de Montravel foi deplorável”. Para Madame Langendonck, um dos grandes problemas dos colonos de origem holandesa estava ligado a uma verdadeira propaganda enganosa promovida pelos responsáveis por agenciar novos colonos. Neste sentido, ela afirma que “os agentes da colonização na Holanda haviam espalhado nas aldeias brochuras dirigidas aqueles que desejavam enriquecer com certeza e depressa”, nas quais era dito “que no Brasil todos os riachos tinham um leito de diamantes e pedras preciosas, que o ouro era encontrado em toda a parte, que lá se juntavam esses valores a mãos cheias, que a terra produzia sem cultivo e que depois de alguns anos se poderia de lá regressar carregado de riquezas” (Langendonck, M. p. 27).

Para a escritora belga, esta propaganda enganosa só trazia prejuízos aos emigrantes batavos, afirmando que “essa radiante perspectiva seduziu um grande número de famílias aldeãs”, citando, dentre elas, o caso de “um pequeno lavrador, pai de oito filhos, que nunca tinha se afastado de sua aldeia” e que, diante das promessas dos agenciadores, vendera “sua bonita casinha, seus móveis e alguns pedaços de terra para vir buscar no Brasil essa fortuna fabulosa prometida aos colonos”. Ainda na Europa, este lavrador gastou praticamente todas suas economias em extravagâncias e, diante dos avisos da esposa, que “tentava por fim nessas despesas loucas”, ele afirmava: “Bah! daqui a alguns dias nós embarcamos para o Brasil e, uma vez lá, nós teremos logo juntado duzentas vezes, talvez, a soma que nós gastamos aqui”. A realidade, no entanto, foi bastante diferente e bem mais dura, segundo a autora, “chegados à Colônia de Montravel, essa pobre mulher foi logo desiludida, chegou a ficar doente” e “morreu em poucos dias na miserável cabana que seus filhos tinham construído às pressas e que não estava ainda inteiramente coberta”. Langendonck prossegue, afirmando que “a dor do lavrador foi grande e seu desânimo completo”, pois “a discórdia grassou entre ele e seus filhos, que o abandonaram” e “três criancinhas foram as únicas que ficaram com o pai”; e conclui, destacando que “a última vez que o vi, seu desespero me fez temer o suicídio ou a loucura” (Langendonck, M. p. 27).

Outro destes casos narrado por Marie Langendonck foi de um holandês que “havia deixado seu emprego de capataz de um grande lavrador e, na crença das promessas da famosa brochura, ele veio para o Brasil com três filhos e uma esposa grávida”; ao se convencer “que nada era menos certo que uma colheita de ouro e pedras preciosas, quando viu que para alimentar sua família ele não poderia contar a não ser com seu trabalho manual, no começo mais duro do que o que lhe dava para viver na Holanda, tornou-se triste e perdeu toda a energia”. A autora descreve um

diálogo com este colono, no qual ele afirmara: "Meu Deus, Madame, o que fiz eu deixando a Holanda onde eu tinha meu pão garantido! Nunca eu poderei, sozinho, aqui ganhar a vida para minha mulher e em breve quatro filhos". Em pouco tempo este colono batavo morreria e a poetisa belga descreve o destino de sua esposa que, após dar a luz, "casou-se de novo com um alemão que a faz muito feliz, trabalha bastante e substitui tanto quanto possível, junto aos órfãos, o pai que eles perderam" (Langendonck, M. p. 27-8).

Marie Langendonck descreve o tratamento destinado aos emigrantes que vinham se instalar na Colônia de Montravel: "os colonos chegavam em massa, a colônia os alimentava durante os seis primeiros meses, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para a roça e à cultura; aos mais pobres ela fornecia até sacos que, cheios de palha de milho, serviam de cama e de cobertas; além disso, recebiam as vasilhas necessárias para os serviços de casa". Segundo a autora, "esses adiantamentos eram reembolsáveis ao fim de dois anos, acrescidos de um juro de doze por cento"; enquanto que, "pelos cinquenta hectares de terra que representavam uma colônia deveriam ser pagos, no quinto ano, mil e quinhentos francos acrescidos do juro de seis por cento ao ano". Diante destas condições, a escritora belga afirma que "insensivelmente, todos os solteiros iam tentar fazer fortuna em outras partes; ficavam só as famílias que, por serem carregadas de filhos, não tinham possibilidade de deixar a colônia" (Langendonck, M. p. 40).

A poetisa também estabelece severas críticas quanto a determinados grupos de colonos que eram enviados para o Rio Grande do Sul, uma vez que muitos dos agentes europeus haviam expedido "não a escória da gentilha, mas sim os piores dessa escória", muitos deles "recrutados nas prisões e nos abrigos de mendigos". Ela descreve uma família pertencente a este segmento, a qual despertava uma "repulsa instintiva": o homem era "grande, derreado, tinha uma atitude inquieta, um olhar desconfiado, suas expressões eram grosseiras e cínicas, suas maneiras repelentes"; a mulher, por sua vez, "era positivamente a encarnação do vício", com "grandes olhos atrevidos, sua cabeça achatada como a de uma víbora, o lábio inferior pendurado descobrindo dentes grandes e amarelos" e "uma linguagem na qual a ousadia e a obscenidade eram visivelmente qualidades naturais" daquela "criatura" que saíra "de uma penitenciária onde ela estivera presa durante dois anos por cumplicidade num crime infame, cometido numa menor, numa casa onde seu marido sustentava o vício e suas sacerdotisas". Já as crianças eram descritas como indivíduos nos quais "não restava mais nada de infantil", pois "todo o vício da humanidade se achava neles em embrião já desenvolvido demais para permitir a esperança na possibilidade deles virem a percorrer de novo um caminho honesto". Sem afirmar diretamente, a escritora deixa a entender que, mais tarde, os próprios pais teriam incentivado a filha à prostituição (Langendonck, M. p. 26).

Na mesma linha, a autora destaca que “entre os colonos vindos da Alemanha havia ladrões, incendiários e assassinos”, quase todos “indivíduos que haviam passado de quatro a doze anos na prisão e com os quais receávamos nos encontrar na mata”. Por outro lado, ela também explica que existia um outro tipo de colono, bem diferente dos anteriores, afirmando: “é justo que se diga que a Alemanha não envia só bandidos para o Brasil”, pois “muitos alemães são trabalhadores infatigáveis, nada os assusta e pouca coisa os desanima”. A respeito destes, a escritora prossegue: “eles comem bastante, mas não são gulosos”, além do que a ordem e o trabalho dão inevitavelmente a essa gente um bem estar que eles nunca teriam conseguido na sua pátria de origem” (Langendonck, M. p. 26-7).

Acerca da política de colonização colocada em prática no Rio Grande do Sul, Madame Langendonck tece algumas apreciações negativas. Uma destas críticas direcionava-se à má localização das colônias, a qual dificultava o escoamento da produção e levava ao desmatamento. Diante disto, ela questionava “porque não começar as roçadas do mato às margens das grandes correntes navegáveis que se dirigem para o mar e daí avançar em direção ao interior, em vez de transportar esses infelizes além dessas montanhas inacessíveis” onde, “apesar de duras labutas, eles permanecem pobres e (...) são obrigados a destruir tanta madeira preciosa que em outra região representaria um início de fortuna”. Outro dos males apontados pela autora refere-se às pouco competentes e muitas vezes desonestas administrações que coordenavam os serviços nas colônias. Citando exemplo, ela afirma que “esses diretores têm como norma enriquecer a todo custo e o mais depressa possível”, de modo que “qualquer lucro lhes parece bem e não consideram ilícito nada que lhes encha o bolso”; não se preocupando “absolutamente com a prosperidade e os interesses dos colonos que são pressionados por eles impunemente tanto quanto possível”. Segundo a escritora, esses “diretores são controlados simplesmente por um inspetor que não inspeciona nada” (Langendonck, M. p. 41).

Apesar destes citados percalços, Marie Langendonck manifesta firme convicção de que o Brasil, e mais especificamente o Rio Grande do Sul, constituía-se no local ideal para os europeus se estabelecerem. Por diversas vezes, ela defende a idéia de que seus compatriotas viriam a ser colonos ideais para as terras gaúchas, surgindo a partir daí vantagens tanto para o Brasil quanto para a Bélgica. Segundo a autora, “uma colônia belga (...) dirigida por belgas, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde o clima é ameno e saudável, situada na vizinhança de um rio, seria um elemento considerável de prosperidade para os colonos”, e, por consequência, “no futuro, um mercado vantajoso para os produtos industriais da Bélgica”. Ao descrever o abandono da “Terra das Missões”, mais uma vez a escritora destaca a idéia de que “em poucos anos se formaria aí uma rica colônia, caso ela pudesse ser protegida contra os saqueadores e os mal-intencionados de toda espécie”. Em razão desta

proposta, ela chega a sugerir que, diante da impossibilidade do governo "de garantir essa indispensável proteção", fossem concedidas "as terras das Missões para aí ser feita uma colônia belga", mantendo-se "nesses sítios um regimento belga para proteger a segurança de seus compatriotas". O soldo dos militares, de acordo com a poetisa, "seria pago inteiro no início pelo governo belga, mais tarde em parte pelos colonos e depois, para estimular o zelo do soldado", se daria "a cada um deles um pequeno pedaço de terra para ocupar suas horas de lazer e também com esse meio fazê-los sonhar menos com a pátria distante". A este respeito, a própria autora concluía que tal medida, mesmo que eficaz, não viria a ser aceita pelas autoridades brasileiras (Langendonck, M. p. 41 e 43).

Ainda acerca das excelentes condições oferecidas pelo país para a colonização européia, a poetisa belga afirma que "o colono goza no Brasil de uma proteção eficaz e real por parte do governo, é isento durante longos anos de todo encargo, de toda a imposição, é livre na mais extensa concepção da palavra"; destacando ainda que desconhecia "outro país que ofereça as vantagens e as perspectivas de bem estar que se encontram no Brasil". Segundo a autora o Brasil representava verdadeira solução para os excedentes populacionais europeus, constituindo-se numa saída para a miséria enfrentada pelas classes subalternas do Velho Continente. A este respeito, ela questionava "por que não garantir uma vida fácil a esses deserdados dos bens deste mundo, povoando um canto desse belo Império do Brasil, com o excedente de nossos trabalhadores?", uma vez que "o governo do Brasil não quer outra coisa que conceder terras que em poucos anos tornam os seus cultivadores ricos fazendeiros" (Langendonck, M. p. 41 e 62).

Neste sentido, Madame Langendonck previa que as terras adquiridas pelos colonos, em pouco tempo, teriam "centuplicado seu próprio valor, porque sendo o Brasil quase o único estado das duas Américas que promete uma paz durável, toda a emigração européia para lá se dirigirá, logo que os resultados obtidos pelos colonos atuais sejam mais amplamente conhecidos". Para a escritora uma das dificuldades a ser enfrentada pelos colonos, representada pela viagem transoceânica, vinha sendo resolvida e, diante das possibilidades que os emigrantes europeus, e especialmente os belgas, de acordo com a sua concepção, viriam a ter de progredirem no Brasil, a poetisa mais uma vez manifesta sua admiração e reconhecimento deste país como uma terra de oportunidades, afirmando: "pessoalmente eu apelo ardentemente para a benévola simpatia de nossos governantes em favor da organização de uma colônia belga na parte sul do Brasil, na proximidade de um grande rio"; estava ela "persuadida de que poucas regiões do globo apresentam vantagens, de todo o gênero, como as que os estrangeiros encontram no Brasil e que nenhum país oferece melhores" (Langendonck, M. p. 62).

A admiração da autora pelas terras visitadas e que viriam a ser o local de seus últimos anos de existência, é traduzida através de uma comparação que ela estabelece entre o Novo e o Velho Mundo ao definir

alguns de seus objetivos ao entabular aqueles escritos. Segundo suas palavras, “àqueles que achem esses detalhes muito pessoais, repletos de inconveniência e de pretensão, eu terei a honra de responder que minha única intenção ao relatar esses fatos, donde eu gostaria de suprimir o eu, era o de constatar que a civilização cujo progresso alcança seu apogeu na velha Europa poderia bem não valer tanto quanto muitas idéias que permanecem primitivas pelo seu contato com uma nação jovem”. Com base em suas experiências nas terras gaúchas e nos contatos travados com os seus habitantes, a escritora continua aquela comparação: “que um estrangeiro, um viajante, tente encontrar na Europa não somente um abrigo passageiro no lar de uma família, mas ainda corações simpatizantes”, os quais, “não contentes de compartilhar das preocupações dele, ainda se esforcem para as aliviar, e procure além disso mãos abertas e braços fortes que lhe abram caminho para uma posição que ele nunca ousaria almejar na sua própria pátria”, vendo “se em lugar de simpatia, bondade e proteção ele recolhe algo que não seja humilhações, recusas grosseiras, insolência e pouco caso” (Langendonck, M. p. 52-3.).

Assim, *Uma Colônia no Brasil* representa mais uma das obras escritas por viajantes europeus que serve para desvendar certos detalhes da formação histórica gaúcha durante o século XIX, mormente no que tange ao processo de colonização das terras gaúchas. A autora busca passar ao leitor, ao longo de todo o livro, que sua motivação básica para vir ao Brasil e para ter resolvido narrar suas vivências no Novo Mundo fora um espírito de aventura, complementado por uma orientação religiosa, os quais lhe permitiriam um contato direto com a natureza, cuja existência servia para revelar a “existência e a bondade de seu Criador”. Ao lado destes intentos “aventureiros”, não podem também ser desprezados os interesses de sustentação econômica dos Langendonck, pois, ainda que a escritora busque afirmar que os objetivos “materiais” não representariam mais do que um “pretexto” para travar um novo conhecimento acerca do “desconhecido”, uma de suas grandes preocupações ao deslocar-se para a América foi a de conseguir uma boa colocação para seus filhos, a qual lhes garantisse condições favoráveis de sobrevivência e, por extensão para a própria Madame Langendonck, então viúva.

Uma série de elementos intrínsecos à sociedade rio-grandense daquela época, sob o olhar de uma européia, podem ser denotados a partir da obra de Marie Langendonck, notadamente em relação à interação entre o homem e o meio e a luta daquele para garantir melhores condições de existência, adaptando-se a este. É neste contexto do inter-relacionamento homem – natureza que a autora busca centrar a sua narração e a descrição do processo colonizador no Rio Grande do Sul. Como testemunha ocular e, mais do que isto, participante dos acontecimentos e enfrentando alguns dos mesmos obstáculos, a poetisa descreveu significativos momentos do dia a dia dos emigrantes que abandonaram a Europa para colonizar o Brasil Meridional. As condições insalubres, pouco higiênicas e de promiscuidade que marcavam a viagem marítima dos colonos; os casos dos colonos que

prosperaram e até enriqueceram e daqueles que fracassaram; a infraestrutura oferecida e as condições enfrentadas pelos colonos; a propaganda enganosa sobre as riquezas fáceis no Brasil, que levava muitos dos emigrantes a miséria; a boa e a má colonização, distinguindo os colonos honestos e trabalhadores, daqueles que provinham da “escória”, e da “gentilha” européias; e os problemas administrativos e de má localização das colônias foram alguns dos aspectos abordados pela escritora que representam excelentes informações complementares aos estudos sobre a colonização sul-rio-grandense do século XIX.

Ao longo de sua narrativa em *Uma Colônia no Brasil*, a autora encaminha seus escritos à conclusão de que o Brasil e mais especialmente o Rio Grande do Sul ofereciam as condições ideais para o estabelecimento de colônias a serem ocupadas pelos emigrantes europeus. Revelando conhecimento da conjuntura internacional de então, Marie Langendonck explica que a colonização era uma das únicas alternativas viáveis para a colocação dos excedentes populacionais europeus, mormente no que tange às classes trabalhadoras, permitindo uma possível prosperidade dos mesmos; bem como ela esclarece que aquele estabelecimento de colônias viria a representar um “mercado vantajoso” para, no futuro, possibilitar o consumo de parte da produção industrial de Europa. Neste sentido, ela, por diversas vezes, insiste que o governo belga incentivasse a criação de uma colônia destinada a seus compatriotas, uma vez que o Brasil seria o local perfeito para que os colonos viessem a concretizar o sonho de “fazer a América”, ou ainda, em suas palavras, não haveria país que oferecesse “as vantagens e as perspectivas de bem estar que se encontram no Brasil”.

Referências bibliográficas

- ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Visões do Rio Grande: a cidade sob o prisma europeu no século XIX*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.
- BARRETO, Abeillard. Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul até 1900. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962. 5ª. série.
- BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976. v. 2.
- HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional*. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, EDUNISUL, 1986.
- LANGENDONCK, Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van. *Uma colônia no Brasil*. Campinas: Instituto de Ciências Humanas – PUCCAMP, 1990.
- LANGENDONCK, Tácito Remi de Macedo van. Prefácio. In: LANGENDONCK, M. van. *Uma colônia no Brasil*. Campinas: Instituto de Ciências Humanas – PUCCAMP, 1990. p. 11-2.
- LANGENDONCK, Tácito Remi de Macedo van. *Discurso de posse na Academia Cristã de Letras*. São Paulo: 1979.
- LEITE, Miriam Moreira. Mulheres e famílias. *Revista Brasileira de História*. n. 17. São Paulo: 1988-9.
- MEYER, Augusto. Da estante dos forasteiros. *O Estado de S. Paulo* (Suplemento Literário). 1966.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1983.
- TAUNAY, Visconde de. *Trechos de minha vida*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

Les formalités prescrites par la loi ayant été remplies,
sera considéré comme contrefaçon tout exemplaire non
signé par l'auteur.

*Hommage respectueux de l'auteur
Monsieur Le Ministre-Commissaire
M. van Langendonck*

UNE

COLONIE AU BRÉSIL

Récits Historiques

PAR

MADAME VAN LANGENDONCK.

Un auteur à gendarmes, dans une humble préface,
Au lecteur qu'il supplie à bras tendus de grâces:
Il ne gagnera rien sur ce juge irrité
Qui lui fait son procès de plus en plus irrité.
AOLÉAN, del portique.

ANVERS.

Imp. L. CARRIER, rue de l'Épave, 65.
1862.

Fac-símile da folha de rosto do livro *UNE COLONIE AU BRÉSIL*
de autoria da Madame VAN LANGENDONCK edição de 1862
acervo da Biblioteca Rio-Grandense

AÇORIANOS PARA O SUL DO BRASIL

F. Riopardense de Macedo⁵⁴

INTRODUÇÃO

1.0 - SURGIMENTO DA VILA

2.0 - O TRANSPORTE

- 2.1 - Açorianos para o Brasil
- 2.2 - Mortos em viagem
- 2.3 - Transporte oficial
- 2.4 - Dramática viagem
- 2.5 - Relatório da viagem

3.0 - PRODUÇÃO E DEVOÇÃO

- 3.1 - Moinhos no sul do Brasil
- 3.2 - Moinhos de Vento em Rio Pardo
 - Um pioneirismo rio-grandense
 - Moinhos
- 3.3 - O Bairro do Menino Deus

INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido em Lisboa e nos Açores, como bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, reuniu centenas de informações adicionais ao estudo que vínhamos fazendo com a documentação local, que proporcionaram alguns artigos relacionados à colonização açoriana, tanto no sentido de complementação como no de correção de interpretação. Antes mesmo de retornar ao Brasil já começávamos a publicá-los.

Resultou daí um acervo abordando vários aspectos da cultura açoriana percebidos por um brasileiro estudioso dela, que propiciaria a composição de unidades objetivas em sua interpretação. Música, dança, culinária, arquitetura, linguagem, tudo se ligando à história do Rio Grande do Sul, província mais meridional do Brasil, marcando valores humanos que qualificam comunidades irmãs.

Destacamos a viagem, o que foi de problemas e angústias sofridas pelos colonizadores ilhéus no transporte à nova conquista lusitana.

A vinda deles, na primeira metade do século XVIII não resultou de uma iniciativa específica. Depois da grande emigração do século anterior para o Maranhão, o interesse aumentou, mas a ocupação do sul tinha a limitação do Tratado de Tordesilhas (1493): não poderia ser mais ocidental que o meridiano da ilha de Santa Catarina.

Mas Portugal já desrespeitara aquele tratado quando instalou a Colônia do Sacramento na margem esquerda do rio da Prata, em 1680, o que determinou longa luta entre os súditos das duas potências ibéricas. Foi

⁵⁴ Artigo apresentado ao V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS ILHAS DO ATLÂNTICO – 24 a 28 de maio de 1999 – Angra do Heroísmo – Ilha Terceira – Açores - Portugal

só em 1750 que Alexandre de Gusmão propôs o famoso Tratado de Madri pelo qual Portugal entregava a Colônia do Sacramento e recebia a área das Missões Jesuíticas. Para a ocupação desta é que foram chamados os açorianos, já chegados na ilha de Santa Catarina, limite da linha de Tordesilhas.

O conjunto de matéria redigida quando visitávamos Portugal e, especialmente, os Açores, facilita a escolha mais adequada para dizer, com propriedade o quanto deve àquele povo o Rio Grande do Sul, província mais meridional do Brasil. Documentos daqui e documentos de lá, numa cidade que se prepara para recebê-los, o drama de uma viagem organizada e realizada com extrema avareza, a produção e devoção dos vencedores...

Outros sistemas de pontuação com o material então colhido poderia proporcionar novas unidades, mas acreditamos que o relacionado aqui permite a visão clara do que pretendemos seja a mais sincera.

1.0 - SURGIMENTO DA VILA

Pois as “mozuelas” a que se refere Silva Pais na correspondência de 1738 ao seu sucessor André Ribeiro Coutinho, foram muito desenvoltas no Presídio do Rio Grande. Logo “encontraram estado” como pretendiam os responsáveis pelo crescimento da população. Sobre elas, mais tarde, o mesmo Silva Pais volta a referir-se.

Em documento que microfilmamos na Biblioteca Pública de Évora (Portugal) diz ele: “... nem houve sezões nem febres malignas, e as mulheres que eu tinha mandado do Rio, as mais corridas e Galicadas, sem cura melhoraram e pariram quase todas”.

O tom do informante talvez seja rude para os leitores que não se coloquem na contingência dos povoadores portugueses do século XVIII. Era-lhes presente, sempre, a necessidade de aumentar o numero de cabeças em cada fundação que aventuravam. A vinda dos açorianos logo depois, a abolição da escravatura dos índios, no norte, e a concessão de privilégios aos que casassem com índias, sugerida pelo Marquês de Pombal, são prova disso. Mas naqueles começos do Rio Grande só o que ocorreu a Silva Pais foi mandar mulheres para reproduzirem, e a formulação dos resultados, embora assemelhe a de um criador de gado ou galinhas, tem a marca da euforia pelo sucesso: “pariram quase todas”(1)

Muito tempo se passaria até a chegada dos açorianos que viria dar novo alento à povoação. No entanto, a correspondência citada (doc. de Évora) já registra o resultado do trabalho em agricultura e as providências tomadas para o abastecimento dos moradores. Difícil imaginar a feição urbana, a paisagem da nucleação, sem um documento cartográfico que mostre a disposição das casas e dos moradores. Difícil imaginar a feição urbana, a paisagem da nucleação, sem um documento cartográfico que mostre a disposição das casas e dos órgãos públicos, dos logradouros e da sua rede.

Conhecíamos a primeira planta da entrada da lagoa correspondente

aos primeiros meses de existência do Presídio. As fortificações, os projetos de ocupação definitiva, as barracas de provisões, etc. Mas nela não se mostrava nenhum aspecto do "traçado" urbano. Por feliz acaso vamos encontrar na Sociedade de Geografia de Lisboa o documento capaz disto, inédito também para os portugueses que, até a data de nossa visita, não o haviam identificado.

Vejamos:

Cota (código): 2-H-19. Autor anônimo. Sem título nem data. Para que a Sociedade de Geografia de Lisboa se convencesse de nossa identificação o comparamos com a planta de cota 3-G-40 do mesmo arquivo, já identificada. Formato ap. 30 por 40 centímetros. Aquarelada em amarelo queimado, azul e vermelho.

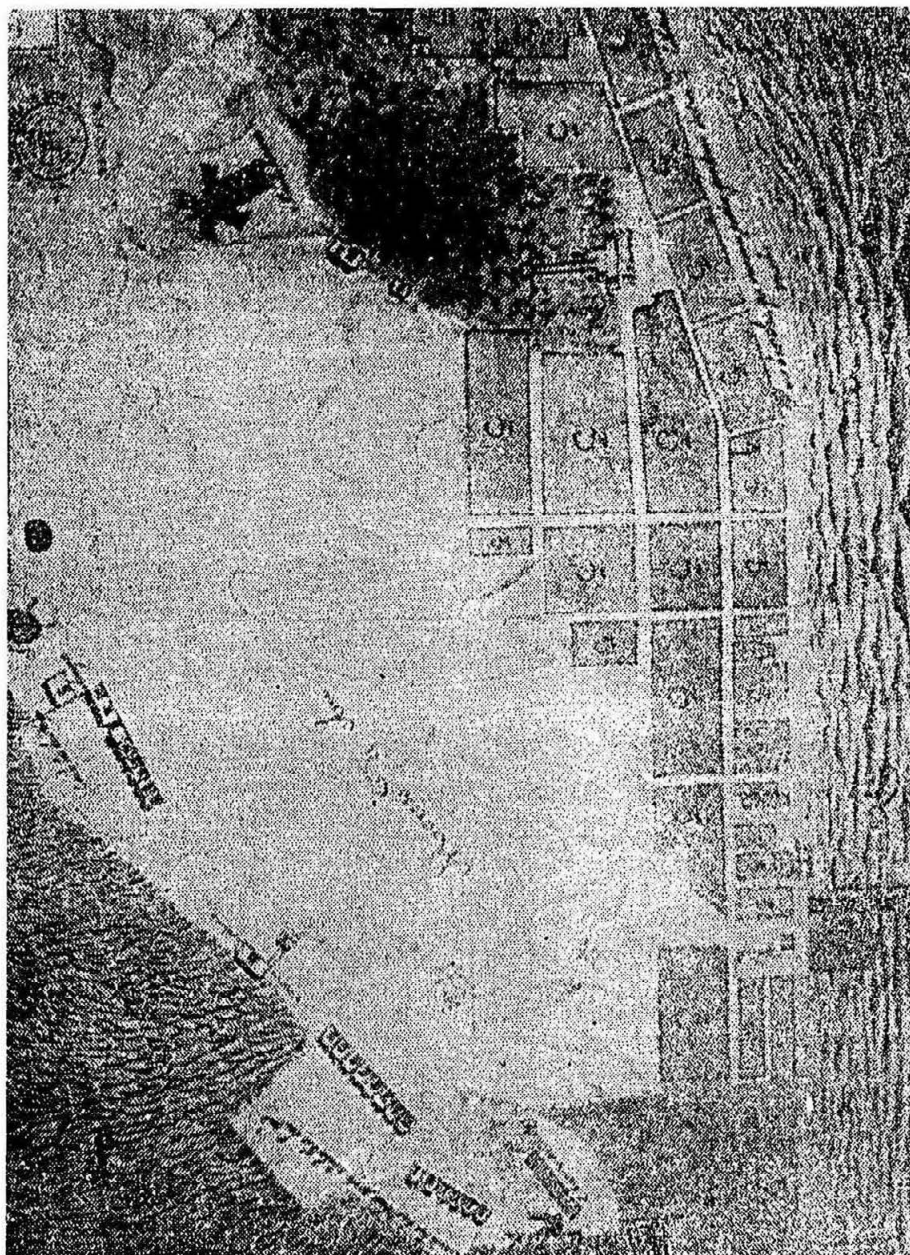
O desenho, de saborosa ingenuidade, dá grande número de informações usando processos gráficos primários que, de certo modo, facilitam mais a interpretação do que se empregassem as convenções hoje em vigor. As construções são representadas rebatidas, delas se toma conhecimento através de suas fachadas. Os letreiros que as definem bem como aos outros elementos graficados são explícitos e nos levam, pouco a pouco, a entender os motivos que levaram à elaboração do documento.

Grande parte representa cômodos de areia em torno dos quais são indicados pântanos (canto superior esquerdo), instalações d'El Rey (canto inferior esquerdo) e Rocio, ao lado direito. Este Rocio tem dois sentidos: pode ser entendido como logradouro público e como roça antiga transformada em capinzal. Parece que, no caso, o espaço representado seria uma e outra coisa. Uma roça antiga na parte superior, cercada de algumas casinhas e, no trecho inferior, seria o logradouro público principal. Esta última utilização é revelada por duas legendas: praça e pelourinho, peças inseparáveis na estrutura urbana da época. Praça era lugar de reuniões, de encontros, onde a população recebia avisos da administração, tomava conhecimento dos alvarás régios e mantinha a necessária vida de relação. Pelourinho era uma coluna de madeira ou pedra, encimada pelo brasão real ou símbolo da autoridade. Usado para expor os condenados à execração pública e afixar avisos estabelecendo a relação entre a administração e o povo. Tudo isto está a nos indicar um centro urbano. Perto um moinho de vento. Não estaria o desenhista indicando como Rocio a área que depois seria a atual Praça Tamandaré?

No canto inferior direito estão grupadas as instalações relacionadas com a Fazenda: trapiches, "armazém d'El Rey" e "Olaria d'El Rey", próximo desta o Hospital e na margem dos pântanos grupos de casas em linha. Os dois primeiros, um de seis e outro de oito, estão sob o título "Casinhas de Ilhéus pert. arrabalde da Villa". Cada grupo inclui um terreno próprio.

Quase todas as casas têm o mesmo destino, "Casinhá de Ilhéus", inclusive um dos grupos da parte superior da planta, com açougue e curral. Entre este e o anterior, o armazém da pólvora com a guarda.

No litoral do "Rio que segue a Villa" grande número de quartelões ligam os trapiches com o pelourinho marcados com a letra Q e no canto



Primeira planta da vila que seria a atual cidade do Rio Grande. Executada entre os anos de 1746 e 1749. Pertencente ao arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa

inferior direito uma explicação: "Plano da Villa que demarca pelas quadras letra Q, habitação de Ilhéus Vizinhos". Um destes quarteirões já tem uma casa e em dois deles estão indicadas igrejas.

Parece ficar clara, com tais indicações, a época de elaboração deste curioso projeto de loteamento e a razão dele. Já haviam chegado os primeiros ilhéus açorianos (1746-8) e esperavam que chegassem outros. Os primeiros, em grupos, talvez formados em função da ilha açoriana de origem, haviam se instalado para a constituição de chácaras coletivas, entre a areia e o pântano. Os que chegassem depois deveriam encontrar um arruamento disciplinado, com alinhamentos bem feitos, à beira d'água, desde o trapiche até o pelourinho.

2.0- O TRANSPORTE

2.1 - AÇORIANOS PARA O BRASIL

Pouco se tem falado nas dificuldades que afligiram os ilhéus açorianos nos primeiros anos que aqui viveram. Alguns autores chegam mesmo a esquecer que aqueles agricultores passaram neste "Porto de Viamão" vinte anos sem receberem terra, na espera da viagem para Rio Pardo, plantando em áreas que não lhes pertenciam ou se instalando às margens do Jacuí para fazerem o mesmo em territórios que, depois, foram chamados Santo Amaro, Triunfo, Taquari...

Mas o padecimento deles teve início muitos anos antes. O esforço da monarquia portuguesa para colonizar a área ao sul da ilha de Santa Catarina não era amparado em bases econômicas apropriadas ou, àquela promoção não interessava dispensar as importâncias adequadas. Todos sabem que àquela época Portugal ainda nutria esperanças nos resultados econômicos das suas colônias da Índia e reservava pouca atenção para o Brasil.

Diferente foi o tratamento dispensado aos colonos de outras nacionalidades que aqui chegaram no século seguinte. Os alemães, amparados por D. Leopoldina, logo receberam terras, ferramentas e instalações que pertenceram à Real Feitoria do Linho Cânhamo. Os italianos, na segunda metade daquela centúria, encontraram gentes e bichos para deles disporem e com eles se fixarem.

Os documentos que encontramos em Lisboa, especialmente no Arquivo Ultramarino, quando sequenciados, nos permitem flashes nítidos de etapas da convocação e do transporte dos açorianos até Santa Catarina. Promessas. Esperanças. Desilusões. Foram tantas e de tal monta que nos admiramos até de que seja aquela mesma gente que deu ao Rio Grande a maior produção de trigo do Brasil na primeira década do século XIX, depois de, com sua energia e bravura, contribuírem na fixação das fronteiras meridionais.

Mas não só para o Rio Grande eles vieram. Também foram para o norte do país e, os primeiros, possivelmente, teriam ido da ilha do Pico após

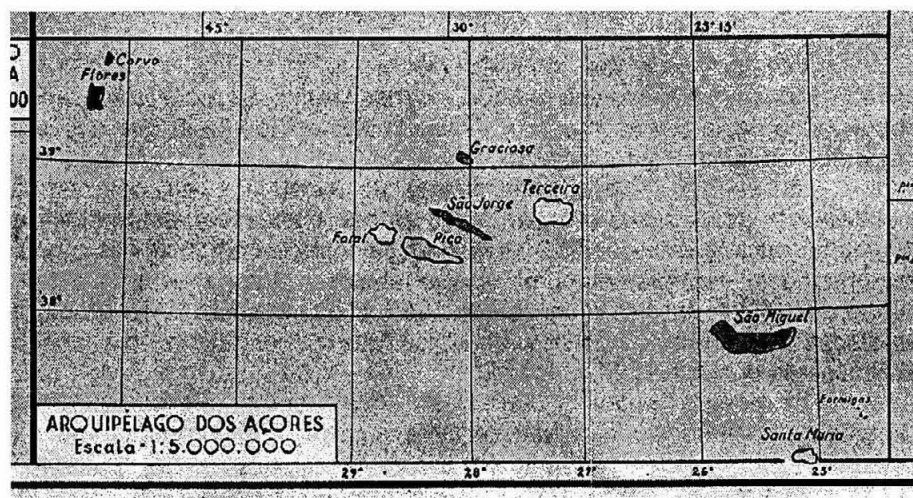
a erupção do grande vulcão em 1718. Talvez mais de um grupo tenha, então, se transportado para o Maranhão, pois o folclore guarda trágica lembrança de uma das viagens. "Sanmacaio" ou "Samacaio" é uma canção e um bailado típico, semelhante à chula do Minho (norte de Portugal). O nome, segundo folclorista César das Neves, seria uma corruptela de São Macário (nome de um navio) e tanto o bailado como a canção seriam conhecidos nas ilhas Terceira, São Jorge, São Miguel e Flores. O Padre José Luiz de Fraga diz que também o eram no Faial e Pico. Uma das quadras refere-se ao naufrágio:

San Macaio, San Macaio deu à costa
Ail deu à costa
Nos Baixos do Maranhão
Toda a gente, toda a gente se salvou
Ail Se salvou,
Só o San Macaio não.

Na verdade D. João V, o opulento monarca, cuja mania de grandeza canalizava o ouro do Brasil para as maiores metrópoles da Europa, não pensava em proporcionar melhores condições de transporte aos seus vassalos, desejosos de povoar a colônia que, favorecia ostentação ímpar no velho continente. Durante grande parte da formação do Rio Grande do Sul (até o Tratado de Madri). Portugal foi governado por este Monarca e, apesar dele, portugueses e brasileiros irmanados neste extremo sul do Brasil traçaram páginas heróicas na consolidação de nossas fronteiras.

Pois foi nos anos que precederam o Tratado de Madri que a colonização açoriana passou a ser encaminhada para o sul, embora muitos anos antes já o Conselho Ultramarino tratasse do assunto formulando consultas ao rei. E, por absurdo que pareça, com todo o ouro daqui seguido, cogitavam de um empréstimo para financiar o transporte de 1760 pessoas da ilha do Pico que se oferecerão a ir povoar a Terra do Brasil". O problema era saber, em 20 de outubro de 1723 se o rei concordava no pagamento do juro de cinco por cento "aos que quiserem ajustar o dito transporte".

Antes desta época já Antônio Bettencourt da Silveira, em face de uma carta do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real, havia convocado os habitantes da ilha do Pico para se alistarem com suas famílias, voluntários, todos os que "se quisessem passar para as partes do Brasil". Em verdade esta convocação, noticiada em carta de 5 de julho de 1722, embora abrisse esperanças "para os miseráveis pobres desta ilha" não correspondeu à viagem desejada pelos açorianos daquele lugar. Pode-se mesmo afirmar que muitos anos passariam sem verem realizadas suas pretensões. O que foi de penúria e sofrimento, então, é o que se explicará.



*Arquipélago dos Açores
sem escala*

2.2- MORTOS EM VIAGEM

No ano seguinte o Conselho Ultramarino já possuía mais elementos para propor o empréstimo que a Corte desejava a fim de transportar os açorianos ao Brasil. Parece que neste meio tempo o rei havia concordado com o empréstimo a juros de cinco por cento. Tratava-se, pois, do montante da empresa e de alguns detalhes de menor significação. Mesmo assim, para entusiasmar o monarca uma formulação das vantagens se apresentava constando dos itens básicos de maior destaque. Diziam que “reconheciam útil e necessário em esta gente (ir) não somente pelo que convém ao serviço de V M entre maior número de vassallos em suas conquistas” e acrescentam, também, a conveniência para “a sua real Fazenda pelo comércio que a isto lhe pode resultar”. Finalmente diziam - e parece que esta seria a razão mais importante - que (as pessoas) “ajudam muito a defesa das partes”.

Na verdade esta argumentação final do documento era necessária. Tentava o Conselho conseguir trezentos mil cruzados de empréstimo pagando aquele juro que importava em dezoito contos de réis (taxas e comissões já estariam incluídos) e sugeria que tudo fosse extraído das rendas Reais das Capitanias do Brasil. Mas não estava sendo fácil consegui-lo, apesar de todas as seguranças que ofereciam aos investidores, e confessavam que já ia “espairecendo-se a esperança de tomar-lhe o tempo presente por maiores e mais eficazes diligências que se firme...”

Naquela oportunidade pretendiam transportar 1660 pessoas da ilha do Pico para o Brasil.

Tudo faz crer que as dificuldades para realizar o transporte continuaram por muito tempo porque, no documento seguinte, vinte anos depois, o rei fazia um acordo com Feliciano Velho Oldenberg que não era dos mais convenientes aos açorianos.

Este senhor, parece, seria pessoa de excelentes relações com o monarca. Os documentos provam isto e, se não bastassem, ainda havia o fato de ter mais tarde recebido o privilégio do comércio com as Índias o que, evidentemente, representava um negócio fabuloso. Mas naquele dia 27 de Junho de 1744, o privilégio concedido não era dos maiores e, em troca, a prestação de serviços não era daquelas que o contratador do tabaco aceitasse de bom grado. Mas aceitou.

Em poucas palavras explica-se este acordo. Feliciano Velho Oldenberg, contratador do tabaco, reclamava que o consumo nas ilhas era pequeno e que o pagamento feito em letras, muitas vezes protestadas, lhe atrasava os negócios e lhe impedia de pagar à Real Fazenda as “mezadas e quartéis” de sua obrigação. Por isso pedia autorização para receber em pagamento gêneros das ditas ilhas e licença para negociá-los no Brasil, com exclusividade. Um grande negócio para o esperto negociante, que ficaria, então, com parte do privilégio da Coroa, ao menos no que diz respeito à exclusividade do comércio com a grande colônia da América. Disto se apercebeu o monarca que aproveitou a oportunidade para encaminhar a solução de um dos seus problemas e exigiu, em troca da concessão, o transporte feito, às custas do solicitante, de um casal das ilhas para o Brasil “por cada cem toneladas” de carga que delas transportasse. Prevendo alguma *compensação extraordinária* por parte do comerciante, o rei exigia dele a “declaração de não alterar os preços costumados das Fazendas que levar de outros particulares, nem voltar senão em corpo de frota em direitura para o Reyno”.

Este acordo deve ter durado uns três anos durante os quais Feliciano Velho Oldenberg soube aproveitar muito bem o liberalismo do “Fidelfíssimo”, possivelmente com o sacrifício dos ilhéus que transportava. Apesar do número destes ser pequeno, porque os navios deslocavam apenas 250 toneladas, era grande o número dos que morriam em viagem.

É isto que se intui do seu requerimento de Março de 1747, no qual apresenta queixa dos que o receberam no Brasil. Diz que sua última viagem, feita com os navios San Thiago, S. Anna e Almas “nele se embarcarão os cazaes correspondentes a sua lotação e no caminho o transporte delles a irem morrendo as mulheres e a outros os maridos de sorte que quando o dito navio chegou ao Brasil somente era um casal inteiramente salvo e vivo...”

Pela redação do documento percebe-se que naquela viagem foram quinze (15) casais. Isto quer dizer que quatorze haviam morrido. Mas F. V. Oldenberg nem por isso aceita que o General exigisse que “se lh'o intere o número de casais que se tinham embarcado, levando-lhe outros em

recompensa dos que por morte lhe foram desanexos". A ele não importava que a colônia americana precisasse de braços e muito menos se compadecia da sorte dos emigrantes açorianos. Preso à letra do seu contrato dispõe-se a não arredar pé dela e argumenta que "só lhe cabe o encargo de os levar nos mesmos navios de licença e tanto que neles se embarcam não lhe corre o risco de se perderem ou morrerem no mar". E conclui dizendo que a sua obrigação é de entregar no Brasil os que chegarem vivos não lhe cabendo outro compromisso pelos que se perderem ou morrerem na viagem.

Eram freqüentes dramas como o havido nos três navios a que se refere este documento, porque dois meses depois, volta Feliciano Velho Oldengerg à presença do rei pedindo para não castigar o capitão de outro navio que levou casais e que ficou preso (o navio) por ter chegado com "algum" casal morto. Na verdade este "algum" com pretensão de singular, era na verdade, ~ conjunto de casais. De outra forma, não teria o governador do Rio de Janeiro tomado tão decisiva posição contra o responsável pelo transporte. O contratador, além de pedir a liberação do navio pede não seja castigado o capitão, dizendo que este "não tem maior obrigação pelo recebimento que fez dos casais, do que tem qualquer depositário de juízo que o é da cousa vivente, o qual pela morte do depositado fica desobrigado de dar contas..."

Até ali ficou a defesa do capitão e de sua empresa. Mas logo depois ocorre-lhe uma comparação denunciadora da falta de preocupação com a sorte dos ilhéus. Afirma que também os "fiéis carcereiros não têm de dar conta dos presos quando ocorre a morte de alguns deles".

Finalmente pede outra vez que nada seja feito contra o capitão e que neste sentido fosse expedida ordem ao Governador do Rio de Janeiro, o que da a entender que não só o navio mas também o responsável pelo mesmo, teriam ficado presos no Brasil.

O despacho datado de 4 de Maio de 1747 determina que não "se proceda contra o capitão"!

O episódio se tornara comum. Nem os transportadores nem o reino cuidavam da segurança do transporte. Tornara-se moda transportá-los como carga e quanto mais barato, melhor. De graça, se possível. A experiência de tantos desastres não se tornara ensinamento.

2.3- TRANSPORTE OFICIAL

Os freqüentes dramas vividos pelos açorianos no seu transporte para o Brasil não chegaram a sensibilizar os contratadores nem os arrendatários de embarcações que os traziam como carga, em função dela e a ela misturados.

Três meses depois do último desastre, um morador da ilha Terceira se oferece ao Conselho para transportar ilhéus ao preço de 16 mil réis, sem distinguir idades mas livre de quaisquer restrições, inclusive a de comerciar no Brasil. A oferta não é aceita alegando o Conselho que além das

exigências nela contidas nada era dito sobre a capacidade dos navios, mas, mesmo assim se propõe convocar os moradores para a viagem e sugere que fosse pago 16 mil réis pelos que tivessem de sete anos para cima e a metade, daquela idade até os três anos.

A viagem seria direta para o Rio e dali para a Ilha de Santa Catarina. Pequena embarcação para isto cobrava dez mil réis (?), importância muito elevada que o Conselho sugeria eliminar concedendo ao proprietário do barco permissão para comerciar no Rio de Janeiro. E, no final, parece incluir a concessão também para obter vantagem no preço do transporte dos próprios açorianos, quando diz “por não se considerar nisto inconveniente algum para o comércio e mediante esta concessão se espera que poderá achar-se embarcação por mui diminuto preço quando não seja de graça”.

Percebe-se que a concessão de comerciar no Brasil era a constante nas vantagens oferecidas aos proprietários ou arrendatários de barcos. Vantagem tão grande que poderia, até, dispensar qualquer pagamento. No entanto, para o comerciante aquilo era uma carga pela qual não se interessava, aceita somente para a obtenção do privilégio, e quanto mais cedo deixasse de existir, durante a viagem, menos despesa lhe causaria. As experiências anteriores mostraram ao Conselho que era demasiado o número dos mortos durante a travessia e, então, para se assegurar de melhor tratamento aos emigrantes, propunha que a metade do preço fosse paga ao embarcar, mediante fiança, e a outra metade no Rio de Janeiro.

Naquele ano terminaria o transporte feito através destas concessões. Ou porque os antecedentes desta prática os tinham ensinado a inconveniência de permanecer nela, ou porque a colonização do Rio Grande do Sul estava a exigir cada vez mais urgentemente casais capazes de assegurar sua posse, o fato é que em 31 de agosto o rei manda transportar a custa da Real Fazenda os “que quiserem ir estabelecer no Brasil”. Mas, do lado de lá as preocupações acima apontadas não seriam as mais sentidas. O documento diz, em seu preâmbulo, que do transporte resultaria “às ditas ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem

Talvez tenha sido esta formulação a responsável por se dizer que àquela época os Açores estavam superpovoados. É uma afirmação que os intelectuais daquelas ilhas, hoje, não aceitam, argumentando que atualmente a população é muito maior e os males da concentração não chegam àquela gravidade. O fato é que o “morgadio”, espécie de latifúndio institucionalizado, absorvia as terras úteis não produzindo tudo aquilo de que elas eram capazes. O “morgadio” só foi extinto no início do século XIX.

O documento convocatório fixava a idade máxima de 40 anos para os homens e de 30 para as mulheres; estabelecia ajuda de custo correspondente a cada idade, prometia ferramentas e, a cada casal, um quarto de légua em quadro. Vislumbrava-se a intenção de reduzir a pressão demográfica em Portugal quando são estendidas as mesmas vantagens aos

casais naturais das Ilhas que quiserem ir deste Reino (por se acharem nele)", e aos estrangeiros "que não forem vassalos de Soberanos que tenham domínios na América e que possam passar-se".

A convocação incluía os artífices prometendo-lhes "ajuda de custo conforme os requisitos que tiverem".

Talvez ela não fosse tardia para os interesses do Rio Grande, mas para os dos ilhéus era, porque de há muito aguardavam a viagem, tantas vezes prometida durante vinte e cinco anos. Em várias ilhas milhares de moradores haviam se alistado para se transportarem à ilha de Santa Catarina e muitos começaram a pressionar o rei para lhes dar o transporte prometido. A situação era desesperadora. O teor das representações era dramático. Nas ilhas do Fayal e Pico, por exemplo, estavam alistadas 9.000 pessoas, que há dois anos esperavam transporte e por isso haviam vendido seus bens e durante o tempo de espera consumiram o produto da venda. A queixa, datada de 6 de setembro de 1747 incluía também os moradores das ilhas de São Jorge e Graciosa que estariam nas mesmas condições e pedem fosse a estas também enviado um navio para o mesmo fim. Pelo documento se descobre que a ilha mais agraciada com a atenção dos transportadores era a Terceira à qual já teriam ido cinco navios.

Mas a convocação oficial e geral, com todas as promessas acima relacionadas, deu uma nova orientação para o transporte dos açorianos. Daquele momento em diante seria tratado um transporte pago pela Coroa e os interessados poriam preço por cabeça em função das idades e das rações (alimentação) correspondentes. O transporte "de favor" como carga dos navios que iam comerciar no Brasil seria coisa do passado. No fim do ano de 1747, ou começo do seguinte (não foi possível precisar a data do documento), era posta em arrematação "o transporte dos Cazaes das Ilhas à de Santa Catarina". Foi proposto um preço com ração inteira para os que tivessem de quatorze anos para cima, desta idade até sete pagariam a metade do preço e receberiam a ração na mesma proporção, e de sete até três anos de idade "pela terça parte de uma e outra couza".

Houve um só lançador que se propôs ao transporte por 60 mil réis por cabeça para os maiores de sete anos de idade e a metade para os menores.

Foi então que o conselho propôs a Vasco Lourenço Velloso que fretasse o navio de que era "administrador em que poderiam ir 400 pessoas pagando o dito Conselho dos Serviços e as Rações". Vasco Velloso aceitou o transporte por 40 cruzados e o Conselho concluiu que, desta forma, com o que teria de pagar pelas rações, o preço seria os mesmos 60 cruzados que havia rejeitado. Nesta ocasião entra Feliciano Velho Oldenberg com a sua proposta.

2.4- DRAMÁTICA VIAGEM

Imagina-se a posição do esperto Feliciano Velho Oldenberg na reunião para arrematação dos transportes dos açorianos ao Brasil, em que

cada um punha preço ou imaginava pô-lo sobre a cabeça dos ilhéus. Macabro leilão em face dos dramas até então conhecidos. Triste, também, pela discussão do preço e da quantidade de mantimentos que se propunham a dar, conforme a idade dos transportados.

Esperou que botassem preços. Calmamente esperava a oportunidade de entrar no negócio. Quando verificaram que o transporte por conta do governo sairia praticamente pelo mesmo preço do candidato que aparecera, Feliciano Velho Oldenberg se colocou entre o Conselho e o candidato, oferecendo preço menor do que o deste, com a condição de que não fossem aceitos outros lances, liquidava, assim, o concorrente, e punha o governo em cheque. Seu preço foi de 40 cruzados para os maiores de sete anos e da metade para os menores até três anos de idade. Nestas condições teria transportado logo 400 pessoas e, na ocasião, o Conselho ficou satisfeito porque aquele fora o preço ajustado 25 anos antes, apenas com a diferença de que, então, não se fazia diferença de idades e se permitia levar gêneros nas embarcações.

No entanto, esta satisfação durou pouco. O contratador queria assegurar o transporte de grande número de pessoas, mas o Conselho tinha esperança de conseguir ainda preço mais baixo. Por isso dirige-se ao rei dizendo que, enquanto isso, fosse permitido àquele senhor o transporte de 1.000 pessoas dos “que consta estarem com algum desconforto”.

Na verdade o “desconforto” era muito grande, como se pode ver de duas representações dos moradores da Vila das Velas, Ilha de São Jorge. Na primeira dizem eles que em número de três mil alistados para viajarem a Santa Catarina, achavam-se em miserável estado por terem vendido todos os seus bens para pagarem as dívidas e estavam esperando embarcação há dois anos. Calcula-se o desespero em que estavam aqueles pobres imigrantes pela confissão alinhada em seguida. Imagine-se que estariam acampados ou amontoados como ficam nossos nordestinos de hoje quando empreendem a grande viagem a São Paulo em busca de trabalho e saúde. Todo o tipo de preocupações os angustiava no dia a dia da espera que não tinha mais fim. Num trecho do documento dizem que:

“se acham com suas famílias no mais miserável estado que se pode considerar por não terem do que viver” e mais adiante vai a declaração que, na certa, teriam preferido não fazer: “se deve atender ao grande perigo iminente do gênero feminino e mães e filhas do pecado da incontinência”. Percebe-se logo a razão desta “incontinência” porque o declarante fala, também, do perigo de “uns e outros furtarem para se nutrirem”.

Após a pintura deste quadro a “Representação” pede que o Rei se dignasse a mandar pôr em arrematação o transporte deles e enviasse urgentemente ao porto da Vila das Velas (Ilha de São Jorge), quatro navios, pois era gente pobre que não tinha condições de pagar seu transporte, e determinasse ao Capitão Manuel da Silveira e Souza o embarque dos “de maior indigência como V.g. os que venderam os seus bens e não têm já do que viver”.

A segunda representação dos moradores da mesma ilha é redigida em tom mais suplicante sem, no entanto, colocar a degradação que se esboçava pela pressão da miséria. Deixam entrever seu desgosto pela injustiça de que eram vítimas, sempre preteridos em favor da ilha Terceira, que já mandara "gente inútil assim para a laboração das terras como demais exemplos..." em lugar deles "suplicantes e suas mulheres gente de limpo sangue, oficiais de todos os ofícios lavradores peritos e todos incansáveis no trabalho o que tudo se deve respeitar e atender."

Não seria aquela a primeira nem a última vez que os moradores das outras ilhas se queixavam da preferência dada aos da Terceira. Mas tudo se compreende quando sabemos que era nesta que residia a administração de todo o arquipélago, que tinha ela a função de capital, sendo governada pelos mais destacados morgados (grandes proprietários de terra) e que seria natural desejarem estes se livrar o quanto antes da pressão sócio-demográfica dos sem-terra.

Nesta altura dos acontecimentos já teriam chegado à Ilha de Santa Catarina os açorianos que viriam colonizar o Rio Grande. Não foi menor o trabalho que padeceram daquela ilha até a costa do Rio Grande e ao Porto de Vião, muito bem narrado por Borges Fortes no livro "os Casaes", Edição do Centenário Farroupilha, 1932.

Mas que estes antepassados nossos também padeceram na vinda para o Brasil parece não restar dúvida, porque é o próprio governador da Ilha de Santa Catarina, Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, que manda instaurar um inquérito em 1750 sobre o procedimento de José Lopez, capitão do navio N. S. da Conceição do Pará, termo que chegou àquela ilha em dezembro de 1749 "para se averiguar a assistência que no mar se fez ou deixou de fazer aos passageiros". A simples abertura do documento, correspondente a este inquérito, já deixa ver que o mau tratamento dispensado aos ilhéus, durante a viagem, se tornara público e notório. O governador da ilha que os recebia, era constrangido a tomar uma posição face ao ocorrido, embora, ele mesmo, em outras oportunidades, teria procedido como quem pretendia também se aproveitar dos açorianos.

2.5- RELATÓRIO DA VIAGEM

Em 1750, Francisco de Souza Fagundes substituíra Feliciano Velho Oldenberg no transporte dos açorianos ao Brasil. A emigração continuava e o tratamento não melhorara. Um navio levava dois a três meses de viagem para trazê-los dos Açores à Ilha de Santa Catarina e quando nesta chegava eram doentes, mortos e moribundos no meio de um montão de estropiados que desembarcavam, num desfile tétrico ante povo e autoridades.

Manuel Escudeiro de Souza, governador da ilha de Santa Catarina faz um relato ao rei do que foi um destes desembarques no início daquele ano. Três navios haviam chegado com pouca diferença um do outro. O último aportou no dia 20 de janeiro trazendo mortos 10 adultos e dezesseis crianças, outros morreram ao desembarcar e 130 se recolheram doentes a

dois hospitais, com “malignas e correição escorbútica”.

Parece, no entanto, que o estado dos enfermos era realmente grave pois trataram logo de dar os sacramentos “por viático em um só dia a mais de 100 que se achavam deploráveis e desde então até hoje faleceram dez, por cujos motivos ficaram muitos órfãos de pai e mãe e não poucas viúvas sumamente desamparadas”.

A informação seguinte do documento trata da capacidade normal daqueles barcos. Dizia que a causa de tanta mortandade era o excessivo número de pessoas transportadas, que haviam lotado com 686 pessoas, além da tripulação de cinquenta homens e que não é possível que um navio de popa fechada tenha capacidade para acomodar um tal número nem ainda uma terça parte menos...”

Na verdade parece que bem menos deveria ser a lotação para aquele tipo de barco pois, a seguir opina que só deveriam neles ser embarcados “quarenta até cinquenta casais pois excedendo este número tudo é desordem e confusão...” e, mesmo para este número recomendava-se barcos de popa aberta (recomendação possível de ser formulada porque a carta estava sendo escrita no mês de fevereiro).

Mas o governador da Ilha de Santa Catarina era um homem prático. Via na chegada dos ilhéus valioso aumento da mão-de-obra e uma contribuição importante para as terras que administrava. Seu relatório denunciava esta visão quando reclamava contra a vinda de “gente velha e inútil” que não correspondiam aos termos da convocação real e declarava que não tinham “outro fim que o de sustentar-se a expensas régias”. E concluía: “se a magnanimidade de S. M. resolvesse dar-lhes esmolas estas poderiam ter sido dadas lá mesmo, sem a despesa do transporte”. Reclama, também, pela vinda de muitas famílias nobres que não sabem nem podem trabalhar sentindo-se, de qualquer forma, “perdidas neste país que presentemente só é útil para os que se criaram com foice e machado nas mãos”.

No entanto Escudeiro de Souza além de homem muito prático era, também, muito esperto e logo encontra uma solução para o caso dos nobres. Que se mandasse “vir de Angola por conta da Real Fazenda um transporte de escravos capazes de trabalhar para se distribuírem a crédito pelos homens de bem”. Pois, neste caso aquelas pessoas se poderão manter “hipotecando os mesmos escravos e ainda as próprias terras que com eles beneficiarem e satisfação do empréstimo que contraírem”.

Não se pode julgar mal as intenções de S. Exa. o Senhor Governador da Ilha de Santa Catarina, mas percebe-se, facilmente, que aquela sugestão continha o meio de importar escravos sem pagá-los (por conta da Real Fazenda) e que logo passariam às suas mãos ou às de quem emprestasse dinheiro aos nobres que haviam chegados nos primeiros meses daquele ano de 1750, como se fossem agricultores. Dizia que sua “humilde proposta” era para não ver “envelhecer aquelas famílias a quem Deus e V.M. fez nobres”, mas que também eles, os escravos, são úteis ao serviço da marinha e para substituir os índios no trabalho ordinário.

Não há dúvida que Escudeiro de Souza era homem de muitas iniciativas e disposto a promover a povoação ou ajudar a ocupação deste sul da Colônia, como já vinham fazendo desde o fim do século anterior os Brito Peixoto. É interessante alinhar aqui algumas das dificuldades que uns e outros encontravam para isto, de acordo com outro trecho do mesmo documento. Tais dificuldades relacionam-se, também, com a vida dos açorianos logo que aqui aportaram.

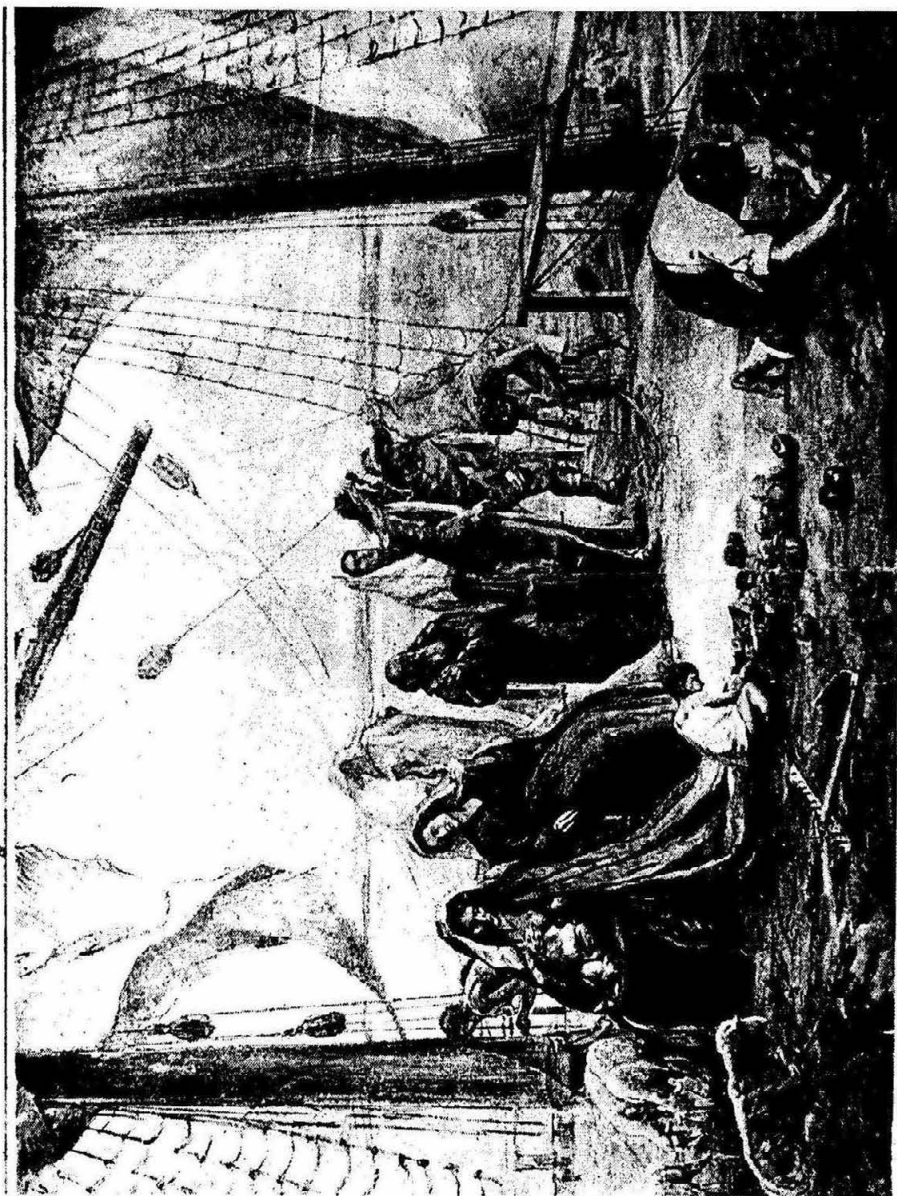
É claro que uma das razões que levava aquele senhor a criar novas nucleações resultava da necessidade de alojar os ilhéus. A emigração destes feita, como vimos, com tanta economia, desde o transporte até a alimentação, não previa o aumento do equipamento comunitário que compreendia desde o mais elementar, que atendesse a saúde, até o mais evidente, relacionado com a defesa. Por isso naquele documento era pedido mais um cirurgião e um médico "assim como há na Colônia (do Sacramento)" e reclamava armas pois não tinha chegado mais nenhuma "fora das 116 que trouxeram os primeiros transportes no ano de 1748" pois sem elas estão todos "expostos a fereza e crueldade dos tigres e onças que lhes acometem os ranchos valendo-se para os afujentar de fazer fogos e recolhendo-se do trabalho do dia não podem descansar de noite com o temor dos que vivem com suas amedrontadas famílias".

Mas não só de armas careciam para a manutenção e defesa da comunidade em surgimento. Precisavam, ainda, de uma guarnição disciplinada que as usasse. Os que lá estavam deveriam voltar para a guarnição do Rio de Janeiro logo que a nova chegasse. Como esta não vinha começavam a ser freqüentes as deserções. Mesmo os que guardavam as fortalezas as abandonavam "como aconteceu há poucos dias fugindo toda a guarda do posto de Araranguá da repartição de Laguna e da Fortaleza da Conceição".

Enquanto isto aqui acontecia, em 1750, os açorianos lá nas ilhas cercados pelo mar tenebroso", no meio do Atlântico, entre Portugal e Estados Unidos, continuavam aguardando novos transportes. Vinte e oito de setembro de 1751 é a data de outro documento que ratifica as condições de transportes oferecidos pelo mesmo Francisco de Souza Fagundes, ao preço de 26 mil e oitocentos réis por cabeça.

Nesta altura, já se pensava em mandar alguns deles para o sul a fim de cumprirem o Tratado de Madri. Deviam se deslocar para as áreas que, em virtude deste Tratado se tornariam portuguesas. A Comissão de Limites, tendo Gomes Freire de Andrade como representante português, deixaria a zona das Missões para Portugal, e a Colônia do Sacramento seria, definitivamente, espanhola.

No ano seguinte grande número deles viriam para a foz do Jacuí e outros à Vila do Rio Grande e se constituiriam no grande núcleo povoador do Rio Grande do Sul, lutando pela sobrevivência, plantando e colhendo, defendendo as fronteiras da mãe pátria que são hoje as do Brasil Meridional.



Os Açorianos chegando ao Rio Grande do Sul
Pintura de Augusto Luiz de Freitas (5m x 8m)
Localizada no Instituto de Educação – Porto Alegre/RS

3.0-PRODUÇÃO E DEVOÇÃO

3.1-MOINHOS NO SUL DO BRASIL

Talvez, mais do que o sabor pitoresco de uma paisagem de moinhos, com suas grandes pás ao vento, abandonadas no cimo das colinas, o que nos impressiona seja esta grande vitória do homem sobre os elementos quando, ainda artesão ele usa a máquina e quando, no uso desta, usa uma força motriz que o meio físico lhe oferece a vontade e a todas as horas.

A água, como força motriz, prendeu o homem às margens dos arroios e logo as terras destas subiram de preço. O vento, não. Em qualquer colina mesmo na pequena elevação do terreno, ele foi o servo permanente e incansável, que fazia girar as mós, no contínuo triturar o trigo e o milho. Com ele o homem atingiu mais um degrau da sua liberdade. Teve quem por ele movimentasse a máquina e, ao mesmo tempo, se tornou independente do alto preço das terras, à beira dos cursos d'água que faziam andar as azenhas.

Porto Alegre, pelo nome de dois de seus grandes bairros está ligada a estes velhos engenhos. As azenhas e os moinhos de vento foram ali usados no fim do século XVIII e começo do seguinte, para garantir, nas primeiras décadas da centúria passada, a maior produção de trigo do Brasil. Para evocar uma paisagem perdida andamos, anos atrás, em busca de exemplares que tivessem sobrado no Uruguai, preocupados com o tipo certo e as proporções exatas.

É que o moinho é uma peça ergológica. Varia o modelo e varia o material de construção, conforme a região em que se encontra, o regime de ventos a que vai estar sujeito e o nível técnico atingido pelos seus construtores. Por isso mesmo além do seu valor plástico, como elemento vivo da paisagem, para encanto dos turistas, encerra real importância para a história da técnica e, de certo modo, um caminho para a antropologia, numa classificação geográfica.

É neste sentido que desenvolve seu trabalho a Sociedade Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, que reúne associados de toda a Europa e deles recebe efetiva colaboração. Tendo nos seus quadros diretivos pessoas como o urbanista engenheiro Manoel de Sá e Mello, Diretor do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação, e o Professor de História da Arte, engenheiro João Martins Santos Simões, também técnico em azulejaria, a sociedade desenvolve expressivo trabalho, reunindo elementos de todos os países e mantendo, inclusive, velhos moinhos em funcionamento.

Curioso é notar que os nossos velhos moinhos, levados ao Rio Grande do Sul pelos acorianos teriam sido bem diferentes dos do continente português. Neste, as pás são espécies de velas triangulares, sustentadas por forte cordoaria, em leve estrutura de madeira. Naqueles, elas são retangulares, apoiadas em grande armadura de madeira. Mais ou menos

como as do norte da Espanha, onde Dom Quixote teria visto inimigos terríveis merecedores de valente combate, que só o cavaleiro andante poderia oferecer...

Nas nossas andanças pelos arquivos e bibliotecas, à cata de plantas que interessem à arquitetura e ao urbanismo (evolução urbana) do R. G. do Sul, tivemos a oportunidade de identificar na Sociedade de Geografia de Lisboa, uma velha planta na pasta especial "do Brasil" que, até então, não sabiam qual a nucleação que representa. Trata-se da mais antiga planta da cidade do Rio Grande, desenhada logo após a chegada dos açorianos, com o primeiro traçado das ruas, mas antes da locação delas. O conhecimento das mais antigas plantas da mesma cidade, existentes na Biblioteca Riograndense, permitiu uma hipótese; a comparação com outra planta, identificada e posterior, da mesma Sociedade de Geografia, comprovou. Em ambas, além de órgãos correspondentes haviam dois moinhos de vento.

Este feliz achado, de moinhos mais antigos que o da capital, revela a frequência e permanência daqueles engenhos durante um século, servindo à primitiva economia do Estado, pois, os de Porto Alegre só foram demolidos em 1836, para não prestarem como "ponto de tiro alto" contra a cidade.

Sem dúvida outros moinhos semelhantes, em diferentes localidades do Rio Grande do Sul, teriam existido pela mesma época. E para acompanhar os estudiosos europeus, dando a eles a colaboração do intelectual gaúcho, é preciso que, no mesmo sentido, busquemos a significância dos nossos Monjolos e Atafonas, deles entendendo, também, o processo construtivo e a relação antropológica.

3.2-MOINHOS DE VENTO EM RIO PARDO

O lento girar das pás de um moinho evoca uma série de fantasias e a gente fica um tempão olhando as grandes pás, ou velas, girando, girando sempre, cada uma apontando, sucessivamente para o céu e para a terra. Para a terra quase encostando no chão; para o céu, sem propósito, porque ela volta logo para nós e para o moleiro cujo trabalho facilita, cuja produção aumenta.

Não adianta ver fotografias. O moinho de vento é um mágico no topo da colina ou na ponta da rocha à beira-mar, a fazer movimentos, lentos e contínuos, que a nossa fantasia transforma em sinais, que os sinais lhe emprestam vida própria, ligada a uma porção de vidas que, para tratá-lo bem, já tiveram, um dia, legislação própria.

O Rio Grande do Sul já teve destes mecanismos.

Até bem poucos anos sabia-se deles apenas pelo nome de um bairro em Porto Alegre. Depois pôde-se localizá-los graças a uma planta da cidade feita em 1839 com a finalidade de descrever as operações da Revolução Farroupilha.

Mas desde 1965 circulava na Europa, entre estudiosos, uma

primitiva planta onde dois moinhos eram rebatidos, que o ilustre engenheiro e professor de História da Arte João Martins Santos Simões afirmava serem do tipo açoriano. Sabendo-a do Brasil não sabiam, ainda, qual a cidade representada.

Estando em Lisboa no ano de 1969 solicitaram-nos a identificação da planta, o que fizemos com facilidade graças ao conhecimento da cartografia antiga da cidade do Rio Grande. Pois era, aquela, a planta mais antiga que da nossa cidade marítima havíamos visto e deste fato logo demos conhecimento aos leitores porto-alegrenses (Moinhos de Vento no sul do Brasil. Caderno de Sábado do Correio do Povo de 1.03.1969). Mas não ficou nisto. Por insistência do colega citado, elaboramos trabalho sobre os moinhos de vento e de água do Rio Grande do Sul, que foi ao encontro que a Sociedade teria, naquele ano, em Estocolmo, Suécia ⁵⁵.

UM PIONEIRISMO RIO-GRANDENSE

Recentemente, em estudo no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional ficamos surpresos diante da importância dada pelo governo português, nos idos de 1772, à farinha produzida no Rio Grande do Sul e o seu empenho em construir moinhos de vento nesta região.

Sua Majestade Fidelíssima recebera nossa farinha e achara que este negócio deveria ser desenvolvido “sendo certo que será de huma grande utilidade, **ainda que se não consiga mais do que o poder-se prover dos dítos gêneros o Rio de Janeiro, sem ser preciso hirem-lhe da Europa**” ⁵⁶. Tal interesse parece ser baseado em informações muito objetivas porque, continua dizendo Martinho de Mello e Castro ao Marquês do Lavradio: “As pedras de moinho em que V. Excia. fala hirá com toda a brevidade, e espero também poder mandar dois moleiros para ensinarem a esses habitantes este gênero de trabalho”. (Possivelmente não sabiam que os açorianos estavam nesta região há 20 anos).

O documento nos leva a admitir que a área portuguesa tinha negócios com os espanhóis, ocupantes da cidade do Rio Grande, onde estavam os moinhos referidos. Mas também poderia existir outros na área portuguesa, até agora não revelados pelos estudiosos.

Seis meses depois, 20 de julho de 1772 o vice-rei Marquês do Lavradio, recebe outra correspondência sobre a mesma matéria. Estavam sendo embarcados o Moleiro Joseph da Silva Lumiar, com seu contrato, e materiais para a construção dos moinhos com a respectiva relação de peças ⁵⁷. Esta relação é outra revelação do entusiasmo reinol com a farinha do Rio Grande. Diz em seu final: “Faltam oito peças de Frizal de pedra para outro moinho de vento, e se ficam aprontando para se embarcarem no

⁵⁵ MACEDO, F. Riopardense de - *Windmills in southern Brasil*, in *Anais of 2 nd International Symposium of Molinology*, 1969 p 235/237.

⁵⁶ Códice 67, Livro 4, p. 239 - Arquivo histórico Nacional do Rio de Janeiro.

⁵⁷ idem, p. 233, 234, 235v, e 251.

próximo navio”⁵⁸.

O contrato do carpinteiro de moinhos, Joseph da Silva Lumiar, estende-se por cinco itens e antes da assinatura do Procurador da Junta, Caetano Alberto Ferreira, ainda vai um “post-scritum” em que ele desobriga a Real Fazenda no caso de se interessar em algum trabalho particular... O moleiro João Luiz Bucellas assinou contrato menor, com o mesmo procurador, e embora nele não figure data deve ser o segundo referido no ofício de Martinho de Mello e Castro⁵⁹.

Finalmente, um ano após o primeiro documento aqui citado e no mês que precedeu a instalação do governo do Continente do Rio Grande de São Pedro em sua nova capital - Porto Alegre, - o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, recebia as oito pedras prometidas. Era de 27 de maio de 1773 a carta e, dentro de pouco tempo o material chegaria transportado pelo navio Campellos, sob o comando do Mestre Miguel Rodrigues Collaço⁶⁰.

Estes documentos garantem para o Rio Grande do Sul o pioneirismo na fabricação de farinha de trigo pois já em 1772 a produção deste cereal era tal que o monarca português considerava esta região capaz de abastecer até mesmo o maior centro da Colônia, o Rio de Janeiro, e neste sentido mandava prover nossos pioneiros com o maquinismo necessário. A prova de que a atividade no setor foi continuada é, cinquenta anos depois, permanecer o interesse pelos mesmos.

MOINHOS

Pois foi em 1821 que Domingos Pereira Vianna requereu um terreno para “construir na Vila de Rio Pardo desta Capitania hum Muinho de Vento em utilidade sua, e bem comum daquele povo, e de cujo regreço e providência se tem visto privado the agora”⁶¹.

Apesar de não ser possível a concessão no lugar pedido, o Procurador da Câmara Municipal de Rio Pardo diz que por não haver na vila “Edifício algum de semelhante natureza de que a mesma se faz tanto necessário, para a comodidade pública e bem geral, se lhe poderá informar um lugar suficiente quanto seja necessário para o dito benefício”⁶².

Na verdade o moinho foi construído. João Martinho Buff, quando fez a planta de Rio Pardo, em 1829, o representa com suas quatro pás, tipo açoriano⁶³. E durante muitos anos suas pás giraram na acidentada paisagem da “fronteira invicta”. Na metade do século ainda lá estava e o

⁵⁸ idem, p. 233, 234, 235v, e 251.

⁵⁹ idem, p. 233, 234, 235v, e 251.

⁶⁰ idem, p. 233, 234, 235v, e 251.

⁶¹ Livro de Documentos da Secretaria da Câmara de Rio Pardo, vol. 1º, ano 1821.

⁶² Idem.

⁶³ MACEDO, F. Riopardense de - **Rio Pardo, a arquitetura fala da história**, Editora Sulina, 1972, p.. 39

⁶³ Ata extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pardo, de 8 de junho de 1849.

fiscal José Gabriel Teixeira reclamava contra o sepultamento de corpos ao pé do moinho”⁶⁴. É que a produção de trigo declinara muito a partir de 1812 pela entrada de trigo estrangeiro a preço vil e, por outro lado, com a densificação urbana, os cemitérios não podiam permanecer junto das igrejas. Mas ao menos por vinte e poucos anos as pás da velha engenhoca rio-pardense, à beira do rio, giraram apontando, sucessivamente, uma vez para a terra, outra para o céu.

3.3-O BAIRRO DO MENINO DEUS

No dia 2 de fevereiro, não sei de que ano, a Praia do Salvador era apinhada de gente. Festejava-se a festa de Iemanjá, Deusa dos Mares, que numa saudável assimilação, o povo a identifica com Nossa Senhora dos Navegantes.

Pouco antes de nos dirigirmos à mágica Lagoa do Abaeté, imortalizada pela poesia e pela voz de Dorival Caimmi, falávamos com o gravador Calazans Neto, que pouco conhecia do Rio Grande do Sul e que, num espaço da palestra, comentou:

- Porto Alegre é uma cidade bonita. Bonita e gozada. Tem um lugar que chamam do Deus, do Jesus pequeno... Não, parece que é Menino-Deus. Exatamente, Menino-Deus; de onde veio este nome?

Estranhamente este comentário feito por baiano autêntico, artista sensível às invocações populares, filho da terra que tem “seiscentas e sessenta e cinco igrejas”. No Estado que talvez seja o mais religioso do Brasil, não havia a invocação do Menino-Deus. Mesmo a proximidade destas duas palavras era, para os seus filhos, uma novidade digna de comentários.

Faz muito tempo que isso aconteceu.

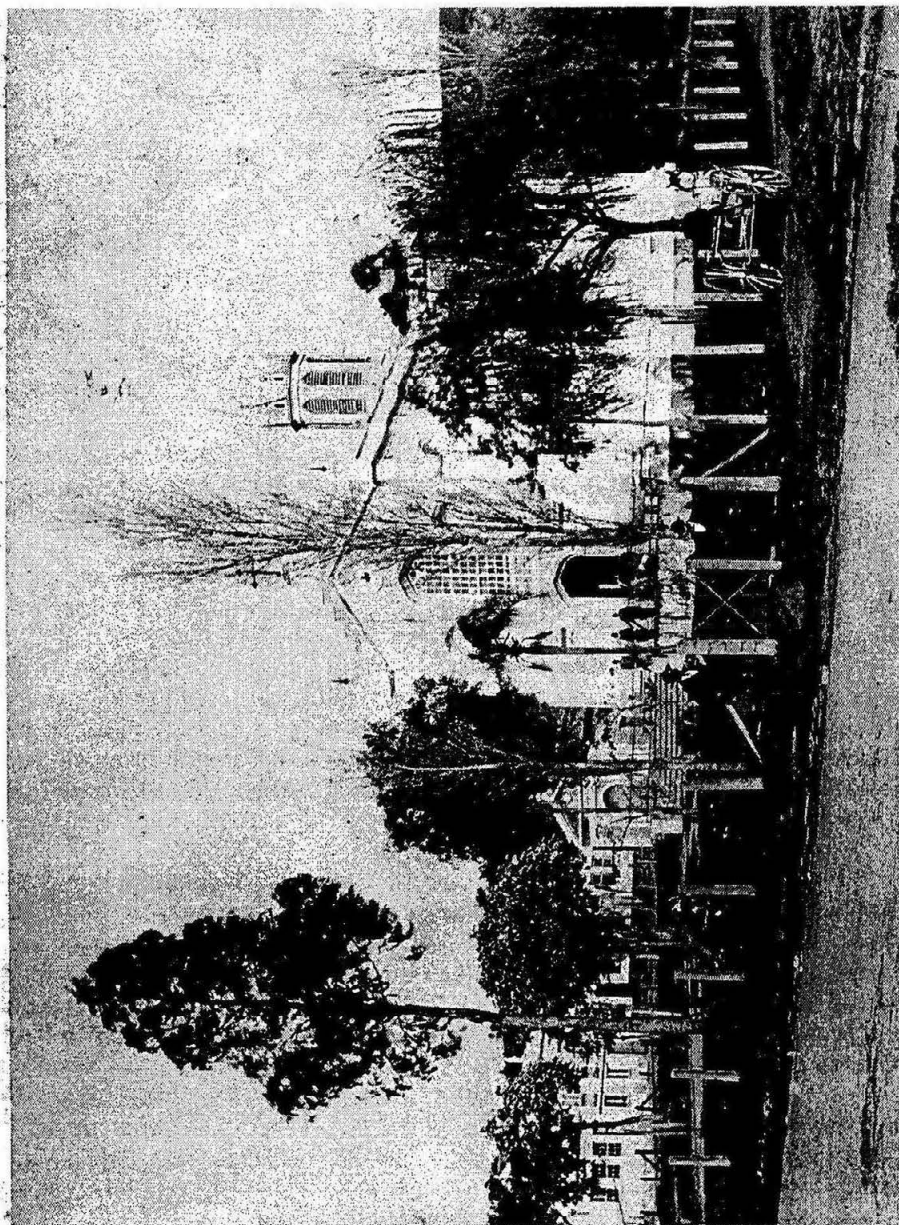
O Bairro porto-alegrense a que ele se referia recebeu o nome de primitiva capela ali existente, com aquela invocação. Originou-se, como se sabe, dos Arraiais mais antigos de Porto Alegre, primeiro que pela sua densificação e vida comunitária, mereceu transporte coletivo. A história destes transportes registra o comboio “Machambomba” nas últimas décadas de Oitocentos, com máquina a vapor, que não funcionou muito bem e que, por isso mesmo, teria sido substituído pelo transporte a burro.

Foi, no início do século passado, um aprazível local de veraneio, onde se sucediam as chácaras e a juventude lá desfilava, com apuro e galhardia exibindo as vestes domingueiras em espontâneos desfiles de beleza e elegância.

As festas do Menino-Deus proporcionavam isto.

Teriam começado na segunda metade do século XVIII, desde a primeira capela ali instalada pelos açorianos.

Sem dúvida, é uma devoção típica da ilha Terceira, Vila Nova da Praia. Havia, ali, desde o ano de 1533 o Mosteiro de Jesus, fundado pela



*Arraial do Menino Deus – Fotografia Ferrari –
princípio do século XX – demolida para dar lugar à nova
Igreja do Menino Deus – Porto Alegre – Rio Grande do Sul*

viúva de Álvaro Martins Homem, para abrigar suas filhas. Seu marido fora o terceiro donatário da metade da Ilha e falecera em 1530. Diz a lenda que a histórica e preciosa imagem, hoje conservada na Matriz daquela povoação fora oferecida por u'a velhinha, em troca de pouso e comida, numa fria véspera de natal e que, no dia seguinte, a cama que usara apareceu coberta de flores. A imaginação fértil que criou a lenda foi a mesma que emprestou á imagem poderes milagrosos. Pequena imagem em cofre de prata teria sido a inspiradora de Sórora Maria do Espírito Santo, daquele mosteiro que, pelos meados do século XVII criou a confraria dos Escravos do Menino-Deus. Consta, ainda, que imagens deste tipo eram freqüentes e em grande quantidade nos Mosteiros. Que as religiosas as possuíam e com elas brincavam, sempre que podiam, dando, assim, vazão aos seus sentimentos maternos, violentados pelos pais ou parentes.

Mas a religiosa que criou a confraria, das poucas que manejavam muito bem a língua falada e escrita, deve ser das mais responsáveis pela grande divulgação da nova devoção, que, afinal, cruzou o oceano e atingiu o Continente.

Então, quando do nascimento da Infanta D. Maria Izabel, filha de D. Pedro II de Portugal, entre muitas outras, aquela imagem foi lembrada⁶⁵. É que a filha do monarca e da Rainha, D. Maria Francisca de Sabóia Nemours, nascera muito débil em 6 de janeiro de 1669 e, para sua salvação, foram feitas promessas para as imagens mais milagrosas do Reino. Restabelecida a Infanta a imagem passou a ser denominada "Menino-Deus da Real Proteção", eis que o rei, em agradecimento, mandou abonar-lhe, pela Freguesia de Angra, duas arrobas de cera anualmente. No mesmo ano é levada ao Paço Real onde, em sua homenagem, se fizeram grandes festas, na ocasião falando o grande orador Padre Antônio Vieira.

Volta a imagem à Ilha e no ano seguinte o Capitão General de Angra, certamente por ordem do Governo de Sua Majestade mandou solenizar com grande pompa a festa da imagem do Menino-Deus, no dia 6 de janeiro, na Igreja daquele Mosteiro. "Assim foram continuando a fazer os outros Capitães Generais considerando-se, por isso, esta festa, como oficial e feita a expensas do governo de Sua Majestade. Nada mais era preciso para tornar notável e afamada em toda a Ilha"⁶⁶.

A história da Ilha registra, ainda, grandes acontecimentos relacionados com aquela imagem no século XIX. Não é de admirar, pois, que os açorianos tenham levado para o Porto do Dornelles aquela invocação bem viva na primeira metade do século anterior. Embora desde 1320 existisse no Continente uma Igreja do Menino-Deus, foi a imagem dos Ilhéus que curou a Infanta e por isso mereceu a "Real Proteção", viajou ao Paço Real e os açorianos viajaram com a memória dos seus feitos para as Terras do Brasil. Assim se conta a história de uma devoção que se tornou porto-alegrense e terminou dando nome a um Bairro.

⁶⁵ D. Pedro II de Portugal seria tetravô de D. Pedro I do Brasil e reinou a partir de 24 de março de 1668.

⁶⁶ Cônego J. A. Pereira - A Imagem do Menino Deus da Real Proteção, in "Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. VIII, página 154".



Imagem do
Menino Deus
da Real Proteção



Moinho de vento
Açores